

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes a Sra. Dra. Sónia Cristina Correia Martins e o Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Aristides Gonçalves da Costa, que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Eng.º António Pedro de Oliveira Ribeiro Campos e pelo Sr. António da Silva Antunes, respetivamente.

O Sr. Dr. José António Madeira Dias, Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves, Sr. Carlos Alberto de Brito Folques, a Sra. Dra. Lúcia Isabel Narciso Prata e o Sr. Dr. Fernando José Ferreira Alves também estiveram ausentes, tendo solicitado a justificação da sua falta, e a sua substituição, não tendo sido possível a nenhum dos eleitos a seguir na ordem das respetivas listas proceder às substituições.

O Sr. Luís Tavares Pereira de Sousa também esteve ausente, pelo que solicitou a justificação da sua falta.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, Sr. Carlos Alberto Batista Borges, esteve ausente da presente reunião não tendo solicitado a justificação da respetiva falta pelo que foi considerada injustificada.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa questionou os Senhores Deputados Municipais se havia alguma adenda ou reparo a fazer à ata da Assembleia Municipal de vinte e oito de setembro de dois mil e doze, tendo sido solicitada a palavra pelo Sr. Deputado, Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Não é meu hábito vir falar da ata porque normalmente a ata retrata na integra e fielmente aquilo que tem ocorrido nas Assembleias anteriores, apesar de que, e eu utilizo a ata, quando a recebemos dois meses depois, normalmente para fazer um “refresh”, para nos lembrarmos daquilo que se passou. É um facto que não conseguimos verificar a cem por cento se tudo aquilo que se passou está vertido aqui na ata, por isso até deixava à consideração da mesa se não seria preferível logo passado uma semana ou quinze dias depois, tendo em conta que é uma questão só de a fazer, já que fica tudo registado, se não seria oportuno enviá-la logo e assim nós poderemos conferir se na realidade ela retrata fielmente aquilo que se passou. No entanto, esta, tendo em conta que houve coisas que se passaram na última Assembleia

Municipal que marcaram claramente, foi fácil perceber que a determinada altura, da ata, não retrata fielmente aquilo que se passou. E se não retrata, já que ela é feita com base na gravação, foi porque intencionalmente isto não foi aqui colocado. Porque se estivesse aqui alguém a secretariar e a fazer e a tirar apontamentos era natural que pudesse falhar alguma coisa. Ora, ela é feita, e temos aqui uma ata com setenta e tal páginas, salvo o erro, ela é feita com base na gravação. Por isso, deveria constar aqui tudo.

Eu refiro-me concretamente a isto: O nosso Deputado, Prof. Manuel Fabrício Santos, fez uma intervenção; O Senhor Presidente da Câmara, eventualmente não terá gostado, e aquando da sua resposta, como todos de certeza se lembram, foi extremamente indelicado para com a pessoa, e na pessoa dele, para com todos os Deputados, aquando da resposta que lhe fez.

Eu vou só ler este parágrafo, porque é o tal parágrafo que deveria acabar aqui com reticências e acabou com um ponto final. Diz claramente isto: “*O Sr. Prof. acordou neste mandato como Deputado Municipal. Está cá há muito tempo, mas a única intervenção ao longo de oito anos em que eu também estive foi para agradecer ao Presidente da Câmara do mandato anterior o livro que a Câmara lhe tinha ajudado a publicar referente à sua licenciatura.*”. Depois está um ponto final e deveriam estar reticências porque, efetivamente, isto não acabou aqui!

Se foi omitido, é porque na realidade aquilo que o Sr. Prof. disse, não o deveria ter dito. E se não o deveria ter dito, deve, junto desta Assembleia pedir desculpa a todos os elementos desta Assembleia, porque na minha opinião, só a minha modesta opinião, quando se maltrata ou se fala de forma mais indelicada a um Deputado, parece-me a mim que estaremos a fazê-lo a todos. Por isso, também gostava de recolher um comentário, acerca desta situação do Sr. Presidente da Mesa, já que é ele que conduz os trabalhos e é sob a alçada dele que, provavelmente, a ata também é feita, deixando claro que se não houver uma assunção de responsabilidades por parte do Sr. Presidente da Assembleia em relação a este ponto, eu irei votar contra a ata.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Naturalmente que o Presidente da mesa terá que assumir as responsabilidades, como não pode deixar de ser. O que eu queria dizer, e espero que não hajam nenhuma reservas quanto a isso, se calhar o que eu vou dizer, nem o devia dizer, mas eu gosto de ser assim. O que se passa com as atas da Assembleia e as instruções que há para com as atas da Assembleia, são as instruções que já havia antes desta Mesa tomar posse. As instruções, que eu sei que há é de transcrever na íntegra aquilo que é dito.

Também eu tenho razões de queixa quanto à ata. Já reli isto uma série de vezes, como o Senhor sabe, passaram-se aqui situações anómalas na última Assembleia e eu também fazia questão que ficasse escrito na ata a posição da Mesa relativamente a essas situações e também cá não está. Estranhamente também não está cá!

Aquilo que eu posso prometer, porque outra coisa não pode ser feita, e como os senhores sabem as atas são gravadas, se, se vir que é necessário põe-se aqui um gravador a passar esses pontos. Aquilo que eu sugiro são duas coisas: Ou deixamos a ata por aprovar e

aprovamo-la na próxima, já não é a primeira vez que acontece, e eu vou pedir aos serviços, como não pode deixar de ser, que ponha aqui tudo, fidedignamente aquilo que efetivamente se passou. Também eu sou de opinião que se deve pôr aqui tudo aquilo que se passa porque isto faz história e se forem ali dentro, há ali um arquivo com as atas das reuniões da Câmara e também há com as atas da Assembleia.

Por exemplo, neste momento estamos a tentar repor a história de todos os Presidentes desta casa, não sei se o vamos conseguir, desde a implantação da República, porque eu sei que já estão encadernados, porque efetivamente um povo sem história é um povo sem memória. Eu faço questão, e até toda a gente sabe que eu tenho um pouco de gosto sobre essas coisas, que tanto quanto nos for possível ter cá essa situação.

Portanto, deixo à consideração e podíamos propor que se aprovasse com o compromisso de, também não vejo nada contra que deixemos por aprovar e a Sra. Dra. Esmeralda Dinis, vai rever essa situação e pôr aqui, porque eu também fazia questão que ficassem cá essas questões que foram ditas e como nós andamos mais à procura do consenso do que da discórdia, se calhar a Senhora entendeu por ela, porque não teve instruções nenhuma.

Eu quero dizer-lhe que normalmente leio a ata quando os Senhores a leem e aquelas que a mim me lembra e que são grossas mando imediatamente. Normalmente também não mexo, até porque passa pelo filtro de nós todos e há sempre a possibilidade de, como agora acabou de ser feito, haver a possibilidade de se corrigir.

O Sr. Rui faz questão de revermos e aprovarmos na próxima? Se há diferenças! Eu da minha parte também tenho duas questões que gostava de as cá ver, que não estão cá! Se há aqui alguém que diz que não está correto, vamos ver essa questão.

O Senhor sabe que na maior parte das atas, seja das Câmaras, seja das Assembleias, agarra-se nos pontos que são essenciais e não se está aqui, porque aquela questão que o Senhor está a dizer de ao fim de uma semana lhe entregarem a ata! Não sei se o Rui sabe o que é fazer esta ata? Estão a ouvir, e estão a escrever, para e torna a escrever. Isto não é uma coisa assim tão fácil como parece.

A prática tem sido esta, e eu vou já falar de seguida da prática desta Assembleia. Até agora tem sido assim e eu nunca interfeiri nos serviços da Assembleia porque genericamente têm sido consensuais.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quería dizer ao Senhor Deputado Rui Abrantes, sobre a ata não me vou meter. Eu não faço a correção da ata e não digo a ninguém para o fazer e por isso não assumo aqui absolutamente nada.

Mas eu desafiava-o para o seguinte: Vem ouvir a gravação, juntamente com quem faz a ata, dessa parte que o Senhor disse que faltavam lá coisas.

Não lhe posso fazer mais do que isso. Mostrando claramente que não tenho medo e desafio-o a vir ouvir a gravação da ata juntamente com a pessoa que faz a ata.

O que o Senhor Deputado, Rui Abrantes, também quis fazer aqui foi um número entre mim e o Deputado Fabrício dos Santos. Quis Transformar um debate político porque se esqueceu de ler as declarações feitas pelo Prof. Fabricio Santos.

Se isto fosse um Tribunal tinham que se ver as duas declarações, quando elas têm um sentido. Mas eu vou ler-lhas porque estão na ata: “*eu acrescento, em todas as questões sérias da vida não podemos andar de brincadeira com isto, e não sermos sérios e honestos. Eu acrescento ainda, devemos ser sérios, honestos e verdadeiros nas nossas opiniões e nas nossas decisões*”.

Eu senti isto como um tom provocatório. Eu, sou um homem sério, sou um homem honesto e não ando a brincar com a política, por isso, não vou pedir desculpa ao Sr. Prof. Fabrício Santos, por quem eu tenho um grande respeito, e ele sabe isso.

No debate político, já tive aqui uma vez, uma discussão acalorada com o anterior Presidente da Câmara e aí teria que me penitenciar. Às vezes o combate político não nos leva a tudo, foi com o Prof. Mário Alves, numa expressão infeliz que eu tive, mas, de qualquer maneira, quando é a nossa honra que está em causa, sejam quais forem os meios eu não deixarei de a defender.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A atalho de foice, e dado que o diálogo que eu tentei que se instalasse neste Concelho, e que eu acho que de alguma forma, pese embora algumas situações que não são relevantes, ultimamente, penso que se tem conseguido. Basta ver, de facto, as atas desta Assembleia e as decisões que aqui são tomadas para continuar a considerar-me globalmente satisfeito com o clima de diálogo que se instalou neste Concelho e que eu espero que se continue a manter.

No entanto, nas últimas três Assembleias nós tivemos aqui “dois deputados” adicionais e não sou eu que faço a Lei nem o Regimento, para o Regimento estou sempre disponível para o alterarmos quando os Senhores Deputados entenderem que é conveniente, estamos com o Regimento que já cá estava. Tem funcionado minimamente.

Hoje, foi distribuído aos Líderes, e está aqui na mesa para quem quiser, foi distribuído um documento porque a partir desta altura o público que se quiser inscrever e pronunciar-se aqui nesta Assembleia, de acordo com o artigo 19º, nº 2, tem que dizer ao que vem. Depois se vê se de facto é um pedido de esclarecimento ou se é uma intervenção política.

Para uma intervenção política, naturalmente, e como eu já aqui disse várias vezes, é preciso ter o mandato do povo lá fora.

Na última Assembleia eu tive o cuidado de ler isto com pormenor, uma das pessoas que interveio, não fez qualquer pergunta e a outra fez duas ou três sugestões, não foram pedidos de esclarecimento e acabou de intervir e foi-se embora, aí sim num desrespeito claro por esta Assembleia, pelas regras e por aquilo que nós todos aqui estamos a fazer. Uma coisa é diálogo outra coisa é anarquia.

Do lado do público temos assistido aqui a palmas, assobios, desrespeitos. As pessoas vêm para o Salão Nobre, para a casa da democracia, e pensam que vêm para um comício político.

Isto, sendo do povo anónimo ainda se pode entender quando é de pessoas com responsabilidades políticas, não só, não se pode entender como não se pode permitir.

Que não hajam nenhuma dúvida, porque se voltar a acontecer situações dessas, eu interrompo a Assembleia e convido as pessoas a sair e se não saírem chamo as autoridades, que a lei também diz, que tenho esse poder.

Quanto quiserem a tal chicana política também já me disponibilizei e volto a disponibilizar-me para quando quiserem, em qualquer lado, no local próprio.

Aqui dentro há regras, há uma lei que regula, que é o 169/99 e o 5-A/2002, há o Regimento da Assembleia. Nesta questão do público, o artigo 84º, diz claramente “*A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, sob pena de sujeição à aplicação de coimas de 100,00€ até 500,00€ pelo Juiz da Comarca, sob participação do Presidente do respetivo órgão e sem prejuízo da faculdade ao mesmo atribuída de, em caso de quebra de disciplina ou da ordem, mandar sair do local da reunião o prevaricador, sob pena de desobediência nos termos da lei*”. Portanto, isto não é uma vontade do António Lopes, é uma imposição da lei, que eu penso, que quem tem responsabilidades políticas tinha obrigação de conhecer e de respeitar até para dar o exemplo.

Como digo, somos pelo diálogo, mas diálogo não quer dizer anarquia, ou para utilizar um termo assim mais popularucho bandalheira.

Ficamos claros! Toda a gente pode falar, dentro das regras. A Assembleia, atualmente, ainda tem quarenta e três Deputados. Numa próxima, se, se conseguir o que anda aí mais ou menos aprovado, serão trinta e três, e são esses que têm direito, aqui dentro, de emitir opiniões. Apenas e só! Fora disso é estarmos a perverter a democracia. Não é uma questão de gosto da Mesa, é uma questão de cumprimento rigoroso e escrupuloso da lei.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui neste ponto de análise da ata, porque como viram houve omissões na transcrição da ata. Mas, para mim, ao que parece, foi feita uma edição especial porque a minha ata não tem os números pares. Era isso, que queria pôr à consideração dos respetivos membros da Assembleia e Presidente da Assembleia Municipal. Porque é que a minha não tem os números pares e os outros todos, pelos vistos, estão todas completas? Ao que parece, vai haver uma nova edição?”

Solicito que me seja fornecida uma ata com os conteúdos completos.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Prof. Fabrício, eu não consigo saber qual é que lhe entregaram a si! A minha tem os números pares. Lamento muito! Como compreenderá, não é o Presidente da Mesa que manda as atas.

Como já vem sendo costume, ultimamente, em função dessas leis novas que andam para aí agora, há aqui um pedido da Câmara para adicionar mais um ponto na Ordem do Dia. Este ponto está relacionado com uma autorização para assunção do compromisso plurianual

relativo à despesa decorrente da celebração de quarenta e oito contratos de atribuição de ajudas no âmbito do programa Ativos Sociais.

Proponha, e caso seja aprovada a sua inclusão na Ordem do Dia, que este ponto, por uma questão de organização, fosse o número quatro.”

Seguidamente foi colocado à votação a introdução de mais um ponto na Ordem do Dia da presente reunião da Assembleia Municipal, que foi aprovada por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à contratação da prestação de serviços –Artº 26º da Lei nº 64/-B/2011, de 30 de dezembro.

III - Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à contratação da prestação de serviços –Artº 26º da Lei nº 64/-B/2011, de 30 de dezembro.

IV - Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da celebração de 48 contratos de atribuição de ajudas no âmbito do programa Ativos Sociais.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de Projeto de Regulamento do Pavilhão Desportivo Municipal.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal.

VII - Apreciação e votação, da proposta de alteração aos Estatutos da ADEPTOLIVA.

VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, e do nº 1 do artº. 25º da Lei nº 49/2012, de 27 de agosto, conjugado com o disposto na alínea n) do nº 2 do artigo 53º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Hospital.

IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2013/2016 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2013, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento.

X - Análise às propostas da CCDRC sobre a reorganização Territorial do Centro de Portugal.

XI - Apreciação e discussão da proposta concreta de Reorganização Administrativa do Território do Município de Oliveira do Hospital.

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“Queremos destacar e fazer uma referência positiva, relativamente à comemoração do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, pela realização de várias iniciativas locais que envolveram sobretudo crianças, idosos, funcionários e técnicos, organizadas pela rede social deste Concelho e que culminou com a realização de um Seminário, no dia 30 de novembro, com a presença de oradores conceituados.

As temáticas apresentadas promoveram a reflexão, a partilha, o enriquecimento pessoal e profissional. A mensagem desta comemoração é chamar a atenção para a importância e reconhecimento do contributo dos idosos para a sociedade, incentivar o apoio público, político e partes interessadas a fixarem objetivos para tomarem medidas concretas criando as condições necessárias ao envelhecimento ativo e ao reforço da solidariedade entre as gerações dando-lhes mais apoio.

Núria Mendonza, uma das oradoras deste Seminário refere: “*Ajudar pessoas a pensar grande em relação a si, é ajudar pessoas a descobrir que são bem maiores do que aquilo que pensam*”.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Estamos a chegar ao fim de dois mil e doze, cumpre-se mais um ano da vigência da Lenda da Revisão do Plano Diretor Municipal. Há pelo menos doze anos, que eu saiba, que anda a ser revisto, e portanto é uma Lenda.

É o exemplo típico daquilo que nunca deveria acontecer. Quando for aprovado, está ultrapassado. Mais comentários para quê?

Desejava alertar, desde já, para aquilo que já está a ser engendrado a nível do governo para espoliar os Municípios das suas atuais responsabilidades e competências com a projetada criação de entidades supra municipais, uma espécie de Troikas, para espoliar competências dos atuais Municípios e para controlar os Municípios por cima, através de órgãos antidemocráticos, porque não eleitos. Ou seja, para se criarem cento e tais novos tachos, daqueles que dizem que o estado continua gordo. Naturalmente, tachos para os *boys and the girls*, da rapaziada do costume!

Perguntava: Como é que ficou o financiamento da Fundação Aurélio Amaro Dinis? Discutiu-se, foi aqui aprovada uma moção, creio que na sessão anterior. Como é que está? Foi regularizada a questão do financiamento?

As Extensões de Saúde de Avô e Ervedal da Beira, como é que está? Os hospitais públicos da Direção Regional de Saúde continuam a dar lucro. É uma espécie de agiotagem que está instalada através do Serviço Nacional de Saúde e do nosso dinheiro e da nossa saúde. Agiotagem pura e dura! E as Extensões de Saúde de Avô e Ervedal da Beira, onde é que estão?

Segundo informações recentes, a DREC - Direção Regional de Educação do Centro, está a preparar-se para impor a constituição de um Mega-Agrupamento de Escolas em todo o nosso Município.

Isto trata-se de um passo na escalada contra o ensino público, mais um passo na escalada contra os direitos, das crianças, em primeiro lugar, que não beneficiam nada disso, dos professores, dos funcionários, dos encarregados de educação, das comunidades.

Tem sido mais ou menos consensual, em todas as plataformas de discussão do nosso Município, que somos contra uma situação deste tipo. E somos contra pelas razões que eu atrás disse. Isto apenas tem a ver com a destruição do ensino público, com a destruição da gestão democrática do ensino e com a destruição dos direitos básicos das nossas crianças, das crianças do nosso povo e depois dos professores, dos funcionários e por aí fora.

Eu penso que, de imediato, e proponho que a Assembleia Municipal exprima já um voto de rejeição dessa engendragem que está a ser montada contra os interesses do nosso Município e que nos preparemos para lutar contra mais esse abuso, mais essa violência, mais essa situação. Lutar contra, é com as pessoas, com as populações. Exigir, à DREC e ao Ministério da Educação, que não venham para cá argumentar com a lei. A lei é uma lei terrível, mas, a lei feita por homens e mulheres, como tantas outras, não são “leis da Tábua de Moisés”, não são “leis do Corão”. Portanto, homens e mulheres fazem leis, homens e mulheres têm o dever de corrigir essas leis, de as não aplicar, de as revogar, quando essas leis, de facto não servem. Esta é daquelas que simplesmente não serve e tem sido consensual em todos os debates, em todos os fóruns de debate desta situação. Proponho um voto imediato de posicionamento de rejeição dessa medida aqui no nosso Município.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, em concreto não formula nenhuma proposta para se fazer ou não essa rejeição. Convinha haver uma redaçãozinha mínima. Não sei se as outras forças políticas também têm alguma coisa a dizer sobre este assunto?”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Arq^a. Élia Sofia Duarte Feiteira, que fez a seguinte intervenção:

“Eu tinha mais uma questão para falar, na área do plano e ordenamento, mas, passo já para esta, na área da educação.

Venho em nome do grupo do Partido Socialista desta Assembleia Municipal apresentar a seguinte proposta, para a qual peço a vossa atenção:

Proposta de recomendação à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

No âmbito da reorganização e consolidação da rede escolar do Concelho de Oliveira do Hospital e, por solicitação da Direção Regional de Educação do Centro - DREC, é do conhecimento público, que se realizou no passado dia treze de dezembro de dois mil e doze, uma reunião com a Sra. Diretora Regional de Educação do Centro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, a Sra. Vereadora da Educação e todos os Diretores e

Presidentes dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas do nosso Concelho, onde foram abordados entre várias questões:

- A análise do processo de reorganização e consolidação da rede escolar do Concelho de Oliveira do Hospital;

- A proposta de constituição de Agrupamentos de Escolas nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2008;

Segundo informação obtida e devidamente clarificada, a proposta apresentada pela Sra. Diretora Regional de Educação consistiu na criação de um só agrupamento para todo o território educativo do Concelho de Oliveira do Hospital;

Neste sentido, considerando os superiores interesses da comunidade educativa do Concelho, numa perspetiva de equilíbrio e coesão territorial, de bom-senso e respeito pela diversidade dos territórios educativos e das diferentes dinâmicas educativas, evidentes nas várias áreas geográficas do Concelho;

Levando igualmente em linha de conta o superior interesse dos alunos e das suas famílias, bem como a promoção de um ambiente de estabilidade aos alunos, professores, auxiliares de ação educativa e demais colaboradores da organização escolar, que proporcione boas aprendizagens;

O Grupo de eleitos pelo Partido Socialista nesta Assembleia, apresenta a seguinte proposta de recomendação à Câmara Municipal, endereçando desde já o convite aos demais grupos políticos com assento na Assembleia Municipal, bem como aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, a subscrever esta recomendação que o Executivo Municipal deverá analisar:

1. A opção pela criação de dois novos agrupamentos de escolas ao invés de um só – tal como inicialmente proposto pela Sra. Diretora Regional de Educação.

2. A opção pela criação de um Agrupamento de Escolas na área Norte do Concelho (envolvendo Lagares da Beira – Cordinha).

3. A opção pela criação de Agrupamento de Escolas na zona Centro – Sul do Concelho (envolvendo o Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas e Vale do Alva) não incluindo, aqui, a Escola Secundária de Oliveira do Hospital.

4. A opção pela defesa do principio da autonomia da Escola Secundária de Oliveira do Hospital que, assim, não deverá ser agregada a qualquer das anteriores soluções apresentadas.

Como fundamentação, observamos que a presente proposta é baseada no estudo, e respetivos dados de suporte – demográficos, estatísticos e de caracterização, realizados pela equipa que, desde janeiro de dois mil e doze, tem vindo a elaborar o Projeto Educativo Local.

Projeto este que assenta nos seguintes pressupostos:

Estudos devidamente fundamentados, que resultaram de um processo consultivo, no qual tem sido auscultada toda a comunidade oliveirense, onde se tem verificado uma participação ativa de toda a comunidade concelhia: Escolas, associações de pais, empresas, cidadãos, IPSS, Presidentes de Junta de Freguesia, movimento associativo, etc, etc ..., que, todos em conjunto, têm dado o seu contributo, livre e democrático, para uma boa organização do território educativo do Concelho de Oliveira do Hospital. Facto que, regista-se, tem permitido a construção de um documento de planeamento bem fundamentado, estruturado e consistente.

Refira-se que a opção pela criação de dois agrupamentos e a não agregação da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, isto é, a manutenção da sua autonomia, têm sido defendidos por unanimidade, pelas Escolas com participação ativa no processo de construção do Projeto Educativo Local.

Com sentido de responsabilidade e optando por uma postura construtiva em termos políticos, deixamos, pois, esta recomendação à consideração da Câmara Municipal.”

Seguidamente, o Sr. Deputado, Rui Miguel Guedes Abrantes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação a isto, só um comentário breve: Como estão bem recordados, há cerca de um ano atrás o Sr. Presidente da Câmara vangloriou-se desta reforma não ter ido avante. Na altura, como hoje, tínhamos quatro Agrupamentos e passaríamos a dois Mega-Agrupamentos. Hoje, segundo indicação da DREC, e será a DREC que terá que, em sede própria com o Executivo negociar isso e é lá que se deve fazer esse combate, e essa luta pelos interesses do Município.

Dizia eu, que o Sr. Presidente da Câmara, na altura, vangloriou-se por ter parado a reforma. Nessa altura a DREC, defendia a constituição de dois Mega-Agrupamentos, vejo que passado um ano, essa proposta é agora defendida pela Câmara Municipal, ou seja, parece-me a mim que perdemos um ano. Se isto tivesse sido resolvido à um ano atrás a proposta que a DREC defendia era a proposta que o Executivo agora defende, por isso, há responsabilidades, naturalmente que o Sr. Presidente da Câmara terá a cota parte, este era um processo que já estaria resolvido por vontade da DREC, Provavelmente, segundo aquilo que sabemos, através da Comunicação Social. Hoje estamos a defender algo que fomos contra há um ano atrás.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Bom dia a todos e, já agora, faço votos que o espírito da época se prolongue por dois mil e treze que nós todos bem precisamos.

Esta questão dos Mega-Agrupamentos não é nada mais, nada menos, do que uma *reprise* da questão das Freguesias.

Eu não posso estar mais de acordo com aquilo que o João Dinis disse aqui à pouco. Na quarta-feira, vinha a viajar e listei aqui a redução das Freguesias, redução para doze dias de indemnização por despedimento, redução do subsídios de desemprego. Foi aquilo que eu ouvi. Só na quarta-feira era intenção de. Redução do complemento solidário para idosos, redução dos hospitais públicos. Só na quarta-feira, foi aquilo que o governo dizia. E agora, redução para um Mega-Agrupamento no Concelho de Oliveira do Hospital.

Eu acho que esta gente não sabe história. Se soubessem história sabiam que estão a enterrar o País.

Em mil e quinhentos, Lisboa era a maior capital da Europa. Portugal era um dos Países mais ricos da Europa.

Vem a política restritiva, D. João III, em mil quinhentos e trinta, Portugal era o País mais pobre da Europa.

O Marquês de Pombal, caiu-lhe em cima o terramoto de mil setecentos e cinquenta e cinco. Criou imensas empresas públicas, desenvolveu o País.

Vem a seguir D. Maria I, com a política, chamada, curiosamente, de viradeira. Passados trinta anos Portugal era o País mais pobre da Europa, de novo, e por volta de mil e oitocentos, morreram cerca de trinta e tal mil pessoas de peste, exactamente por não haver apoio do Estado a essa gente. Depois o que aconteceu em mil oitocentos e oito, foi que, o Rei teve que fugir para o Brasil.

Portanto, espero que isto não venha a acontecer a Portugal. Que a gente não tenha que fugir para o Brasil.

Isto para vos dizer que, se esta gente soubesse história, sabia que restrição não conduz a nada. É uma questão muito simples, é saber história.

Estarmos agora com argumentos políticos quando o problema é saber história.

É evidente que, criando aqui um Mega-Agrupamento, vejam o que é que acontece com os Professores. Os Professores têm que ir, eventualmente, para a Escola da Cordinha ou do Vale do Alva prestar serviço sem serem retribuídos. A gestão é feita centralmente, e o mesmo acontece com os Auxiliares de Ação Educativa. A meu ver, andou bem a proposta do Prof. João Dinis e do grupo Municipal do Partido Socialista, em pedir, exigir, propor, e eu penso que todos os Deputados Municipais, é evidente que cada um tem a sua própria liberdade mas teremos a obrigação, digo eu, de defender, passando de três para dois, porque passando de três para um, toda a gente percebe que estas coisas não se resolvem de extremo a extremo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Nem um nem dois. Os que estão! Porque, pessoalmente, não estou nada convencido, de passar de três para dois, mais aqui alguma coisa que seja algum avanço positivo. É um recuo, é um retrocesso e, portanto, não estou de acordo com a posição expressada pelo Partido Socialista. Aliás, para o que é que foi que a Câmara encomendou um estudo? De facto, vamos lá ver, não confundamos, “enquanto o pau vai e vem folgam as costas”, e, portanto, se tivemos mais um ano, foi um ano que se ganhou e não um ano que se perdeu.

A Câmara fez um estudo, nós temos a convicção que os Mega-Agrupamentos não servem, têm objetivos inconfessos. A experiência de não sei quantos Municípios deste País já comprovou à sociedade que é prejudicar o ensino, prejudicar a vida das crianças, dos professores e funcionários. Mais trabalho menos salário!

A experiência precisa de ser feita aqui. Para quê?

Estou contra e expressei isso mesmo na reunião no Agrupamento de Escolas da Cordinha, contra a agregação.

Não só da agregação, se fosse Cordinha e Lagares e francamente, de facto, a DREC, no ano passado já estava com esta proposta que a Câmara agora aqui nos apresenta. O que é que mudou de um ano para o outro para que a Câmara tenha mudado de posição? Um estudo?

Então, o dinheiro do Município nessa parte do estudo foi mal gasto. Eu se encomendasse um estudo, como toda a gente faz neste país, os estudos servem para depois legitimar posições políticas, não para as fundamentar. É para legitimar. A gente quer tomar uma medida, encomenda um estudo, paga por ele e esse estudo vem justificar a medida

política que a gente quer tomar e não o contrário. O estudo devia-se fundamentar numa melhor tomada de posição política. Mas no nosso País isto anda ao contrário.

Nesta parte do estudo, porque não foi só na revisão da Carta Educativa Municipal, o dinheiro Municipal foi mal gasto. Chegou à conclusão que a DREC já estava a propor no ano passado.

Não! O estudo tinha que chegar à conclusão que não tínhamos que haver dois, eram os que estavam. Santa paciência!

Homens e mulheres de pouca fé, se nós continuamos a pensar que isto tem que ser assim. Fazem leis, nós não estamos de acordo, são leis que nos violam a consciência e que viola tanta coisa, mas tem que ser, temos que cumprir. Não! Não tem nada que ser assim! Isto não é futuro nenhum!

A desertificação humana que está a acontecer no interior é um retrocesso. Retrocesso não, até porque à cinquenta anos atrás havia muito mais gente, apesar das condições que temos agora.

Eu acho que esta nossa tendência para pensarmos como o sistema dominante quer que a gente pense. Perdemos nós a nossa própria capacidade de análise e de crítica, entalamos a nossa forma de raciocinar nas baias que eles nos impõem. Pensar como o sistema quer que a gente pense. Não! Isto não tem que ser assim! Isto, aliás não pode ser assim! Não pode continuar assim! É isso que é preciso transformar. É preciso é acabar com estas políticas e com quem as pratica. Isto é muito simples!

A questão das Freguesias: Nós vamos acabar com eles antes deles acabarem com as Freguesias. Querem apostar? Este governo vai ser corrido antes de acabar com as Freguesias.

Eu não estou a fazer futurismo, mas é para isso que eu luto dia e noite. Porque é isso, irem para o caixote da história e das más recordações, é o único sítio, para a sargeta da história e para o álbum das más recordações é o que estes capatazes das Troikas merecem.

O Sr. Rui Abrantes ainda é jovem para ter paciência e calma mas eu é que já não tenho o tempo que você tem para ter a calma que é necessário ter. Eu já tenho muito menos tempo na vida do que você é por isso que eu tenho que ser mais...

Voto de protesto: Perante a posição já avançada pela responsável da Direção Regional de Educação do Centro (DREC), segundo a qual vai ser criado um “Mega-Agrupamento” de escolas no nosso Concelho.

Considera trata-se de uma medida que vem contra os consensos já apurados nesta matéria pelas Autarquias Municipais, pelos atuais Agrupamentos de Escolas, consideramos, ainda, que, a consumir-se, esta medida vem contra os interesses das nossas crianças e jovens.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital expressa, desde já, um voto de protesto face às intenções da DREC para ser constituído um Mega-Agrupamento escolar no nosso Município.

Exorta a Câmara Municipal a integrar-se num movimento público de contestação efetiva desse projeto da DREC.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes das votações gostava de dar alguns esclarecimentos para que todos pudessem perceber qual foi o trajeto do Município.

Eu percebo que o Deputado, Rui Abrantes, faça algumas afirmações absolutamente descabidas, neste contexto, por uma razão: Não é um homem desta área e por isso deve ter algumas dificuldades em perceber algumas coisas.

Mas deixe-me dizer-lhe: Eu não me vangloriei. O senhor disse que eu me vangloriei. O que eu disse e tornei a dizer, é que fiz o trabalho que deveria ter feito com as convicções que eu também tenho sobre este assunto. Mas fomos mais longe! O que é que nós fizemos?

Não lançámos um Projeto Educativo Local feito com as diretrizes, como um que eu encontrei aqui, que até acrescentava salas nas escolas do primeiro ciclo que nesse próprio ano tinham fechado. Nós não encomendámos um estudo assim.

Encomendámos um estudo que fizesse, realmente, as projeções da própria população escolar daqui a dez anos e daqui a vinte anos.

Quero também recordar que o processo das agregações começa nos governos do Partido Socialista. Opus-me sempre, determinantemente, quando essas agregações foram proposta pelo Partido Socialista.

A minha visão e o meu compromisso é defender as convicções e o sentir dos Oliveirenses.

O Sr. Deputado Rui Abrantes, se calhar, não sabe por falta de informação porque não participou nas reuniões com a Sra. Diretora Regional de Educação do Centro.

No ano passado, a Sra. Diretora Regional da Educação do Centro, logo na primeira proposta que fez, numa reunião onde eu estive juntamente com os Diretores das Escolas do Concelho, ela queria logo fazer um Mega-Agrupamento.

A Sra. Diretora Regional disse que a sua proposta era o resultado da sua intuição.

Mas, as questões da educação não se resolvem por intuição.

O Município de Oliveira do Hospital é assumidamente contra a constituição dos Mega-Agrupamentos por uma razão extremamente simples, porque não tem a ver com a qualidade educativa.

Isto não tem absolutamente nada a ver com a qualidade educativa. Nós poderíamos analisar os Mega-Agrupamentos que foram criados no passado e ver qual é o resultado.

A criação de um Mega-Agrupamento, e é preciso que fique claro, é uma imposição da Direção Regional de Educação do Centro e da sua Diretora, imposição esta que é penalizadora para a comunidade escolar de todo o Concelho de Oliveira do Hospital.

Estas agregações não têm resolvido os problemas da educação porque os problemas da educação não se resolvem assim e nisto estou de acordo com o João Dinis.

Da parte do Município de Oliveira do Hospital, de uma forma séria e organizada, temos neste momento em elaboração o Plano Educativo Local. Facto que é do conhecimento da Direção Regional de Educação do Centro.

Na elaboração do Plano Educativo Local tem sido ouvida toda a comunidade Oliveirense. Este Projeto tem ouvido todos os parceiros educativos. Destaca-se a participação desde os encarregados de educação aos Conselhos Gerais.

Reafirmo aqui, o Município de Oliveira do Hospital é absolutamente contra a proposta da Sra. Diretora Regional de Educação do Centro para a criação de um só Mega-Agrupamento no Concelho de Oliveira do Hospital.

Numa reunião com os Presidentes dos Conselhos Gerais foi apresentada a proposta da Sra. Diretora Regional, que diz que é por intuição, para a constituição de um só agrupamento, um território educativo.

Esta proposta só demonstra total desconhecimento das dinâmicas locais do concelho de Oliveira do Hospital, por esta senhora.

Por alguma razão, o Plano Educativo, é um documento com uma proposta bem fundamentada, estruturada e consistente.

Este Plano Educativo ainda não está aprovado porque tínhamos combinado com a Direção Regional, fazer e discutir o Plano até ao dia 31 de dezembro. Agora, a Direção Regional, queria que fosse até ao dia 15 de dezembro. As nossas propostas ainda não foram discutidas e devem ser discutidas.

A Assembleia Municipal é o órgão próprio para tomar uma decisão e tomar defesa dos Agrupamentos desta nossa região.

Não podemos permitir que a DREC prejudique toda a Comunidade Escolar do Concelho de Oliveira do Hospital.

Tem que haver estudos fundamentados, nomeadamente quanto ao número de alunos. Esse estudo está uma primeira parte feita.

A proposta do projeto do Plano Educativo Local do Concelho de Oliveira do Hospital assentava em criarmos três núcleos educativos. Havia um agrupamento a Norte, havia um agrupamento a Sul e a Escola Secundária ficava sozinha derivado às características do próprio ensino secundário.

Esta nossa proposta demonstra claramente que não queremos deixar tudo igual, quando há um menor número de alunos e os Agrupamentos vão tendo um menor número de alunos, ninguém nos pode acusar disso. Há aqui uma posição séria e responsável. Por isso, penso que todos nós deveríamos lutar por esta proposta.

A Sra. Diretora Regional considera os agrupamentos umas capelinhas. Numa entrevista ao Diário de Coimbra de quinta-feira, e por isso estas declarações foram feitas na quarta-feira, a Sra. Diretora Regional diz que quer acabar com umas capelinhas.

Agora em tom de brincadeira; Há quem prometa o Messias, mas queira trazer uma Virgem Maria. Se acabarem com as capelas, onde é que ela reza? Onde é que vão passar a rezar? Acho isto muito interessante, meus caros amigos!

O posicionamento do Município é de responsabilidade. É dizer que é preciso alterarmos algumas coisas. Também tenho que dizer ao Sr. Deputado, Rui Abrantes, e é muito importante isto que eu lhe vou dizer: O Sr. diz que poderíamos ter feito isto anteriormente, há um ano, e que isto estava resolvido.

Não! Esse era o primeiro passo para outro avanço que queriam. Isto começou já há muito tempo, não foi há um ano, e temos conseguido resistir com a nossa postura.

Hoje, a angústia que há nas escolas, a angústia dos auxiliares de ação educativa, a angústia dos professores, a angústia das famílias nós sabemos o que é. Por isso valeu a pena

mesmo que fosse só um ano de adiamento. Valeu a pena porque estamos a defender as pessoas que estão a fazer o seu trabalho sério.

Todos os Conselhos Gerais do nosso Concelho votaram a favor desta proposta.

Nós, pedimos isenção. Pedimos que a Escola Secundária fique sozinha. Estamos a pedir aquilo que acontece nalguns Concelhos deste Distrito. Não estamos a pedir para sermos uma exceção, estamos a pedir aquilo que acontece já no Concelho de Coimbra e no Concelho da Figueira da Foz.

Não estamos a pedir ao Ministério da Educação nada que eles não tenham feito noutros Concelhos.

Oliveira do Hospital não é diferente da Figueira da Foz e não é diferente de Coimbra.”

Seguidamente, o Sr. Deputado, Rui Miguel Guedes Abrantes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, utilizando o mesmo tom, agora a Virgem está quase em trabalho de parto por isso é melhor não a perturbarmos.

Isto já vai sendo um hábito. Já em relação às freguesias foi a mesma coisa. Quando a coisa começa a apertar vamos para a Assembleia Municipal buscar apoio.

Foi o caso, e é o que está a acontecer agora com esta proposta do Prof. João Dinis que a Câmara quer aproveitar para, de uma forma apressada, trazer à Assembleia Municipal para sentir mais algum apoio.

Mas, como o Sr. diz, e bem, acusa-me, e bem, eu não sou da área. Falta de conhecimento! Naturalmente!

Falta conhecimento porque falta discussão. Como o Sr. diz, e bem, há um ano que andamos a ouvir falar aqui na Assembleia Municipal sobre Mega-Agrupamentos.

Porque é que o Sr. nunca falou com o Sr. Presidente da Assembleia e mandou agendar. Dê-nos conhecimento para nós termos matéria, de facto, para podermos opinar sobre ela. Nós, nem tão pouco sabíamos essas tomadas de posição que o Sr. tem tido ao longo dessas reuniões. Lá está! Não fazemos parte desses órgãos e isso é natural.

No que diz respeito aos estudos eu também fiquei curioso e até escandalizado.

O João Dinis, defende que se gaste dinheiro a elaborar estudos que corroborem as nossas opiniões!

O Senhor, vai-me desculpar mas as coisas não devem ser assim.

Os estudos fazem-se para depois decidirmos fundamentadamente. Não é decidirmos e depois vamos pagar, utilizar aí, os recursos próprios da autarquia, para fundamentar as nossas decisões.

Isso é mesmo um espírito comunista. Nós compreendemos isso e compreendemos que o Sr. Presidente da Câmara esteja a cair no mesmo erro porque afirmou que o estudo que está a desenvolver vai exactamente no sentido da proposta. Ele ainda não está concluído, mas vai no sentido da proposta que o Sr. defende, agora, dos dois Mega-Agrupamentos.

Isto parece-me que não é sério. Isto parece-me que não é assim que se faz.

Pagam-se os estudos. Fazem-se os estudos que depois, exactamente dessa forma, irão fundamentar as nossas decisões.

Não é estarmos a condicionar, à partida, as pessoas que fazem esses estudos para que eles dêem o resultado que nós queremos.

Por isso, nem com capatazes, isso não tem nada a ver. O que tem a ver claramente é que o João Dinis gosta de utilizar o dinheiro por forma a que esses estudos corroborem as medidas que ele defende. Isso, acho que, é contrário ao espírito democrático.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“É preciso dizer ao Sr. Deputado, Rui Abrantes, que quem definiu os *timings*, apressadamente, foi a Direção Regional da Educação.

Isto tem um conjunto de passos e têm que ser discutidos nas bases e têm que ser discutidos nos Conselhos Gerais das Escolas. Isto tem que ser discutidos nas Escolas.

O Senhor, está a dizer, que foi eu que disse, que deveriam ser dois Agrupamentos. Estou a dizer-lhe que é uma proposta que eu defendo depois de analisar a proposta. Acho coerente a proposta que está feita. Uma parte do estudo que está feito e que foi negociado com todas as escolas.

Parece-me que, o Senhor está a defender uma coisa que não pode defender. Está a defender um só Mega-Agrupamento no Concelho de Oliveira do Hospital.

O Sr. Deputado, Rui Abrantes, não está a defender a educação no Concelho de Oliveira do Hospital, não está a defender a comunidade educativa, com essa sua proposta.

Porque é que o Sr. Deputado, Rui Abrantes, está a dizer que a proposta foi minha? Vamos lá perceber! A proposta não foi minha. Há aqui uma série de equívocos sobre o estudo. Porque este estudo aponta para esta realidade.

Não fui eu que disse ao Dr. Rochette nem à sua equipe credenciada de professores universitários como é que deveriam fazer o estudo.

Mas, o Senhor, com certeza, sabe como é que se fazia antigamente.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre este assunto, já há pouco, quando falei sobre a organização da Assembleia tinha intenção de dizer mais qualquer coisa mas ainda bem que não disse, fica para agora.

Eu sou capaz de concordar com algumas coisas que diz o Deputado Rui Abrantes.

O que acontece é que esta Assembleia Municipal, como noventa e cinco ou noventa e oito por cento das Assembleias Municipais do País, faz os serviços mínimos.

Vimos aqui cinco vezes por ano um pouco na perspectiva do que o Sr. Deputado Rui Abrantes disse, de dizer “ámen”, ou para utilizar a sua expressão, pedir apoio.

Mas, a Assembleia Municipal, a menos que alguma coisa tenha mudado sem eu ter percebido, é o órgão máximo do Concelho.

Estou certo? Portanto, era esta Assembleia Municipal que devia fazer algumas propostas e, se calhar, tinha outra força e tinha outra beleza saírem daqui e não estarmos, de facto à espera.

Posto o problema como o Senhor o pôs nós devemos docilmente pôr o pescoço no cepo e deixar que eles ponham o machado.

A lei das freguesias se tem sido criada e discutida internamente se tivéssemos arrumado a nossa casa, como, aliás, era a orientação da CEE, se calhar, as coisas tinham sido de outra maneira.

Mas chegam aqui como agora chegam para as escolas: Olhem façam favor isto é assim, não há dinheiro.

Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, neste caso concreto, todos nós sabemos que há um fenómeno chamado desertificação e todos nós sabemos que os alunos das escolas estão a diminuir de ano para ano. Portanto aquilo que é verdade neste ano se calhar não é para o outro.

Na década de sessenta construíram-se escolas primárias em todas as aldeias e bairros e hoje estão quase todas fechadas porque não há quem vá para lá. É uma realidade diferente que não depende do nosso querer. Se não estivermos aqui atentos e se não formos evoluindo de acordo com essa realidade alguma coisa estará mal.

Quero também informar que fiz uma recomendação à Câmara, devido ao que aqui se passou, e de estarmos aqui até depois da meia noite.

Se repararam, o Orçamento da Assembleia Municipal vai aumentar em cerca de cinquenta por cento, precisamente, para provisionar, se os Senhores Deputados assim o entenderem, um dia destes não virem aqui ao sábado ou não virem aqui à noite, temo-lo feito e eu acho que é um serviço que prestamos ao Concelho e acho que temos estado muito bem. Mas, a lei não é só para quando nos dá jeito é para tudo.

A lei diz que se podem criar Grupos Municipais. E os partidos que estão aqui têm, quanto a mim até o dever, de ir fazendo propostas.

A verdade é que a gente está aqui no tal serviço mínimo, comodamente instalados e vamos apoiando ou desapoando aquilo que a Câmara faz. Mas, então, sejamos justos, se calhar, nós é que temos que sair desses serviços mínimos.

Estão lá contemplados na lei, nos direitos e nas obrigações de cada um de nós e fazermos, efetivamente, o nosso trabalho. Porque esta forma de estar no contra, porque é a grande vantagem aqui de algumas situações, é a nossa posição cómoda e até temos quase sempre razão.

É bom que evoluamos e quando viermos para esta reunião deveremos trazer também umas propostas devidamente fundamentadas e, se calhar, até também temos o direito de pensar e na altura em vez de sermos nós a fazer o que a Câmara diz, ser a Câmara a analisar o que esta Assembleia lhe tráz também. Vamos lá ser justos.

Portanto, temos aqui duas situações concretas: É o Sr. João Dinis que diz que quer que esteja tudo conforme está e é o Grupo Municipal do Partido Socialista que defende dois Agrupamentos mais a Escola Secundária.

Se não há conciliação vamos pôr à votação.”

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, fez a seguinte intervenção:

“Eu tenho que dar um esclarecimento. A minha proposta não é alternativa à do Partido Socialista. Voto de protesto pelo projeto da DREC e apenas isso”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A proposta do João Dinis é um voto de protesto que diz que se devem manter os três agrupamento, não é?

Se é um voto de protesto fica registado o voto de protesto em ata.

Parece que a opinião é unânime. Se há discordâncias digam-me.

Registamos o voto de protesto como tal e votamos a recomendação.

Passamos entretanto à votação da proposta do Grupo do Partido Socialista de recomendação à Câmara Municipal para que defenda a constituição de dois Agrupamentos e a Escola Secundária.

Neste momento a proposta que é defendida pela DREC é que todo o ensino básico e secundário, se bem percebo, é que não é bem a minha especialidade, fique num só Mega-Agrupamento.

A proposta da Câmara ou o estudo que a Câmara tem e a proposta que aqui está a ser apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista é no sentido de que fique um agrupamento a Norte, que inclui Ervedal da Beira e Lagares, e um Agrupamento a Sul, que inclui Oliveira do Hospital e Vale do Alva, excluía a Escola Secundária. Portanto, ficaremos com a Escola Secundária independente, um agrupamento a Sul, com a Brás Garcia de Mascarenhas e a Escola do Vale do Alva e ficaremos com outro Agrupamento com Ervedal da Beira e Lagares da Beira. É esta a proposta que o Grupo Municipal do Partido Socialista e é isto que está a ser proposto à votação.”

Seguidamente foi efectuada a votação da proposta do Grupo do Partido Socialista de recomendação à Câmara Municipal para que defenda a constituição de dois Agrupamentos e a Escola Secundária, que foi aprovada por maioria, com cinco abstenções e um voto contra.

O Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, deixe-me só fazer aqui uma declaração. Na minha opinião a proposta do Prof. João Dinis não vai contra esta proposta.

A proposta do Prof. João Dinis é clara. É contra a construção de um Mega-Agrupamento e que eu também acho que deve ser votada. A proposta é contra um Mega-Agrupamento e todos nós somos contra a construção de um Mega-Agrupamento.”

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Dr. Manuel Fernando Morais da Silva Garcia, fez a seguinte intervenção:

“Porque estamos na casa da democracia, e estamos a discutir e também votamos aqui votos de pesar, votos de congratulação, e penso que não estou a cometer algum exagero, então, também digo ao Prof. João Dinis que reformule ou por recomendação ou por o que quer que seja porque também tem toda a legitimidade. O que estamos a votar é contra a criação do voto. O Prof. João Dinis reformula e então a Assembleia vota. Penso que isto não é mal nenhum.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Isto é como eu digo, isto tem algumas regras e não é para se fazer em cima do joelho. Quando vimos para aqui e por causa da tal idoneidade e pelo respeito pela casa, acho que estas coisas devem vir minimamente pensadas, devidamente estruturadas e apresentadas como deve ser.

Se é um voto de protesto, nós todos aqui protestamos contra todos, cada um de sua maneira e do seu lado se é uma Moção ou se é outra coisa, porque para mim não está aqui em causa pôr ou não pôr à votação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Mesa, eu reformulo o título, em vez de voto de protesto ponho Moção. Não tenho problema nenhum!

Nós aqui votamos votos de pesar e outros votos e também se pode votar um voto de protesto, mas, não façamos disso a essência da coisa porque essa não é a essência.

Quero em primeiro lugar fazer uma declaração de voto. Voto contra a proposta do grupo do Partido Socialista, porque, de facto, alterar a situação é dar mais um passo de retrocesso e não de avanço.

E até me permito, agora, desanuviar porque às vezes também é preciso. Como a Câmara Municipal vai agora criar um incentivo à natalidade, nós vamos começar a recuperar a população e sobretudo as crianças no nosso Município e daqui a sete ou oito anos nós voltaremos a ter mais crianças nas nossas escolas.

Isto é um assunto sério, estamos provavelmente a falar dos assuntos mais sérios que podem ser discutidos a nível da Assembleia Municipal, das Autarquias, das Comunidades, etc.

Estamos a falar de educação, estamos a falar de futuro porque se trata de crianças e de jovens, mas também já são presente, muitos deles.

Sou daqueles que tenho fé, não é fé acrítica, no sentido de que isto há-de mudar, não pode continuar assim. As cidades não podem continuar a engolir seres humanos a começar pelas crianças.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Prof. João Dinis passou a chamar o voto de protesto de Moção e vamos ler para que não hajam dúvidas.”

De seguida, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Moção: Perante a posição já avançada pela responsável da Direção Regional de Educação do Centro (DREC), segundo a qual vai ser criado um “Mega-Agrupamento” de escolas no nosso Concelho, a Assembleia Municipal considera tratar-se de uma medida que vem contra os consensos já apurados nesta matéria pelas Autarquias Municipais, pelos atuais

Agrupamentos de Escolas, consideramos, ainda, que, a consumir-se, esta medida vem contra os interesses das nossas crianças e jovens.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital expressa, desde já, o seu protesto face às intenções da DREC para ser constituído um Mega-Agrupamento escolar no nosso Município.

Exorta a Câmara Municipal a integrar-se num movimento público de contestação efetiva desse projeto da DREC.”

Seguidamente foi efectuada a votação da Moção contra a proposta da DREC para a criação de um Mega-Agrupamento escolar no concelho de Oliveira do Hospital, apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que foi aprovada por maioria, com duas abstenções e três votos contra.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João Esteves, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Votei a favor da proposta apresentada pelo Partido Socialista pelo seguinte: Não é mais do que ser coerente com a minha posição tomada, porque eu faço parte da Comissão Municipal da Educação.

Na Comissão Municipal de Educação, realizada no dia sete de dezembro, foi apresentado o estudo acerca da Carta Educativa de Oliveira do Hospital. Nessa Carta Educativa o estudo feito, apontava para a seguinte proposta: Dois Agrupamentos, um a Norte, e outro abrangia o Agrupamento Sul e Centro de Oliveira do Hospital e Vale do Alva. Mas, não era só isto; Essa proposta fazia, também, com que se mantivessem as Escolas do Primeiro Ciclo de Lourosa e Seixo da Beira. Isso fazia parte do estudo apresentado.

Como membro desse Conselho Municipal de Educação, achei que era uma proposta que se enquadrava dentro do razoável e votei a favor desta proposta apresentada, que aliás, era a proposta que o Executivo Municipal defendia. Por isso, nessa perspectiva eu votei a favor e sendo coerente comigo próprio votei a favor nesta Assembleia.”

Seguidamente, o Sr. Deputado, Rui Miguel Guedes Abrantes, tomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“O que eu quero registar aqui é o sentido de voto dos Deputados do PS-Partido Socialista nesta Assembleia porque apresentam uma recomendação à Assembleia que fazem aprovar, no sentido da Câmara defender a constituição de dois Agrupamentos mais um, que é a Escola Secundária, e depois votam favoravelmente, aprovam, uma proposta do Prof. João Dinis que é contra a extinção de qualquer agrupamento. Coerência por favor!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Claramente que sou contra os Mega-Agrupamentos, porque já sei o que é que vem aí a seguir. Mega-Agrupamentos e depois vêm encerramentos de escolas.

Nem as crianças, nem as famílias, ganham nada com isto, e sei do que falo, e se alguém tiver dúvidas vão a Meruge e veem como é que aquelas crianças são educadas naquela escola, como é que são acompanhadas, e as regalias que têm.

Se aquela escola encerrar, as regalias que as famílias vão perder, e que essas crianças vão perder. Não vão melhora em termos de ensino, não se convençam disso!

A prova evidente é que os alunos da Escola Básica de Meruge, normalmente, são eles que ganham os prémios de mérito no Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira.

Há outro assunto que também me preocupa bastante, que são as obras da ETAR e das Estações Elevatórias.

As obras continuam a andar muito devagarinho e a maior parte das vezes encontra-se paradas. É o que acontece neste momento.

Alertar, também, o Sr. Presidente da Câmara, para uma parte que tem que ser a Câmara a providenciar: Fazer os ramais, a conduta da água e as valas para o saneamento. O Sr. Presidente tem que dar andamento a isso porque, se não, depois, anda uma coisa e não anda a outra.

Pergunto, também, ao Sr. Presidente da Câmara se nas reuniões com as Águas do Zêzere e Côa tem alertado, porque, está a construir-se a ETAR em Meruge e duas Estações Elevatórias e o problema não fica resolvido porque ficam duas fossas a drenar diretamente para o rio Cobral.

Segundo diz, as Águas do Zêzere e Côa, o Senhor acompanhou, na reunião que tivemos com eles, que está previsto o lançamento para dois mil e catorze. Acho que isso não tem lógica nenhuma, não tem nada a ver com a falta de dinheiro, tem a ver é com mau planeamento porque quando se vai para uma localidade penso que se deviam resolver os problemas dessa localidade de uma vez por todas. Não é andar a fazer uma coisita aqui e uma coisita além, e pelos visto, não é só em Meruge que acontece isso, acontece em mais Freguesias do Concelho.

Não sei se o Sr. Presidente da Câmara, nas reuniões que teve, já falou acerca desse assunto para tentar a sua resolução de uma vez por todas.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Quero, desde já, dizer ao Deputado Rui Abrantes. Sei qual é a minha função e quais as minhas competências dentro desta Assembleia Municipal: Menos política pela política e mais política social e local em prol de quem nos elegeu, e a todos nós, logicamente.

O Deputado, Rui Abrantes deu-me a entender, e estou no direito de o pensar, que os membros da Assembleia Municipal, não andam aqui a fazer nada. Ou alguns. Também é verdade.

Houvesse mais proatividade por parte de outros membros e teríamos uma Assembleia Municipal a apresentar, a discutir e a defender mais assuntos do interesse de todo o Concelho.

Da forma que falou, posso também pensar, que em vez de começarem pela “união das Freguesias”, devia o governo começar pela reforma das Assembleias Municipais, tendo em conta a sua influência social. (Isto, era só um à parte, indo de encontro ao que há pouco disse).

Enquanto cidadão e Autarca, do Concelho de Oliveira do Hospital, do interior do País, quero, aqui, mais uma vez, expressar toda a minha solidariedade para com todas as Freguesias, todas as suas populações, todos os seus Autarcas democraticamente eleitos, que, naquilo que eu continuo a interpretar como um ato que desde o seu início foi muito mal pensado, muito mal delineado, e, ainda pior, irá ser colocado em prática, veem agora as suas Freguesias, não serem unidas, não serem agregadas, mas sim, serem extintas.

Esta é que é a verdade.! Uma só sede, um só executivo, uma só Assembleia.

Não nos queiram fazer passar, por ignorantes, muito menos, por pessoas incultas que não sabem interpretar, na teórica e na prática, o que são leis. É este mais um princípio de dimensionamento do isolamento e exclusão do interior para com todo o resto do País, lutando ainda mais com as nossas carências.

Quando se chega ao ponto de querer acabar com um serviço de baixíssimos custos, para não dizer, muitas vezes, gratuito, mas de uma tão grande importância ao apoio social de proximidade. O que mais dizer?

Justiça? Igualdade social? Onde?

Num passado, recentíssimo, foram, Centros e Posto de Saúde, Postos da Guarda Nacional Republicana, Escolas do Primeiro Ciclo, Tribunais e não é intenção deles parar. A realidade está à vista!

Numa altura em que os Portugueses se sentem asfixiados financeiramente e perdem poder de compra, o que se reflete na quebra de consumo, quero aqui elevar a campanha de apoio que o Comércio Local de Oliveira do Hospital tem tido por parte do Município e da ADI- Agência para a Promoção do Comércio Local e Tradicional de Tábua e Oliveira do Hospital.

Trata-se de um investimento, que julgo, avultado numa campanha com vários meios numa conjuntura em que o comércio tradicional está negativamente afetado com a carga fiscal e com a perda do poder de compra dos seus clientes.

Este é um investimento que vem no momento apropriado.

Porque é justo fazê-lo, também quero relembrar o apoio que tem sido dado por estas entidades para a dinamização da designada “Há Festa na Zona Histórica de Oliveira do Hospital” e da sua atividade comercial através da realização da dita iniciativa.

Iniciativa que tem sabido crescer e tem trazido um número crescente de pessoas ao centro da cidade e ao seu casco histórico. A edição de dois mil e doze, recordo apenas que, contou com o importante apoio do Município de Oliveira do Hospital, bem como, da ADIBER e da ADI, através de acesso a projetos com financiamentos comunitários e daí relevar a diminuição dos custos para levar a efeito tal evento.

Quero aqui deixar o meu reconhecimento público pelo apoio disponibilizado à Freguesia de Oliveira do Hospital para uma iniciativa que projeta a cidade e as suas vivências, muito próprias e populares na região, e a vida do seu comércio. Dá estímulo à sua economia.

Numa altura que tanto se apela à solidariedade das pessoas, quero destacar a ampla e visível campanha, promovida pela ADI em parceria com o Município, para a realização de compras no comércio local e tradicional.

Para tal, chamo à atenção de todos nós, Autarcas e responsáveis políticos, e através de nós, para que a mensagem chegue a todos os Oliveirenses, porque é importante, é fundamental, fazer compras em Oliveira do Hospital.

Na perspetiva de ajudarmos a economia do Concelho, e em particular, o nosso comércio que, note-se, também faz parte da riqueza do Município, ou, se quiserem, como aconselha a campanha, “Cá compra Cá fica”. Este é o apelo a investirmos e a valorizarmos a nossa própria terra, as nossa próprias empresas.

Nesta perspetiva, deve-se reconhecer o investimento da ADI e da Câmara Municipal pela criação de um vasto programa de animação no Natal com variadas atividades direcionadas para as crianças e famílias e a realização do Sorteio de Natal, que no seu conjunto, visam trazer mais visitantes e potenciais consumidores a Oliveira do Hospital.

Acresce também, o facto da realização do *spot*, sem dúvida e pessoalmente tenho de o elogiar, para divulgação do nosso comércio, fazer um retrato do que de melhor se fabrica e comercializa em Oliveira do Hospital.

Pelo que vou auscultando, este tem tido um impacto bastante positivo e atraído a atenção das pessoas para que não seja necessário sair de Oliveira do Hospital para comprar produtos de qualidade a bons preços

e também diga-se um apelo aos Oliveirenses para que sejam solidários para com o seu comércio e ajudem a manter viva a economia local e em simultâneo fazer compras no comércio local, se habilitem a ganhar prémio variados e aliciantes, alguns deles, cheques compras, que serão novamente reinvestidos no comércio local.

Para finalizar, desejo a todos, um feliz Natal e um próspero Ano Novo. Façam compras em Oliveira do Hospital. Cá compra Cá fica.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais uma coisa de somenos importância que já aqui referi, e alguns colegas de funções não compreenderam.

Nós aqui dentro exercemos funções de Deputado, não somos doutores, engenheiros, arquitetos e afins. Portanto, mais uma vez pedia, que tivéssemos toda a atenção e fôssemos tratados pelo cargo que ocupamos aqui. Deputados.

Eu, não sou Doutor! Eu, não sou!

Um dos textos a que tenho regressado frequentemente é a Declaração de Independência dos Estados Unidos.

De cada vez me entusiasma mais a lucidez e, sobretudo, a actualidade do documento.

É certo: há um oceano a separar-nos. E um quase incontável número de grandes detalhes.

Mas não deixa de ser útil recuperar de uma certa nostalgia que se sente numa leitura atenta e observar a quase infinita distância que nos afasta, a nós, e àquele que nos querem a obrigar a aceitar, como nosso desígnio colectivo, desse “sonho americano”.

Dir-me-ão “mas nós não somos os Estados Unidos”, com a mesma arrogância de quem nos vende o discurso de que “nós não somos a Grécia”, mas assim como deveríamos reler a Poética de Aristóteles, parece-me importante repensar este texto intemporal.

Sem nenhuma petulância, quero recordar que os princípios de igualdade, dos direitos naturais do Homem, da soberania do povo e do direito de revolta da população, deram à Revolução Americana uma ideia de superioridade moral que se conjugou com uma teoria do governo em liberdade.

De facto, era a primeira vez que, na criação de um novo país se defendia que eram os direitos dos povos, e não os dos dirigentes, que estavam na origem da fundação de uma nova nação.

Passo a citar: *"Consideramos estas verdades por si mesmo evidentes, que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos pelo seu Criador certos Direitos inalienáveis, entre os quais se contam a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade.*

Que para garantir estes Direitos, são instituídos Governos entre os Homens, derivando os seus justos poderes do consentimento dos governados.

Que sempre que qualquer Forma de Governo se torne destruidora de tais propósitos, o Povo tem Direito a alterá-la ou aboli-la, bem como a instituir um novo Governo, assentando os seus fundamentos nesses princípios e organizando os seus poderes do modo que lhe pareça mais adequado, à promoção da sua Segurança e Felicidade.

É verdade que a sensatez aconselha que não se substituam Governos há muito estabelecidos por razões levianas e momentâneas; e, de facto, a experiência mostra-nos que, enquanto lhe for possível suportar as contrariedades, a Humanidade está mais disposta a sofrer do que a reparar os erros abolindo as formas a que se habituaram.

Mas quando um extenso rol de abusos e usurpações, invariavelmente com um mesmo objetivo, evidencia a intenção de o enfraquecer sob um despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever, destituir tal Governo e nomear novos guardas para a sua segurança futura."

Ora, também a Constituição da República Portuguesa encerra em si o princípio de não retrocesso social.

Vivemos exactamente o contrário. Também a Constituição da República Portuguesa assegura deveres, direitos, e garantias essenciais e inalienáveis.

Hoje são-nos recusados, retirados.

E num momento particularmente difícil do nosso país e da nossa sociedade, num momento em que descemos abruptamente em todos os *rankings* de desenvolvimento, em que o trabalho se torna mais barato, em que os cuidados básicos de saúde não são assegurados aos utentes, em que a escola pública está em eminente risco de desmoronamento, em que milhares de cidadãos vêem as suas vidas penhoradas, a maioria, de entre muitas outras Leis absurdas, fez aprovar a Lei das Autarquias que, de forma irresponsável e teimosamente irreflectida propõe reestruturar a nossa identidade colectiva.

Somos aquilo a que pertencemos.

Sei que não é realista esperar que quem nos governa tenha a sensibilidade social, a atenção às pessoas, que é expectável de governantes eleitos por essas mesmas pessoas.

A maioria continua, assim, a revelar um total autismo.

As minhas palavras, são sem dúvida, as palavras de um migrante e de um minoritário.

Mas parece-me que reflectem uma sensibilidade cada vez mais partilhada pelos nossos concidadãos.

Permitam-me insistir neste ponto essencial: A nossa identidade.

Socorro-me de Amin Maloouf e do seu brilhante texto sobre Identidades para sustentar que a extinção de freguesias não é uma mera operação de reorganização territorial. É, sobretudo, um vil ataque às populações, ao seu sentimento de pertença.

Extrapolando e caricaturando até a questão: É impensável extinguir nações? É impensável agregar países? Parece-me que a resposta será unânime nesta sala.

Para lá da caricatura, a questão merece ser colocada o mais seriamente possível.

A Lei de Extinção de Freguesias é uma ameaça, uma sentença contra a qual nos devemos continuar a bater para preservar a nossa própria cultura, a nossa identidade e os nossos valores.

As freguesias são o garante de representatividade do Estado nas populações, junto de quem mais precisa, os idosos e os mais desfavorecidos.

Fazem-nos dizer: Eu pertenço aqui.

Todas as outras questões têm sido amplamente debatidas, mas hoje, queria lançar esta inquietação.

Quem apoia e sustenta esta Lei, bem como todos aqueles que demagogicamente procuram de uma forma enganadora atribuir em Oliveira do Hospital a culpa da agregação das Freguesias ao atual Executivo do Partido Socialista e à Presidência desta Assembleia Municipal, quando, muito bem sabem, que fruto dessa mesma atuação, desses dois Órgãos, o Concelho de Oliveira do Hospital, acabou por ser dos menos prejudicados. Esses sim, são cúmplices dos Governantes da Nação, do PSD e CDS, na destruição de uma identidade colectiva construída ao longo de centenas de anos, são responsáveis aqui por recusar aos seus conterrâneos a sua pertença.

A grande verdade é que o povo há-de, para sempre, lembrar-se quem foram os cúmplices e os carrascos na destruição dessa identidade.

E tal memória há-se ser passada de geração para geração, porque o estandarte individual de cada Freguesia perdurará para sempre.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Arqt.^a Élia Sofia Duarte Feiteira, que fez a seguinte intervenção:

“Desde que tenho assento nesta Assembleia, tenho optado por uma postura política construtiva e tenho tentado pôr-me ao lado de quem procura soluções para os problemas e desafios que se colocam ao Concelho de Oliveira do Hospital.

A política, para mim, só faz sentido se for para construir, para valorizar, para elevar.

Nesse sentido, considerando a minha área de formação e a minha experiência profissional sinto-me impelida a questionar o Sr. Presidente da Câmara: Em que ponto está a revisão do Plano Diretor Municipal? Processo, pelo que pude apurar, já se arrasta desde o ano dois mil e dois e, é sabido, o PDM é um importante instrumento de planeamento, ordenamento e desenvolvimento do Concelho.

Passado dez anos sobre o início da sua revisão, em que estado se encontra a nova proposta do PDM?”

Seguidamente, o Sr. Deputado, Rui Abrantes tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Gostava, em primeiro lugar, de fazer um reparo, tal como o Sr. Deputado, Dr. Fabrício, não recebeu os números pares da ata, provavelmente os Deputados, Francisco Garcia e Nuno Oliveira, também não receberam a ordem de trabalhos.

Há um ponto claro, que é o ponto X, que nos vai remeter para o assunto que eles vieram aqui abordar. Acho que é descabido!

É descabido isso como a intervenção do Deputado Nuno Oliveira, tendo em conta que, não me parece que eu tenha dito nada, assim, de tão ofensivo, e aliás, também não lhe reconheço, assim, tanta capacidade para me estar a criticar porque também não lhe conheço nenhuma proposta que ele tenha feito aqui para colocar na ordem de trabalhos.

Venho para aqui desempenhar o meu papel e subscrevo na íntegra aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia diz, no sentido de “na medida do possível, profissionalizar mais” este órgão por forma a que nós todos sejamos mais responsabilizados politicamente, isso é que eu defendo.

Porque, como diz, e bem, nós vimos aqui, numa de, dizer mal, quem está na oposição, criticar, quem está na oposição, e quem está a favor do Executivo dizer Ámen. Acho que, nós, devíamos defender uma postura muito superior a isso. Nesse sentido, subscrevo na íntegra aquilo que o Sr. Presidente da Mesa defende.”

De seguida, o Sr. Presidenta da Mesa da Assembleia, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Mas, não está limitado à oposição, também, criticar o poder.”

O Sr. Deputado, Rui Abrantes, retomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, todos demos conta de uma terraplanagens na zona Industrial da Cordinha, parece que os pavilhões já estão adjudicados e será a Câmara que, por iniciativa própria, irá, construir não digo, mas pagar a construção desses pavilhões. De que forma é que isso será feito?

O Regulamento para a atribuição desses pavilhões, será que já está elaborado? De que forma é que se vão ceder?

Gostava de enaltecer, estas sim, iniciativas louváveis, a Pirâmide Solidária, dinamizada pelo Executivo e pela Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital. Gostava de enaltecer esse espírito solidário, tanto nessa iniciativa como na do Banco Alimentar. Enaltecer o espírito solidário dos Oliveirenses que mais uma vez contribuíram, numa altura difícil para todos.

Sem dúvida nenhuma, isto é de enaltecer, estas iniciativas devem continuar.

Gostava de deixar um alerta. Não é no sentido de crítica, mas, uma chamada de atenção.

Todos ouvimos, e quem está nas recolhas ouve, e é quem dá a “cara”. “*Nós estamos a dar, mas não sabemos para onde é que vai. E vai lá para o meu vizinho que não precisa.*”

Isto não é uma crítica, é um apelo. Eu sei que é inevitável, este discurso, mas que todos nós contribuamos por forma a sentirmo-nos bem. Tenho a certeza que os donativos vão ajudar alguém. Provavelmente, poderá ser mal encaminhado, mas, não são as entidades que promovem estas recolhas que têm a responsabilidade direta sobre isso. Por vezes, também vai

da própria pessoa que recebe indevidamente que não o deveria fazer e aí sim alertar para casos que estão à sua beira mais preocupantes.”

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Deputado, Eng.º Rafael, também chamou à atenção desta questão, das pessoas falarem de assuntos fora do ponto. Eu não posso limitar, nem sei o que é que as pessoas vão dizer.

Eu, quando era Deputado organizava-me até para ter mais tempo para falar e aproveitava os pontos.

A Mesa tem a sua opinião, mas, naturalmente, não pode limitar as pessoas. Todos vêm aqui para falarem do que quiserem. Mas, compreendo e por isso apelei para que as pessoas se organizassem.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Em relação à minha intervenção anterior sobre as Freguesias, peço desde já desculpa, mas a única intenção foi esta: Estou com um elevado estado febril e poder-me-ia condicionar e não chegar até ao ponto X, daí o motivo da minha intervenção naquele momento juntamente com o período de Antes da Ordem do Dia.

Em relação àquilo que há pouco disse diretamente ao Deputado Rui Abrantes, o que eu quis dizer, acima de tudo, é que independentemente de esses assuntos terem que ser debatidos, sejam eles sobre as Freguesias ou sobre outros assunto que sejam de interesse local e comum, nada implica, pelo contrário, deverão aqui ser discutidos. Foi isso que eu quis dizer. Quem nos dera a nós, porque isto, eu posso contra mim falar, mas, felizmente, se calhar, neste ponto estarei à vontade em relação a trazer propostas e proatividade. Quem nos dera a nós, em prol do bem e da valorização deste próprio Órgão, se calhar, o mais importante de todo o Concelho, que houvesse mais proatividade, mais intervenções de outros Deputados, que não sempre os mesmos. Foi isso que eu quis dizer, mais nada.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Uma palavra de apoio e de congratulação por mais uma Feira do Porco e do Enchido, que foi muito importante para o Concelho.

Uma referência, também, à subia no ranking Distrital da Davion. Como sabem, passou para um ponto já significativo em termos do Distrito de Coimbra. Passou do lugar oitenta e quatro para o lugar quarenta e um. Nem tudo corre mal, sobretudo, na área têxtil, e isso é de louvar.

Já lá vão três anos que nós assistimos aqui ao exercício do poder por este executivo e por esta Assembleia Municipal. Antes de entrarmos no último ano, para que se não diga que é campanha eleitoral ou discussão política, isso faremos depois, a seguir, eu queria, desde já, deixar uma palavra de reconhecimento pela forma profundamente democrática e transparente

como tem sido exercido o poder neste Concelho, quer pelo Executivo, quer pela Assembleia Municipal.

Quanto ao Executivo, já se falou aqui muito da forma como têm sido tratadas todas as Freguesias.

Deixem-me, no entanto, hoje referir-me à Assembleia Municipal, nomeadamente ao Sr. Presidente da Assembleia, para enaltecer e dignificar a vossa votação que o elegeu, como sabem o Partido Socialista não tinha a maioria, mas, hoje podemos confirmar que foi uma boa escolha.

Neste mandato, como se tem visto, aliás, hoje e sempre, cada um diz o que lhe vai na alma, sem medo de lhe cortarem a palavra, e isso poucas vezes aconteceu. Eu já estou cá, já estou aqui, com este é o quarto mandato e nunca tinha visto isto acontecer. O que havia era, alguns falavam meia hora, aliás, o João Dinis como principal vítima também pode confirmar isso, outros falavam cinco minutos. Hoje em dia o que há é, talvez, um excesso de tolerância e compreensão e nunca este cercear da democracia.

Trago aqui este contraste, digamos assim, não só, para dar os parabéns ao Sr. António Lopes pela proficiência com que tem conduzido os trabalhos, mas também, por não me poder calar, até por uma questão ética, às críticas que vi, já depois da última Assembleia Municipal, a propósito do processo, eu não vou falar das Freguesias, eu vou falar do processo, que conduziu à pronúncia sobre as Freguesias.

Acho que estas críticas são profundamente injustas, para não dizer mais, não só, por serem inverídicas mas até por serem caluniosas.

Eu acho muito bem que se faça política, eu próprio, faço o que posso, mas, porem em causa a forma como se conduziram as reuniões, por puro oportunismo político é porem em causa o funcionamento das instituições democráticas concelhias. E como, “quem não se sente não é filho de boa gente”, eu, como disse, sou sensível a estas questões éticas.

No entender da Mesa e, creio, da quase a totalidade dos membros desta Assembleia, tenho que lhes recordar o processo que foi conduzido com total limpidez e transparência.

Digamos que, logo no início, quando foi publicado o Livro Verde, foi feita aqui uma discussão longa e, em trinta de setembro de dois mil e onze, fez-se uma votação para repudiar a liquidação de qualquer freguesia.

Depois, quando foi publicada a lei, o Executivo e a Mesa, dedicaram uma semana a este assunto.

Em onze de junho, fez-se uma reunião com os grupos municipais para formar uma comissão pluripartidária. Não foi possível. Não há problema nenhum por isso. A democracia é mesmo assim!

Em treze de junho, reuniram-se aqui vinte dos vinte e um Presidentes de Junta e Presidentes das Assembleias de Freguesia, onde todos, membros ou não e mesmo até o mais tímidos, se manifestaram contra a extinção de qualquer Freguesia e contra a pronúncia nesse sentido.

Depois, fez-se um abaixo assinado onde vinte dos vinte e um Presidentes de Junta de Freguesia se manifestaram contra a lei e contra a pronúncia que foi, mais uma vez, repudiada.

Em vinte e oito de setembro passado, quando foi tomada aqui a deliberação definitiva, depois de discutida de novo por esta Assembleia, deliberou-se a favor da não pronúncia por larguíssima maioria, com três abstenções e nove votos contra.

Portanto, meus amigos, a meu ver, os Senhores dirão, é um claro desrespeito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por vós próprios, e pelas regras da democracia, porem em causa todo este processo que foi desta forma tão transparente.

Guardadas as devidas distâncias, embora todos hoje tenhamos queixas, ou quase todos, eu creio que isso é sensível também já na direita, em relação ao Presidente da República ninguém tem coragem de pôr em causa o seu poder.

Eu pergunto: Algum dos Senhores foi condicionado nestas opções que foram tomadas ao longo de todo este processo?

Sejamos claros. O que se pretendia era que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal manipulasse esta Assembleia de modo a leva-la a pronunciar-se, mas, isso, nem os Senhores deixaram, nem a Mesa o permitiria, nem o Sr. Presidente da Assembleia Municipal seria capaz disso, como o fez dando toda a liberdade para discutir esta questão. Aliás, percebi há dias que nem sequer, para percebermos a limpidez com que ele esteve, nem sequer, a posição que foi decidida seria, se calhar, a dele.

Portanto, não há razão nenhuma para pôr em causa tudo isto que eu vi ultimamente.

Ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dir-lhe-ei, como Oscar Wild, *“Aqueles que nos invejam, confirmam as nossas capacidades”*.

Lamento que não tenha havido unanimidade na votação da desclassificação de Nogueira do Cravo como Freguesia urbana para nos livrar de ser extinta.

A Câmara fez o seu trabalho, como se provou. A Assembleia Municipal fez o seu trabalho, como se provou.

Ouvi aqui argumentos de que *“sem pronúncia não havia a garantia de que a Freguesia não fosse agregada”*, ouvi aqui outro argumento *“se não se cumprisse a alínea b)“* e *“o que se está a discutir é estéril “* ou *“isso é clarinho”*, a *“deliberação fora da pronúncia será inválida”* e esta pessoa votou contra.

Outros chamaram, *“trapalhadas”* a tudo isto.

Perante o resultado final, confirmou-se o velho aforismo: *“A verdade é um erro à espera de oportunidade”*.

Espero, agora, que aqueles que dizem que *“estudaram profundamente a lei”* para votar contra a desclassificação de Nogueira do Cravo, tenham aprendido algo com tudo isto e aos restantes uma palavra de regozijo por terem votado a favor de Nogueira do Cravo.

Por fim, uma resposta a alguém que se dirigiu a mim pessoalmente dizendo e cito *“acho caricato que o Dr. Rodrigues Gonçalves, falou que não tem a certeza. Eu não sei como é que um jurista põe à votação uma coisa, que parece, que não tem a certeza. Foi a primeira pessoa em que eu vi isso. E a única pessoa que parece que não tem a certeza”*.

Eu, nunca disse que tinha ou não tinha a certeza. A proposta da Mesa, é que, suscitando-se ou não dúvidas se a Freguesia de Nogueira do Cravo é ou não urbana, a Assembleia Municipal pode considerar uma Freguesia como não situada no lugar urbano do Município.

Eu disse, suscitando-se ou não a dúvida. E os Senhores votaram bem, a favor da desclassificação.

Aqueles que tinham a certeza que não o podiam fazer ficava-lhes bem que agora viessem reconhecer as suas posições pueris e demonstrarem que na vida estamos sempre a aprender.

Não vale a pena sustentar o indefensável.

Com já alguém disse, “*perigosos não são os que procuram a verdade, perigosos são os que acham que a encontraram*”.

Anda por aí, ainda, muita gente que tem pena de que não saiba estas questões de relatividade.

Eu, não tenho medo de ter dúvidas e quero ver se não chego ao ponto de pensar que já tenho muitas certezas.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º José Vasco Lencastre de Campos, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à questão dos Agrupamentos Escolares, a nossa posição é, de facto, que a proposta seja no sentido de haver a menor agregação possível, nomeadamente na questão da manutenção de um Agrupamento a Sul outro a Norte e a Escola Secundária ficar independente.

Como tal, aquilo que esperamos é que o Sr. Presidente da Câmara, faça e defenda os interesses do Concelho.

Gostava de questionar, também, o Sr. Presidente da Câmara acerca da questão da antiga Branaldo. Soube-se que houve uma série de funcionários que pediram a suspensão do contrato.

Gostava de saber, tendo em conta o aumento do desemprego no nosso Concelho, segundo a última estatística, o que é que foi feito, nesse sentido, para a manutenção daqueles postos de trabalho. Se já reuniu com a gerência da empresa. Se a empresa tem viabilidade. Se os funcionários podem voltar ou se já voltaram. Gostávamos de ouvir a sua opinião. Até porque, eu vejo com algumas dificuldades o crescimento do emprego no Concelho.

A Construção civil está em grande crise e, também, segundo as informações que tive e por aquilo que se vê nos tais rankings, algumas confeções estão a funcionar muito bem e, portanto, eu gostava de saber qual é a sua opinião e o que é que tem feito acerca da manutenção do emprego no Concelho.

Gostava também que me dissesse qual é o ponto da situação, relativamente à ETAR de Oliveira do Hospital. Tivemos várias queixas de vários moradores a dizerem que a ETAR não estava a funcionar como deve ser, produzindo maus cheiros e águas não tratadas a serem conduzidas para o rio de Cavalos. Como é que está essa situação?

Gostava, também, ainda, de lhe lembrar, outra vez, que é necessário haver alguma contenção relativamente à luz elétrica no Concelho.

É de uma falta de gosto e até de ostentação, que numa altura destas não deve existir, que continuem candeeiros ligados durante a noite toda em sítios onde só passam as raposas e os javalis.

À meia noite que se desliguem as luzes!

Era bom que houvesse uma política nesse sentido. Houve um excesso de iluminação.

Este verão estive em locais inóspitos, da Freguesia de São Gião, onde havia electricidade junto a casas que estão abandonadas há mais de vinte anos.

Acho que deve haver alguma contenção a esse nível e uma política no sentido de desligar alguns candeeiros, seja com relógio, seja definitivamente.

Gostava também que chamasse à atenção, mais uma vez, às Estradas de Portugal, para o estado lastimável em que se encontra a Estrada da Beira. Não tem buracos, tem crateras!

Quem lá tem passado nos últimos dias vê o estado em que está a estrada aqui dentro do Concelho de Oliveira do Hospital. Isto, também, devido ao excesso de trânsito que a estrada voltou a ter devido à introdução das portagens na A25 e a estrada está com grande trânsito de pesados que está a deteriorar muito rapidamente o piso.

Gostava também de deixar aqui, uma recomendação aos Senhores Presidentes de Junta para o seguinte: Todos os anos vejo as árvores ornamentais plantadas por essas freguesias a serem podadas. Aquilo não são podas são decepagens.

Grande parte das árvores das nossas freguesias, felizmente, o mesmo já não acontece na sede do Concelho, mas, nas nossas freguesias, eu vejo erros brutais.

Árvores ornamentais a serem podadas como fruteiras. Isto são questões técnicas e, aquilo que eu aconselho, quando nas cidades já se deixaram de podar as árvores, se fazem podas cirúrgicas e devidamente acompanhas tecnicamente, e se forem a Coimbra, reparam que os plátanos da Avenida Sá da Bandeira e da Praça da República e outras mais árvores, não são podadas, e o que são podadas são cirurgicamente.

Esta moda que já cá está há uns dez ou quinze anos nas nossas aldeias infelizmente não acompanhou o desenvolvimento que já existe nas cidades. Portanto, chamo à atenção, também, da Câmara para dar apoio técnico às freguesias para que não sejam destruídas as nossas árvores. Eu vi coisas! Se, às vezes, em árvores pequenas ainda passa. Eu vi situações! Não me posso esquecer, daqueles carvalhos, no largo da igreja em Avô, carvalhos americanos, que foram cortados com uma moto-serra, por cima, já à alguns anos, de uma forma completamente errada. Chamo a atenção dos Serviços Técnicos da Câmara para apoiarem as Juntas de Freguesia nas podas das árvores. Naquelas que tiverem de ser podadas.

Deixar um voto de louvor pela forma como decorreu a Feira do Porco e do Enchido. Acho que o Concelho precisa de eventos como este. Precisa de trazer gente para a nossa terra. Precisa de desenvolvimento integrado.

O que está por detrás daquela Feira do Porco e do Enchido é que traz desenvolvimento porque cria emprego. São os doces é o enchido, é o porco. As coisas não têm que ser feitas de forma desgarrada.

Infelizmente já não se pode dizer o mesmo relativamente a outras feiras que se fazem cá.

Mas, na Feira do Porco e do Enchido há um alicerce que faz com que a feira seja projectada para além daquele fim de semana. Porque, fazer as coisas só para o fim de semana como se fazem aqueles bailes das praias fluviais não faz sentido.

As coisas têm que ser sustentadas e têm que ter projecção no tempo. Têm que ter sustentabilidade. Por exemplo, não basta fazer uma feira com o nome de um determinado produto que depois não há à venda porque não há esse produto na Freguesia.

Deixar também um voto de louvor à Câmara e à Sra. Prof^a. Graça Silva, pela forma como decorreram as comemorações dos mil e cem anos da Igreja de Lourosa, mas também lembrar que foram, de facto, um sucesso.

Também lembrar que é necessário requalificar o espaço envolvente. É necessário, por ventura, aqui fica a minha sugestão, a edição de um livro.

Quem chega ali a Lourosa não tem praticamente nada, e aliás, isto não é só o nosso Concelho, até a própria Serra da Estrela e a própria Serra do Açôr têm esta falha em termos turísticos, as pessoas querem levar uma recordação e não há nada, praticamente nada.

A edição de um livro, arranjar um historiador, já há vários livros sobre Lourosa têm reedição de alguns. A edição de um livro sobre Lourosa era, de facto, muito importante para que os nossos visitantes pudessem ter acesso a mais informação.

Também lhe lembrava, a edição de postais de qualidade ou de qualquer outro tipo de *merchandising*, para além de, também preparar o futuro relativamente à questão do acesso à igreja. A Senhora que lá está, que viva muitos anos, mas é uma situação que não é propriamente a melhor.

Se nós queremos ter turismo os nossos monumentos têm que ser visitáveis e tem que haver uma envolvimento relativamente aos monumentos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de propor aqui um voto de pesar, que aliás, deveria ter sido proposto antes da Ordem do Dia, pelo falecimento do conhecido Sr. Abel Rodrigues, por tudo o que deu ao Concelho, nomeadamente ao desporto, tanto nas camadas jovens como nos seniores. Isto no que se refere ao futebol.

Quanto aos assuntos que hoje trago, gostaria de, em primeiro lugar, congratular o Executivo pelo lançamento do programa Orçamento Participativo, que, em tempos, numa Assembleia Municipal, propus para que fosse lançado. Isto sim, é uma forma de aproximar as populações do poder político e uma forma de democracia participativa. E não aquelas cerimónias de propaganda que promove pelas Freguesias. Aliás, espero que nos próximos anos este programa seja mesmo alargado à população em geral de todas as idades e não apenas aos mais jovens.

Ainda, salientar nestes momentos difíceis e exigentes sem instalação, no nosso Concelho, das Cantinas Sociais. É um programa que já foi lançado pelo Governo Central há já bastante tempo em diferentes concelhos do nosso País e que, ao qual, alertei esta Câmara, também, para o seu lançamento na altura devida. Não sei se foi, ou não, por pressão do Município a vinda desta, mas, só pecam por tardio. Penso que, inclusive, Sr. Presidente, se tivesse feito pressão na devida altura, aquando do meu alerta para o seu lançamento, estas poderiam já estar implementadas no nosso Concelho há bastante mais tempo. Com certeza que a população carenciada de Oliveira do Hospital agradecia.

Uma palavra, também, sobre as iluminações e atividades Natalícias que, de facto, embelezam e dinamizam toda a nossa cidade.

Penso, contudo, que poderiam e deveriam ser mais originais, inovadores. Se querem, de facto, atrair pessoas a visitar o nosso Concelho, devia-se, no meu entender, ser mais

diferenciador, mas, ao que assistimos, na realidade, e permitam-me que vos diga, é mais do mesmo.

Na minha modesta opinião penso que falta algum rasgo de originalidade. Hoje em dia para sermos diferenciadores deveremos, de facto, ser originais. E, muitas vezes, nem necessitamos de despender, para tal, de mais dinheiro. Mas, de facto, sermos mais imaginativos. Eu poderia dar aqui uma panóplia de exemplos de actividades como é o caso, por exemplo, da instalação de mercadinhos de Natal ali no Largo com barraquinhas que vendessem artesanato e produtos locais e regionais os quais são tão bons na nossa região. Ainda, mostras de *Workshops* gastronómicos alusivos ao Natal com produtos da terra. Outros, seriam, um evento alusivo ao Natal que de alguma forma estivesse também relacionado com o nosso Concelho e que reunisse todas as agentes, sociedade civil, instituições do nosso Concelho e que, eventualmente, pudesse entrar para um record do Guinness dessa mesma atividade Natalícia, além disso, esta permitiria, de algum modo, reforçar um certo espírito de ajuda e partilha.

Gostaria, também, de falar sobre uns assuntos que já abordei em Assembleias Municipais anteriores, mas que até à data continuam por resolver, nomeadamente, no que se refere à passadeira que se encontra em frente ao Centro de Saúde. Como referi, na última Assembleia, esta está dividida por um separador central e que se torna um obstáculo para as pessoas que se movem através de cadeira de rodas. Assim sendo, gostaria, mais uma vez, de alertar o Sr. Presidente para este problema que ainda não foi resolvido.

Outro assunto que continua por resolver é ali em frente ao estabelecimento comercial, Mini-Preço, com os carros que descem da Catraia e viram para este espaço comercial. Penso que uma linha contínua para que estes não possam virar diretamente para o estabelecimento comercial, mas que tenham que vir à rotunda de Gramaços, solucionava rapidamente este problema.

Tenho constatado, Sr. Presidente, deixe-me que lhe diga, tem sido uma prática comum neste últimos tempos. Numa primeira abordagem até diz que vai resolver os problemas, mas, depois na prática demora uma eternidade mesmo quando se trata de problemas tão simples como estes que anteriormente referi. Não sei se anda mais preocupado com outras lides, mas, de facto, é que este aspeto me preocupa.

Era desejável, também, Sr. Presidente, que fossem tomadas as diligências necessárias, ali, como já foi aqui referido, no sentido de alertar as Estradas de Portugal para o mau estado de conservação de uma parte do troço da Estrada da Beira no nosso Concelho. Nomeadamente, ali, na zona antes da Casa dos Frangos, para quem vem de Coimbra, encontram-se ali, de facto, há umas crateras que podem constituir um perigo para os automobilistas que ali circulam.

Noto que, também não respondeu, em Assembleias Municipais anteriores, não sei se foi por falta de tempo, mas, com certeza que terá oportunidade de o fazer agora, que era, saber o ponto de situação, relativamente, a determinadas obras. Nomeadamente, a requalificação das Piscinas Municipais e disse que iria avançar com uma rede concelhia de ciclovia entre Bobadela e Oliveira do Hospital. Gostaria de saber se tem avanços nesta matéria? Se são obras que ainda continuam de pé? Ou se pelo contrário já as deixou cair?

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Dr. Manuel Fernando Morais da Silva Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Depois de ouvir a intervenção do Sr. Deputado, Eng.º José Vasco, onde referenciou alguns locais inóspitos que ele teve por azar, da nossa Freguesia e dos proprietários, de visitar alguns lugares da minha Freguesia. De facto, existem alguns locais, que já estão sinalizados, onde existe iluminação a mais, mas, também quero lembrar aqui que, mais grave que esses locais inóspitos é as propriedades privadas que por vezes andam por aí com iluminarias públicas, essas sim, acesas toda a noite. Penso que isso é mais grave.

Relativamente a essa situação, também lembrar que nestes lugares, como é o caso de Rio de Mel, Barroca, Parceiro. Quem conhece, e quem conhecia à doze anos atrás, e quem lá vai hoje, têm que reconhecer isso, este Executivo tem tido a capacidade, em articulação com o Município e com outras entidades, de recuperar tudo aquilo que acha que é necessário para manter as populações naqueles locais.

Não vale a pena virmos aqui falar de turismo quando depois se deixam as habitações ao abandono. Quando os filhos querem recuperar as habitações de seus pais, já falecidos, temos que lhes dar condições para eles se manterem lá.

Estamos a esquecer-nos disto tudo e não vale a pena virmos para aqui só dizer o que é mau e o que é bem.

Prezo-me pela minha Freguesia, e convido todas as pessoas a visitarem a minha Freguesia e vão verão ver que não há uma rua que não esteja arranjada, mesmo nesses sítios inóspitos. Se calhar, por isso é que eu tenho ganho as eleições. Quanto a isso também não me preocupa minimamente. Interessa-me é fazer o melhor pelas pessoas que me elegem.

É por isso que eu digo, nada vale a pena se não fizermos estas obras e pequenas requalificações e estas pequenas intervenções de água, saneamento, luz, as pessoas não ficam nas Freguesias, vão para Lisboa, para o Porto, para Coimbra, aqui para Oliveira do Hospital, etc. Por isso, não vale a pena andarmos aqui com paleios nem andarmos aqui a ludibriar porque quando a gente pode falar também sabe dizer duas, ou três, ou quatro, e às vezes também só dizemos asneiras.

E queria deixar aqui o alerta, daquilo que me diz respeito e penso que a todos, porque é para isso que nos elegem, é olharmos para as pessoas que nos elegem nas nossas Freguesias, e de maneira que, quanto a isso penso que não há dúvidas.

Queria, de facto, dar os parabéns à Câmara Municipal pela articulação que tem tido com a minha pessoa e com o Executivo da minha Junta de Freguesia, à semelhança de todos os outros, porque nós conversamos uns com os outros. Penso que foi uma atitude que nestes últimos tempos também revelou para positivo.

De facto, chegamos aqui a qualquer hora e temos uma pessoa, ou o Prof. Daniel, ou os Vereadores, e os Presidentes de Junta são sempre atendidos de uma forma, penso que, positiva, isso também é um aspeto a realçar.

Quanto às iluminações de Natal, anteriormente criticávamos o Executivo do Prof. Mário Alves que gastava muito em iluminação. Depois, a Câmara, começou a postar, a ser a Câmara a fazer, para conter custos, e agora estamos a discutir as luminárias nas Freguesias que estão a gastar muito dinheiro.

Quer dizer, estamos mais uma vez a cair no ridículo. E o ridículo é chegarmos a Seia e a Tábua e não haver nada. Isso é que é ridículo!

Nós temos é que potenciar o que temos de bom.

Quanto ao programa Natalício: Saiu há dias um info-mail que recebemos em nossas casas com a programação de Natal. Anteriormente, quem se recorda, existia, mas não desta forma.

De maneira que, ou andamos desatentos, ou também não sabemos. Há umas actividades de Natal este ano, e bem, porque se queremos cá trazer pessoas e vimos falar de turismo, também, acho que, é uma forma de captarmos pessoas. Não é por acaso que na baixa de Coimbra ou de Lisboa e temos lá iluminação, temos lá música, temos actividades e temos todo o resto. De maneira que aqui no nosso Concelho também exaltar esta forma positiva. Com certeza que há coisas a melhorar e penso que se tem melhorado.

Dar os parabéns à Sra. Vereadora, Prof^a Graça, por ser uma pessoa bastante disponível. Estou ligado a algumas instituições e, de facto, a Prof^a. Graça, assim como todos os vereadores, tenho conversado também com eles, e têm apoiado de forma positiva as colectividades e instituições. Esses sim é que potenciam, também, as nossas freguesias. Enquanto as pessoas andam nestas colectividades, a dar do seu, não andam por aí com outros tipos de comportamentos. A nossa juventude hoje nos dias que correm há situações mais complicadas.

Aproveito para desejar a todos um bom Natal.”

Terminadas as intervenções do período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Muito obrigado a todos pelas perguntas que foram formuladas. Algumas muito pertinentes e algumas sugestões que acho razoáveis.

O meu Executivo em permanência têm a humildade de ouvir e aceitar sugestões.

Tenho que deixar uma palavra aos Senhores Vereadores do Movimento Oliveira do Hospital Sempre e também ao Prof. Mário Alves pela participação que têm tido nas reuniões de Câmara.

Algumas sugestões para o Plano e Orçamento foram feitas pelos Senhores Vereadores da oposição que deram o seu contributo. Isso é bom! Não tenho a ideia que sou o Concelho e que só o Executivo em permanência e o Partido Socialista é que têm boas ideias. As ideias são uma construção de um colectivo. Por isso aceito de bom grado as críticas como aceito, também, de bom grado algumas sugestões. Se essas sugestões forem positivas, e nós filtramo-las, logicamente. Acho que é bom conseguirmos criar um conjunto de consensos.

Começo por referir um assunto que preocupa todos e que foi aqui abordado pelo Prof. João Dinis e pela Arqt.^a Élia Feiteira. É o problema do PDM.

Estão aqui os Senhores Vereadores que sabem: Mais ou menos há um ano, aprovámos o PDM numa reunião do Município.

Nunca tínhamos chegado tão longe. Levar, pela primeira vez, o PDM a uma reunião. O que demonstra claramente que este processo é um processo longo e moroso.

Para conhecimento de todos, vou ler uma informação que a equipe do Gabinete do PDM me fez chegar sobre o PDM e como é que ele está, porque, entretanto, ele foi remetido à CCDR e depois de ser remetido à CCDR devido a uma alteração legislativa na Reserva Ecológica Nacional, foi outra vez devolvido. No dia dez de dezembro, voltou, outra vez, a uma reunião do Executivo para aprovação e foi aprovado mais uma vez.

Vou ler-vos os passos que isto ainda vai ter: “*A proposta de Plano, incluindo Relatório Ambiental, respetivo Resumo não Técnico, bem como a Proposta*”, e cá vem a alteração legislativa, “*de delimitação da Reserva Ecológica Nacional e Proposta de Exclusão das áreas de REN, foram discutidas e aprovadas na reunião de Câmara do dia vinte e sete de novembro*”, que foi esta alteração legislativa.

Agora ouçam, o que é que vai acontecer daqui até ao final, “*Os documentos atrás referidos foram entregues no dia dez de dezembro às entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento, à CCDR-C, às Estradas de Portugal, à Direção Regional da Cultura do Centro, à Direção Regional da Economia do Centro, à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, à ex-Autoridade Florestal Nacional e solicitou-se à CCDRC a oitava reunião.*”

Estas comissões todas que eu mencionei aqui vão para a oitava reunião. Solicitou-se para eles marcarem a oitava reunião.

Isto não depende de mim. Depende da CCDR.

É a oitava reunião da Comissão de Acompanhamento na qual será emitido um parecer final à proposta de Plano.

A oitava reunião desta Comissão está prevista para o dia quatro de janeiro de dois mil e treze.

“*Depois desta reunião e após a emissão do parecer final a Proposta de Delimitação da REN e as Proposta de exclusão das áreas de REN, bem como a Proposta de Plano, incluindo o parecer final emitido por pela Comissão Técnica de Acompanhamento, seguirão para a Comissão Nacional da REN a fim da aprovação da REN do Município de Oliveira do Hospital.*

Seguidamente, após a emissão do Parecer Final, realizar-se-á, eventualmente, nos vinte dias subsequentes, o período de concertação, consistindo em reuniões com as entidades que hajam formalmente discordado da Proposta de Plano, tendo em vista obter uma solução concertada que permita ultrapassar as objeções formuladas.

Após o período de concertação, eventuais alterações à Proposta de Plano, a Câmara procede à abertura do período de discussão pública, nunca inferior a trinta dias” que são úteis, o que dá, quase, dois meses “através de aviso a publicar no Diário da República e da divulgação na comunicação social e na sua página da Internet.

Findo este período de discussão pública a Câmara pondera as reclamações, observações e sugestões e divulga os seus resultados.

A Câmara elabora a versão final da Proposta de Plano resultante da discussão pública, identificando as alterações introduzidas e as entidades com competências nessas matérias, remetendo-a à CCDRC.

A CCDRC pode emitir um parecer final, num prazo de dez dias, não possuindo carácter vinculativo.

A Câmara envia a Proposta Final do Plano à Assembleia Municipal para aprovação.

Após a aprovação do Plano pela Assembleia Municipal, caso este seja compatível com os planos setoriais e plano regional, a Câmara manda publicar em Diário da República a deliberação da aprovação e envia para a DGOT para a CCDRC uma coleção completa do Plano e finalmente divulga o PDM bem como a Declaração Ambiental, disponibilizando-o no seu site com carácter de permanência.”

Fiz questão de ler estas fases para perceberem o que é isto e a complexidade do processo.

Se me perguntarem: Quando é que isto vai acabar? Sinceramente, nem eu, nem ninguém vos pode responder.

Aquilo que nós temos feito é dar velocidade ao processo e todos os prazos, da nossa parte têm sido cumpridos, sempre.

Ainda agora foi preciso, por causa desta alteração legislativa, de uma deliberação do Conselho de Ministros, reforçar a equipe do PDM, porque era preciso fazer um conjunto de desenhos e montou-se uma equipe própria porque eles tinham que estar realizados penso que até ao dia treze de fevereiro.

Como se percebe, estas alterações legislativas têm vindo a dificultar e percebem nitidamente esta complexidade. Sempre que há uma reunião aparecem sempre outros problemas e já vamos na oitava reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento.

À Sra. Dra. Luísa Vales, quero dizer que, realmente, a comemoração do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações organizado pelo Rede Social correu bem. Houve um conjunto de actividades que correram muito bem, os oradores também eram bons e por isso foi um bom trabalho.

Ao Prof. João Dinis: Nós vamos falar, hoje, aqui sobre as NUTS, e há aí um ponto para discussão sobre as NUTS por isso farei algumas considerações nessa altura.

Sobre o financiamento da Fundação Aurélio Amaro Dinis quero informar que das reuniões com a ARS conseguiram chegar não aquilo que a FAAD queria mas foi retomada muita actividade cirúrgica.

Sem dúvida nenhuma que a saúde em Oliveira do Hospital foi prejudicada, mas, o Conselho de Administração da Fundação pouco mais poderia fazer.

Em relação às extensões de Saúde do Ervedal e de Avô, continuamos à espera que a Administração Regional de Saúde cumpra com aquilo que protocolou. Aquilo que nós queremos para fazer estas unidades de Saúde é, apenas, que deem indicações ao QREN para poderem ser candidatas. É só este pequeno pormenor. Mas percebe-se, nitidamente, que não é importante fazerem-se algumas unidades de saúde porque a política do Governo é de centralização de todos os meios.

Há pessoas que hoje estão muito concentradas nos números mas não estão concentradas nas necessidades das populações.

Quero anunciar, hoje, aqui: Constava do meu programa eleitoral a compra de uma viatura médica para se deslocar aos locais mais recônditos onde as populações não têm médico nem enfermeiro.

Na próxima semana será entregue essa viatura à Fundação Aurélio Amaro Dinis. A Câmara vai fazer um protocolo e vai suportar algumas despesas que são da competência do

Governo. É preciso referir que estas despesas são da competência do Governo, o direito à saúde é uma competência do Governo não são da competência das Autarquias. Mas, mesmo assim, este Município tem esta sensibilidade e não deixa de o fazer achando que temos que ajudar os mais carenciados porque são nossos Municípios.

Faremos durante três meses um período experimental, para chegar às populações com mais dificuldade e sobretudo às populações mais idosas e mais desprotegidas que temos nos limites do Concelho.

Congratulo-me com isto porque isto é fazer política assente nas pessoas. O meu Executivo tem-se preocupado com isso.

Sobre a intervenção do Sr. Presidente da Junta de freguesia de Meruge: Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, sei que aquelas obras são uma vergonha. Mas não é só uma vergonha em Meruge. Temos um caso em São Sebastião da Feira, que já o referi aqui. Ligações que têm que se fazer à ETAR. Temos uma estação de tratamento de resíduos, pagamos uma factura elevadíssima e continuamos com algumas fossas a drenar para os terrenos e para as linhas de água. Isto é absolutamente vergonhoso.

Tem havido muitas reuniões e muita pressão mas, as Águas do Zêzere e Côa, dizem-me que, não têm possibilidade de lançar aquelas obras porque têm de ter o aval do Ministro das Finanças e ele não lhes dá o aval para as lançar. Eu não posso resolver isto porque não mando no Ministro das Finanças. Quem manda no Ministro das Finanças, com certeza, é o Primeiro Ministro.

Se calhar temos que tomar posições mais duras. Inclusive já disse isto aqui e quero que fique bem assente. Eu disse às Águas do Zêzere para nos deixarem lançar as obras das estações elevatórias que precisamos, que é o caso de Vila Franca, São Sebastião da Feira e Meruge, nós pagamos. A Câmara Municipal tem situação financeira para suportar este custo, os técnicos das Águas do Zêzere e Côa até nos davam apoio para a elaboração do projeto, e depois davam-nos uma nota de crédito nas faturas que nós temos que pagar. E facilmente resolvíamos estes problemas. Só que eles dizem que isso não é possível.

O que é mais grave é o caso de Meruge, onde uma obra que está adjudicada há muito tempo, tinha um compromisso temporal de construção e por falta de pagamentos a empresa trabalhou mais devagar e houve uma fase que até parou com as obras. Não havia dinheiro, não havia trabalho. Com a pressão do Município já começaram a injetar algum dinheiro e as obras já recomeçaram, mas andam muito lentamente porque a empresa para pagar aos seus trabalhadores precisa de dinheiro.

Temos que perceber o seguinte. Não se resolvem todos os problemas do saneamento do Concelho, porque temos que ter em conta os recursos financeiros.

Temos que encontrar soluções diferentes para a construção de ETAR. Se calhar, em algumas zonas e derivado aos custos vale mais mandar fazer limpezas, gratuitamente, ou construir outro tipo de ETAR, muito mais pequenas. Há aí dois modelos para a Chamusca da Beira e para a Póvoa das Quartas que estão a ser discutidos e que nós estamos a pensar assumir. Mas há obras que têm custos incomportáveis.

Candidatámos um conjunto de obras ao financiamento do POVT, uma das quais a da Moita-Formarigo-Carvalha, que está a avançar, bem como na quinta da Tapada e no Rio Seco em Travanca. A candidatura já fechou à não sei quanto tempo e até agora não há resposta

nenhuma das verbas do POVT. Se estas obras forem executadas como estava prometido, dava-nos alguma folga para irmos atacar outras áreas sem saneamento porque estamos a pagar diretamente sem nenhum tipo de comparticipação.

O saneamento é uma prioridade deste Executivo desde que entrou na Câmara e os Senhores Presidentes de Junta sabem-no bem porque temos falado e temos feito muito. Tem havido uma melhoria, não tão significativa quanto eu gostaria de ter no Concelho.

A fatura sobre o saneamento cai-nos cá todos os meses e o Município de Oliveira do Hospital é dos poucos que honra os seus compromissos. Não sei se a partir de janeiro, vamos continuar a pagar, numa posição de força para resolvermos estes problemas. Se calhar temos que caminhar por aí.

Sobre a zona Industrial da Cordinha, quero dizer ao Sr. Deputado Rui Abrantes, que é fácil dar-lhe algumas explicações: Vai aparecer um pavilhão neste momento feito pelo Município. Foi adjudicado e por isso vai arrancar. Neste momento trabalhamos num conjunto de alterações ao loteamento e de reversão dos terrenos, pois havia terrenos que estavam comprometidos e algumas empresas nunca fizeram nada. Temos estado a negociar com essas empresas a reversão dos lotes.

A zona Industrial da Cordinha só pode ter desenvolvimento se tiver um novo Regulamento e neste momento tem de ter lotes mais pequenos. Os lotes existentes obrigavam a um área de construção de cinquenta por cento e hoje não há este tipo de investimento para a zona da Cordinha.

Mas vai haver investimento na zona da Cordinha. Neste momento temos três empresas interessadas e por isso estamos a adaptar os lotes. Perante as necessidades vamos alterar os metros quadrados de construção dos lotes. Estamos a fazer esse trabalho, para depois trazermos à Assembleia Municipal para retificarmos e alterarmos o Regulamento.

O que está agora a acontecer na Cordinha é uma coisa extremamente simples. O Município de Oliveira do Hospital está a fazer um pavilhão para ceder e fará depois um concurso de cedência desse pavilhão. Neste momento há vários interessados.

Mas não vale a pena iludirmo-nos porque na zona da Cordinha, neste momento, não há empresas para as áreas de construção que estão nos lotes e por isso devemos adaptar as zonas Industriais para lotes mais pequenos de acordo com as procuras.

Ao Sr. Deputado Dr. Rodrigues Gonçalves. Sobre a Feira do Porco e do Enchido e sobre a Feira da Castanha, que também foi uma feira muito bem organizada, bem como a Festa do Bodo, são algumas feiras/festas que têm algumas características.

Sem dúvida nenhuma que a Feira do Porco e do Enchido teve um grande sucesso e a Festa da Castanha também. Não sendo um ano de grande produção de Castanha, penso que correu bem.

As Juntas de Freguesia têm feito nesta área um bom trabalho na dinamização do seu território e o sucesso dos eventos vem sobretudo do número de pessoas que se deslocam a eles.

Ao Sr. Deputado Eng.º José Vasco, e sobre a Branaldo, quero dizer-lhe que não intervenho em conflitos entre trabalhadores e patrões. Para isso há o Sindicato dos Têxteis. Tenho acompanhado este processo por fora. Logicamente que estou preocupado. Neste momento há um problema laboral que penso que está a ser resolvido e que vai ser resolvido.

A Presidente do Sindicato dos Têxteis é uma pessoa sensata, uma pessoa razoável, e acho que o trabalho está a ser bem feito.

Neste momento o problema no setor têxtil, não é uma questão de falta de encomendas, mas, com certeza, há outros motivos que virão do passado.

Sobre o emprego, quero dizer-lhe que, os têxteis têm dado um forte contributo para o desemprego ter diminuído, sobretudo, na área feminina, em Oliveira do Hospital. Com isto é que nós nos temos de congratular. Depois de uma fase bastante difícil, houve alguma recuperação. Alguns esqueceram-se de como é que foi recuperada a HBC para a Azuribérica, muitos esquecem-se disso. Não é nesta altura que diremos como é que foi, como também contaremos outras histórias de algumas insolvências que houve em Oliveira do Hospital e o percurso que elas tomaram. Também farei depois o cuidado de o contar mais à frente, não hoje. Há muitas coisas que no futuro nós contaremos como é que elas se passaram em abono da verdade.

Mas há uma coisa que ninguém nos tira que é um programa pioneiro que foi elaborado em Oliveira do Hospital, chamado Ativos Sociais que foi negociado com o Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Presidente a nível Nacional, e que tem dado bons resultados.

Neste momento criaram-se sessenta postos de trabalho. Há hoje aqui uma alteração, naquele ponto que foi incluído na Ordem de Trabalhos, tem a ver precisamente com a repartição de encargos para dois mil e treze.

São sessenta postos de trabalho em colaboração com as Juntas de Freguesia, em colaboração com as IPSS, e em colaboração com os Bombeiros. São sessenta jovens que neste momento estão com contratos de trabalho e que a Câmara Municipal está a subsidiar. E está a subsidiar bem.

Como vê, Sr. Eng.º Rafael, somos às vezes lentos nalgumas coisas mas somos rápidos naquilo que é necessário para as pessoas.

Neste programa dos Ativos Sociais, os Presidentes de outros Municípios, têm conversado comigo para também o implementarem e isto quer dizer alguma coisa. Quer dizer que nós estamos muito concentrados nesta área e isso é muito importante.

Sobre a ETAR de Oliveira do Hospital, o problema vai ser resolvido. As Águas do Zêzere e Côa admitiram numa reunião, penso que relativamente à cerca de um mês, que a ETAR está mal dimensionada para o saneamento que recolhe.

Isto é uma constatação e aquela ETAR iria ter sempre muitos problemas. Dizem eles que conseguiram arranjar uma verba, à volta de cem mil euros, para resolver o problema desta ETAR, que era um problema prioritário derivado ao volume e aos efeitos que causa na ribeira de Cavalos e que depois passa para as águas da Bobadela.

Neste momento estão numa fase de projeto. Vai haver ali uma obra de fundo para melhorar aquela situação porque a ETAR está mal dimensionada e é o reconhecimento deles.

Sobre o problema das eletrificações: Há uma equipe que está a trabalhar sobre a eficiência energética, inclusive, comprámos uma aplicação informática, foi requisitada e está para ser entregue, para que, através de GPS, todas as iluminações do Concelho estejam referenciadas e sabermos o que é que temos que fazer.

Temos pedido aos nossos Presidentes de Junta de Freguesia, porque este é um trabalho conjunto. Foram os Presidentes de Junta que reivindicaram no passado muitas lâmpadas que estão espalhadas pelo Concelho. Eu tenho desafiado os Senhores Presidentes de Junta a fazer uma coisa simples, que me indiquem quais as lâmpadas que devem ser apagadas porque eles é que conhecem a realidade total do Concelho.

De qualquer maneira a equipe de eficiência energética, está neste momento só a trabalhar isto. Fizemos essa equipe e eu penso que poderemos dar aqui um salto qualitativo.

Em relação à Estrada da Beira: Como sabem, houve da parte do Município um relatório muito bem elaborado pelos Serviços Técnicos que fez com que houvesse uma intervenção. Agora foi enviado outro relatório para as Estradas de Portugal sobre aquelas partes que neste momento necessitam, nomeadamente aquelas crateras na zona da Chamusca da Beira.

É uma necessidade. O aumento do tráfego é brutal, como sabem, derivado não só às SCUTS mas também as próprias obras na ponte do IP3 desviaram algum trânsito e por isso vamos ter de pressionar as Estradas de Portugal a resolver este assunto. Por exemplo, dentro da Chamusca da Beira, é sem dúvida nenhuma e não há reivindicação mais legítima.

Pedi uma reunião ao Sr. Diretor Regional do Centro, estou à espera que ele marque. Já lhe enviámos um caderno tal como tinha acontecido na outra vez. Aquela primeira intervenção das Vendas de Galizes aconteceu por pressão de um relatório que foi enviado para lá.

Sobre a arborização e sobre a poda das árvores, o Município está disponível. Nós temos um Engenheiro Florestal, uma pessoa competente, que trata destes assuntos e aqui já se faz um trabalho diferente. Também as Juntas de Freguesia quando pedem nós estamos sempre com elas.

Dizer aqui e dizer ao Sr. Eng.º José Vasco que este Município, este Executivo, já reflorestou quinze hectares de floresta em consonância com outras entidades, nomeadamente com a CAULE, como sabe.

Ao Sr. Eng.º Rafael quero dizer-lhe que me recordo perfeitamente do Sr. falar aqui sobre o Orçamento Participativo. Mas quero dizer-lhe o seguinte, a ideia não era original, por uma razão, se tivesse lido o programa eleitoral do Partido Socialista, esta era uma das iniciativas que estava no programa do Partido Socialista.

Sobre as Cantinas Sociais: Hoje estão duas Cantinas Sociais em funcionamento, uma na FAAD-Fundação Aurélio Amaro Dinis e outra no Centro Social de Aldeia das Dez, como sabe. Mas digo-lhe que não é das coisas que eu gosto mais. Sabe porquê? Eu não gosto desta caridadezinha que às vezes se tenta fazer, que não dignifica as pessoas.

Sobre as electrificações de Natal cada um tem as suas opções políticas. Não sei se o Sr. Eng.º Rafael percebeu que estas lâmpadas já são há dois anos as mesmas a serem colocadas. Esta opção é clara. Isto tem a ver, também, com gestão financeira.

O Senhor diria que não tínhamos a melhor iluminação. Também admito que não, mas, é uma iluminação simples, bonita e feita por nós.

Temos um programa de Natal, alguém disse aqui, penso que foi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, que falou no Programa de Natal e num filme publicitário que em colaboração com a ADI efetuámos e onde lançámos um conjunto de medidas para desenvolver o comércio local.

Acho que o filme está muito bem conseguido, foi muito replicado nas redes sociais e temos recebido bastantes elogios porque ele está muito bem construído, na minha opinião.

Por isso, há um conjunto de actividades que vão ser realizadas. Com certeza que há sempre coisas que se poderiam fazer e que não se fazem, mas todas estas actividades dependem também de muitos outros fatores.

Nós até tentámos fazer uma feira outlet com a participação dos nossos comerciantes, para escoarem os produtos, mas não houve inscrições suficientes para isso. Nós também temos que ter clientes para fazermos algumas actividades.

Sobre o Mini-Preço e sobre a passadeira do Centro de Saúde eu reconheço que lhe assiste alguma razão. Digo-lhe isto com toda a humildade e lembro-me do seu pedido, passei isto para os meus serviços mas depois perdi-me. Penso pedir os projetos para resolver isto rapidamente.

Quando o Eng.º Rafael disse que se calhar ando mais preocupado com outras coisas, eu quero dizer-lhe que sim. Ando muito preocupado.

E digo-lhe com o que é que ando muito preocupado e por isso concentro o meu esforço nisso.

Ando preocupado, às vezes, à quarta-feira quando recebo aqui setenta e oitenta pessoas. Sabe o que é isso não sabe?

Não ando preocupado com algumas obras. Essas não me tiram o sono. Se fazem mais hoje ou se fazem mais amanhã isso não me preocupa.

Mas preocupo-me com aquelas pessoas que passam miséria, preocupo-me com aqueles que sofrem ações de despejo devido a uma lei que entrou agora em vigor, preocupo-me com aqueles que ficam no desemprego. Com estes casos sou bastante rápido e os Senhores Vereadores que estão aqui comigo sabem de alguns casos que eu decidi sem ter competência e que depois levo a reunião do Município para fazer a retificação.

Com este Presidente do Executivo enquanto houver necessidades das pessoas, enquanto houver bolsas de pobreza, enquanto houver pessoas que vivem mal, as obras têm que esperar porque as pessoas estão à frente das obras.

Digo-lhe aqui cara a cara que para as Piscinas Municipais tínhamos um projeto elaborado onde se gastou dinheiro. É um projeto com alguma dimensão e neste momento porque não há financiamentos temos que aguardar porque esta obra para ser realizada tem que ter um Quadro Comunitário para ser candidatada. Fizemos uma requalificação que dá dignidade às Piscinas. Não resolvemos todos os problemas, fizemos um investimento penso que à volta de quinze mil euros para lhe dar outra dignidade. Mudámos algumas coisas mas temos que aguardar algum tempo até termos essa possibilidade.

O mesmo acontece como o caso da Ciclovia. Todas as Ciclovias que eu conheço, desde aquela que liga Santa Comba Dão a Viseu e Coimbra a Montemor tiveram todas financiamento do Quadro Comunitário. A nossa Ciclovia tem uma dimensão mais pequena, mas também aguardo que este Governo aprove os financiamentos do Quadro Comunitário para nós a fazermos.

É assim a gestão, uma gestão altamente equilibrada.

Como eu lhe disse, nós temos que ser rápidos é quando temos as populações em dificuldades, e eu sei isso.

Se quiser, e faça-lhe esse desafio, vem aqui passar comigo uma quarta-feira, receber as pessoas, ouvir os problemas delas, será uma experiência boa, e depois percebe onde é que estão as prioridades. As prioridades não estão nas obras!”

O Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, solicitou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Só pretendia que fosse votada a proposta de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abel Rodrigues.”

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero felicitar o Eng.º Rafael, por ter proposto este voto de pesar. O Sr. Abel Rodrigues, foi um homem que serviu as causas de Oliveira do Hospital, serviu o desporto. No seu funeral ficou demonstrado o reconhecimento, o carinho e a simpatia que as pessoas do Concelho de Oliveira do Hospital têm para com ele.”

Efetuada a votação, a presente proposta de voto de pesar foi aprovada por unanimidade e será comunicada às entidades e aos familiares.

Entrou-se, depois, no Ponto I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Foram distribuídos mapas, à semelhança daquilo que tem acontecido nas Sessões da Assembleia Municipal anteriores, que atestam a situação financeira da autarquia à data do envio dos documentos para os Senhores Deputados, portanto, a data de referência era trinta de Novembro.

Na primeira página tem um mapa comparativo da dívida registada a trinta de novembro, ou seja, trinta de novembro de dois mil e dez, trinta de novembro de dois mil e onze e trinta de novembro de dois mil e doze.

A reter: A dívida caiu em relação ao ano de dois mil e onze na ordem de um milhão seiscientos e treze mil oitocentos e cinquenta e um ponto trinta e três. E caiu em todas as suas componentes.

No segundo quadro dessa página temos a evolução da dívida ao longo do ano, também à data de referência dos documentos que vos são remetidos portanto, trinta e um de janeiro, trinta de março, trinta e um de maio, trinta e um de agosto e trinta de novembro.

Como é lógico, assistimos também desde o início do ano até esta data a uma redução da dívida, apesar de um ligeiro aumento que é pontual em relação à dívida registada a trinta e um de agosto, como podem ver.

Numa segunda folha temos a execução das GOP'S também com referência a trinta de novembro, no triénio dois mil e dez, dois mil e doze. Portanto, assistimos a uma execução, em dois mil e doze, de seis milhões setecentos e oitenta e quatro mil setecentos e sessenta e

dois ponto dezassete. Superior, à de dois mil e dez, e ligeira mente inferior, à de dois mil e onze e tem a ver, essencialmente, com a execução de fundos comunitários que, como sabem, em dois mil e onze atingiu um pico e que não tem tido reflexo no ano de dois mil e doze.

Na última página temos um quadro, e eu peço desculpa pela dimensão da letra, apesar de achar que ainda é perceptível, que faz a comparação da execução orçamental no triénio dois mil e dez, dois mil e doze, e também à data de referência a trinta de novembro.

Dados a reter: A trinta de novembro, nós estamos com uma execução inferior ao ano transato nas receitas, no valor de cerca de novecentos e cinquenta e cinco mil euros e nas despesas estamos a baixo, também, mas num valor superior.

Há aqui uma variação negativa, clara, nas despesas de capital e isto tem a ver com a falta de Financiamento Comunitário para poder executar obra como é lógico e há aqui uma variação que é ténue nas despesas correntes, mas refira-se que não tem a ver com as despesas de capital, portanto para descansar alguns dos Senhores Deputados e cidadãos. As despesas com pessoal reduziram na autarquia, de trinta de novembro do ano passado a trinta de novembro deste ano, em quatrocentos e quarenta e quatro mil euros que foram reduzidas as despesa com pessoal. Isto não tem a ver só com a questão do corte dos subsídios de férias e de Natal. Porque se analisarmos só essa variação estaríamos a falar de duzentos e trinta e um mil euros. Isto tem a ver com uma redução efetiva das despesas com pessoal com vínculo à Câmara Municipal. Houve cessação de contratos e não houve abertura de lugares para esses contratos que terminaram e o Sr. Presidente da Câmara, vai dar essa explicação posteriormente.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho aqui uns recortes da imprensa. Todos conhecem, naturalmente, algumas notícias que vão surgindo e, naturalmente, percebe-se como é que estas notícias vão surgindo e também se percebe como é que algumas intervenções foram hoje aqui feitas.

Nós estamos a menos de trezentos dias de um facto que vai ficar célebre neste País. Esse facto que vai acontecer daqui a trezentos dias, mais coisa menos coisa, são as próximas Eleições Autárquicas, do próximo outubro.

Pela primeira vez, e tenho a certeza absoluta disso, que algo vai mudar neste País e vai mudar fortemente. Percebe-se, naturalmente, aqui em Oliveira do Hospital e percebe-se noutras regiões e no restante País o que é que vai acontecer. Por isso já se vêem aqui algumas movimentações, vê-se aqui algumas intervenções, vê-se alguns ataques, vê-se o denegrir do que é verdade e realidade e isso é que não pode ser aceitável. E é isso, naturalmente, que eu também não aceito.

Para vos lembrar alguns números, para a memória é bom ter números. Falar-vos claramente e ir ao encontro das palavras que o Dr. Rocha disse aqui. Qual é a situação financeira da Câmara e sinteticamente, aqui, dizer-vos muito claramente.

O montante da dívida baixou neste momento em um milhão seiscentos e treze mil oitocentos e cinquenta e um virgula trinta e três euros, o que significa em percentual, menos vinte e um virgula trinta e cinco por cento.

Se isto não é ter uma câmara a trabalhar bem? Se isto não é ter uma Câmara a olhar para as contas? E como também diz o Dr. Rocha, isto não vem só do pessoal, não vem daquele dinheiro do subsídio de férias e subsídio da natal, que através da lei nos foi retirado, então há aqui uma gestão que é de louvar.

Aqui no outro quadro referenciaria, também, e já agora peço desculpa ao Dr. Rocha, porque ele pôs aqui uma setas a vermelho e outras a verde. Eu, pessoalmente e futebolisticamente não gosto muito de vermelho, sou mais para outras cores, mas nem é isso. É que estas setas deveriam estar a verde porque é decréscimo e não a vermelho porque é a dívida que está a baixar. Isto é tudo positivo e por isso deveriam ser as setas a verde.

As diferentes componentes da dívida também se podem elencar e há uma diminuição superior a quinhentos e sessenta mil euros na questão das dívidas a fornecedores, a empreitadas, a subsídios e empréstimos. No corrente ano a redução total da dívida representa mais de um milhão de euros e mais do que dezasseis por cento em termos percentuais.

Já vi aqui alguns amigos nossos preocupados. É assim: Pediu-se um empréstimo, que em determinada altura e eu estava cá e muitos nós estávamos cá, e votámos a favor do empréstimo, penso que na ordem dos cinco milhões de euros, e votamos a favor porque achávamos que o empréstimo ia ser feito a saúde financeira da Câmara na altura também o permitia e hoje também o permitiria, naturalmente, mas também amortizamos esse empréstimo num valor de quase quatrocentos mil euros. O que é de louvar o esforço que também o Executivo Municipal está a fazer.

As receitas, e aqui também é um problema que está a acontecer hoje, também baixaram quase um milhão de euros. E agora, meus amigos, se a dívida diminui um milhão e seiscentos mil e as receitas diminuem quase novecentos mil, então meus amigos, o esforço ainda é maior. Isso tem que ser aqui dito, também.

Ou seja, a diferença entre as receitas e a dívida é superior a seiscentos e cinquenta mil euros. O deve e o haver da situação. Tomem nota deste número.

As despesas de pessoal também já foi referido pelo Dr. Rocha, mas há aqui uma coisa que acho que nos deve alegrar a todos que é, do ponto de vista do setor público e privado, conforme se costuma separar nas empresas e nas entidades e que nos orgulha e dou os meus parabéns, até porque, eu tenho uma actividade, como sabem, numa empresa e digo-vos pagar a trinta e dois dias, como é feito aqui na Câmara, é de louvar. Eu não conheço casos idênticos.

O estado recomenda pagamentos a quarenta dias e não cumpre muitas das vezes. Vejam só um caso que é paradigmático que é as dívidas por exemplo das grandes superfícies aos fornecedores. Um agricultor que fornece por exemplo para as grandes superfícies, às vezes pagam a cento e oitenta dias. Como é que é possível! Vivem desse dinheiro, naturalmente, que recebem antecipadamente e recebem-no a pronto, de quem vai lá buscar os produtos.

Quando a Câmara paga a trinta e dois dias, isto é de louvar.

Digo-vos também uma coisa que a mim me entristece que é a Ação Social da Câmara. Eu acho que é de louvar a Ação Social da Câmara, tudo o que já foi feito, o Sr. Presidente já referenciou. Agora, eu não posso aceitar isto porque estamos num País que cada vez empobrece mais. Nós estamos todos os dias cada vez mais pobres, cada dia mais

empobrecidos. Para o ano vamos ficar mais empobrecidos. Há cada vez mais pobres, há cada vez mais pessoas em situação de desgraça, há cada vez mais pessoas preocupadas e depois dizem: “*Ó Senhora Câmara Municipal tome lá conta destes pobres, dos novos pobres, façam as tais ditas cantinas dos pobres ou Cantinas Sociais*”.

Eu já uma vez disse aqui que sou completamente contra isso e digo novamente ao Eng.º Rafael que trouxe este tema, que eu nem o queria cá trazer, que é assim: Há um ditado Chinês que diz uma coisa muito simples, “*em vez de te dar o peixe para comer, dou-te uma cana para te ensinar a pescar*”, é isso que eu esperava que este País e as entidades que governam este País fizessem, que nos desse condições para trabalhar e que tivéssemos trabalho.

Depois dizem à Câmara “*ponham aí um sopa dos pobres*”, que era aquilo que se fazia antigamente . E andam aí uns Senhores ou umas Senhoras, que isto já parece como antigamente o Movimento Nacional Feminino: “*Olha toma lá uma sopinha que é para te contentares porque tu tens fome*”.

Eu não aceito isto. E digo-o abertamente.

Agora na Ação Social, é evidente que, há as questões de proximidade, há a ajuda que foi feita às Juntas de Freguesia, agora é assim. Este governo também está a apostar, ou não, no apoio às IPSS.

É a mesma política, é tudo isto no mesmo sentido! Isto não pode continuar a acontecer e temos que estar contra!

Não percebi o discurso, e peço desculpa, do Eng.º Vasco. Aquela questão das podas e daquelas coisas todas, que aquilo está mal feito. Também não sei se isto tinha outra intenção ou não! Mas haverei de perceber mais tarde! Também como já foi dito aqui pelo Sr. Presidente, falaremos mais tarde!

Neste momento, só posso dizer que pelo trabalho que esta Câmara tem feito, pelas contas sérias e rigorosas que nos apresenta, pelo equilíbrio financeiro que tem, pela mostra que nos dá desta atividade, pela transparência que nos traz todos os dias, pela honestidade deste Executivo Municipal, só posso dizer uma coisa: Na pessoa do Sr. Presidente e também para o Executivo, um reconhecimento, aqui, público, pelo trabalho desenvolvido, pela atividade que estão a desenvolver e, naturalmente, que vai continuar.

Vai continuar, de certeza, para além dos trezentos dias que nos medeiam e naquilo que muitos daqui já andam a falar neste momento.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu vou falar sobre a situação financeira da Câmara. Não vou fazer um historial como fez o Eng.º Carlos Inácio para saber as causas que nos trouxe até ao momento em que nós passamos no nosso País. Eu não vou falar sobre isso, eu vou falar pura e simplesmente da dívida e da situação financeira da Câmara.

Nota-se que a redução da dívida de novembro de dois mil e onze a novembro de dois mil e doze foi de um milhão seiscentos e treze mil oitocentos e cinquenta e um ponto trinta e três euros. Esta redução foi bastante noticiada na comunicação social. O que é de realçar e

com bastante satisfação e dar aqui os parabéns ao Executivo em permanência pelo trabalho realizado.

É certo que esta redução da dívida tem a ver com a redução do investimento nas GOP'S, no ano de dois mil e doze. Que passou, de novembro de dois mil e onze a novembro de dois mil e doze, de oito milhões e trinta e um mil duzentos e vinte e quatro virgula setenta euros para seis milhões setecentos e oitenta e quatro mil setecentos e sessenta e dois virgula dezassete euros que se verifica assim uma redução de um milhão duzentos e quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e dois virgula cinquenta e três.

Outro fator que influenciou bastante a redução da dívida, de dois mil e onze para dois mil e doze, foi a dívida dos subsídios atribuídos e pagos nos anos em causa. Se verificarmos que, no ano de dois mil e onze, foram atribuídos subsídios no montante de um milhão cento e trinta e cinco cento e sessenta e sete ponto trinta. Pagos nesse ano, quinhentos e quarenta e nove quatrocentos e trinta e dois virgula vinte e oito, ficando por pagar, quinhentos e oitenta e cinco mil setecentos e trinta e cinco virgula zero dois.

No ano de dois mil e doze, a atribuição de subsídios feita pela Câmara Municipal, foi de quatrocentos e sessenta e seis mil quatrocentos e trinta em um virgula zero oito. Com valor pago de duzentos e vinte e nove mil seiscentos e trinta e sete virgula cinquenta e sete. Ficando em dívida cento e quarenta e três mil seiscentos e oitenta e sete virgula cinquenta e sete.

Claro que este diferencial verificado na dívida, de dois mil e onze para dois mil e doze, é bastante significativo, que se cifra em quatrocentos e quarenta e dois mil zero quarenta e sete virgula quarenta e cinco.

Esta redução da dívida tem a ver, também, com o grande sentido de responsabilidade com que este Executivo conviveu com a crise económica que o País atravessa. Reduzindo, significativamente, os custos, fazendo uma gestão mais equilibrada, não se aventurando em investimentos com os quais não poderia honrar, já que teve, também, cortes muito significativos nas transferências do FEF e das receitas próprias.

É esta a justificação que eu faço à redução da dívida da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital de novembro de dois mil e onze para novembro de dois mil e doze.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Estamos num ponto da discussão interessante, do ponto de vista da análise política.

Destaco e registo a intervenção que o Sr. Deputado João Esteves acaba de fazer. Vou ver como é que o Partido Social Democrata, nas próximas eleições, vai encarar uma situação muito peculiar que é a gestão do Município perante uma declaração como a do Sr. Deputado João Esteves.

Só pode apoiar a candidatura do Prof. José Carlos às próximas eleições. A não ser que ... Desculpem lá! Eu não ouvi ninguém do Partido Socialista a fazer uma intervenção deste tipo.

A intervenção do Deputado Carlos Inácio foi uma intervenção muito diferente. Pode dizer-se que, a intervenção do Deputado Carlos Inácio, foi uma intervenção laudatória, a do Deputado João Esteves é uma intervenção fundamentada. Tem outro valor de análise e outro valor de síntese.

Mas isso não são contas do meu rosário.

A não ser que o Deputado João Esteves já esteja a preparar o campo para depois o Rocha ser algum candidato aí. Então o mérito é do Rocha porque entrou aqui para a gestão e para coadjuvar o Presidente da Câmara na gestão Municipal. Mas... Desculpem lá!

Mas vamos à questão: Há a tendência para se assinalarem as consequências da situação económica, da situação financeira, etc..., mas, para se absolver as causas e os causadores.

As coisas não acontecem por acaso nem por projeção espontânea nem por desígnio de Deus e, portanto, há causas e causadores para a situação.

A redução da dívida, de facto, objetivamente deve-se grande parte à redução do investimento pelos motivos que o Dr. Rocha já disse e que nós também conhecemos. Podemos, ou não, estar de acordo com eles. Eu, claro que não estou!

Creio que há um grande decréscimo das receitas de capital, o porquê também já foi dito, e que essa tendência se vai acentuar em dois mil e treze e isso aprende-se com a discussão do Pano de Atividades e do Orçamento para dois mil e treze, que está noutra ponto.

Eu sou testemunha da preocupação do Presidente da Câmara perante as questões das pessoas, as questões individuais/sociais. Sou testemunha disso! Mas, assinalo aqui uma questão: Na redução da dívida, nas despesas correntes com pessoal, redução que se deve ao roubo dos subsídios aos trabalhadores e aos funcionários autárquicos também, funcionários públicos e agora também aos privados. Está-se a roubar salários, pensões, reformas, prestações sociais, acabam os serviços públicos, roubam nos serviços públicos.

Estamos a ser roubados porque isto está tudo a ser canalizado diretamente para o grande capital, para meia dúzia de famílias, sete ou oito famílias, para os grandes Bancos alemães que são quem estão a ganhar. Quem nos está a roubar são eles! Vejam a situação financeira dos Bancos da Alemanha em consequência da dita crise que eles próprios provocaram, controlam e mandam executar aos seus capatazes nos vários sítios.

Ou se rasga o pacto de agressão e de submissão com as Troikas ou isto só se agrava. Não há solução!

A contradição que eu queria aqui assinalar é assim: Sr. Presidente da Câmara, e repito, eu sou testemunha das suas preocupações individuais e sociais com as pessoas e portanto, não poderia dizer que não é assim! Mas, da redução das despesas correntes com o pessoal há aqui cortes nas prorrogações de contratos de pessoas que trabalhavam aqui na Câmara e simultaneamente têm entrado outras pessoas para trabalhar. Creio que essa radiografia também se deve fazer e deve ser tornada pública.

Sei, toda a gente sabe, que aquilo que na campanha autárquica anterior se ouviu, a única coisa que se ouviu, foi: Criar emprego. Criar emprego. Criar emprego.

Esta mensagem foi arrasadora. Qual é a família que não é afetada com o problema da falta de emprego? É a mensagem fundamental. É também o problema número um do nosso País em consequência direta destas políticas desastrosas que estão a ir para a frente.

Nós estamos, até na nossa Freguesia, a acudir quase dramaticamente, desesperadamente, aos dramas pessoais e sociais que estão a acontecer. As reformas não chegam para pagar os medicamentos, pessoas que têm que ir a Arganil para adquirirem uma pensão por dependência e outras situações. Isto está, de facto, desastroso.

Eu não posso criticar ninguém que, do ponto de vista individual e da sua própria consciência ou intervenção cívica, dá um prato de sopa a quem está com fome. Não posso! Agora, o que eu sei, é que esta situação, este pico brutal que está a acontecer é resultado das políticas planificadas ao longo dos últimos anos, não é ao longo dos últimos dois! Então e ou outros para trás?

O Partido Socialista foi Governo, em dezasseis anos, foi Governo doze! E então não tem nada a ver com isto?"

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

"Quero esclarecer aqui o meu caro amigo Eng.º Carlos Inácio. De facto eu sou a favor das Cantinas Sociais porque infelizmente nós necessitamos.

Quando diz que não aceita a dita "Sopa dos Pobres". Infelizmente temos necessidade dela. Gostaria de saber é se concorda ou não?

Quando não temos apoio social, é porque não temos. Quando temos também se critica e portanto não percebo aqui esta dualidade de critérios.

Gostaria de dizer que só lá vai quem quer e quem de facto necessita porque ninguém é obrigado a lá ir. O argumento de que isto não é um apoio social que dignifica as pessoas, acho que, também, não é verdade."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Quero desejar a todos um Natal bom e que o próximo ano, dentro das possibilidades, e atendendo às circunstâncias do País, seja o melhor possível.

Quanto a esta questão das dívidas da Câmara e do estado financeiro da Câmara penso que já foi dito o essencial. Quem o disse anteriormente disse-o muito bem.

No entanto, nunca é demais referir, que se em dois mil e onze a dívida disparou, e os números estão aí, não mentem, obviamente que tem a ver com investimento e toda a gente sabe que foi o ano em que mais fundos comunitários dalguma vez e de sempre, alguma Câmara Municipal foi capaz de ir buscar.

Quando se diz que neste Executivo Municipal, que neste Concelho se anda a fazer festas, a desbaratar dinheiro e tantas outras coisas que se andam por aí a dizer fora. Eu acho que essa gente das duas uma. Ou não sabem ler números, ou estão mal informados, ou estão, efetivamente, de muita má fé. E estão pura e simplesmente a gerir um calendário eleitoral e a fazer pura e simplesmente uma chicana política. Isto tem que ser dito para que os Oliveirenses saibam quem são esses interlocutores que andam por aí. Quem são esses indivíduos. O que andam a querer dizer. Querem enganar os Oliveirenses fazendo afirmações deste tipo. Quando efetivamente o resultado está aqui à vista de toda a gente.

É bom que os Oliveirenses não se deixem enganar por essa gente. Se se querem afirmar por essa via! Eu só quero dizer, que estão a ir efetivamente por muito mau caminho. Utilizem outros argumentos que não estes. Porque por estes vão cair. E vão cair amanhã muito rapidamente esses argumentos.

Estes investimento de dois mil e onze e estas dívidas efetivamente têm uma causa que não tiveram dois mil e doze. Seguramente por dois motivos fundamentais. Porque este Executivo teve consciência da realidade económico-social do Concelho. Teve consciência, com certeza, da situação económica do País. Mas também teve um problema que contribuiu para isto e esse sim é um problema. Que é o problema deste Governo que nós temos, ter congelado há demasiado tempo as verbas do QREN. Porque, seguramente se isso não acontecesse estes montantes referentes a dois mil e doze não seriam estes, seguramente, seriam superiores e, se calhar, a dívida não teria baixado tanto, possivelmente.

Mas, também, é preciso dizer-se aqui que, este Executivo que vai a caminho do seu quarto ano de permanência, até hoje, e atendendo às obras que tem feito no Concelho, não pediu nenhum empréstimo a longo prazo a ninguém. É preciso dizer-se isto também. E as obras têm sido feitas. Agora meus amigos, e desculpem-me o termo, tento na língua, vamos ser sérios, vamos ser honestos e vamo-nos deixar de demagogias baratas porque o povo, depois, irá estar lá fora para julgar tudo isso.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Só duas notas uma vez que a maior parte das coisa já foram referidas.

O Deputado João Dinis e o Deputado Carlos Inácio já se referiram a isto. Caridade para aqui e caridade para ali.

Eu como sou mais adepto da solidariedade acho que é muito melhor defender a solidariedade do que a caridade. Como se sabe a caridade é feita de cima para abaixo, digamos assim, hierarquizando as pessoas, enquanto que a solidariedade é horizontal é praticada entre iguais dignificando essas mesmas pessoas e é por aí que temos que aferir as coisas.

Por outro lado o Deputado João Dinis referiu que, de facto, a Câmara tem menos gente mas que, pareceu-me ouvir, que têm sido contratadas outras pessoas.

Eu creio que esta questão também já anda aí na praça pública e para acabar com isto eu peço ao Sr. Presidente da Câmara para quando puder que diga quantas dezenas de pessoas entraram nestes quatro anos na Câmara Municipal e acabamos com este assunto.

Em relação ao financiamento, há, de facto, uma redução global da dívida em um virgula seis milhões de euros, mas, isto não foi feito através de nenhum empréstimo.

Por outro lado é preciso perceber que o IMT, neste momento, está a tender para zero, como se sabe.

As pessoas, se o IMI se mantiver ou se for aplicado de acordo com aquilo que está legislado, as pessoas quererão é ver-se livres das casas, ainda que as doem e não vende-las.

O IMT está a cair para zero. O IMI não se sabe o que é que vai acontecer. Se for aplicado como está previsto não vai ser cobrado porque a maior parte das pessoas não vão poder pagar. Se for anulado, como eu já ouvi esta semana, o prejuízo recai sobre as Câmaras porque não recebe este financiamento.

De qualquer forma as Câmaras ficam sempre a perder. O estado é que não perde aqui neste processo.

O Estado já está a ganhar, também, quando evitou que fossem transferidos para aqui três milhões de euros, mas é preciso, ver três milhões de euros que já não são transferidos e que deviam ser transferidos, uma vez que, as transferências do FEF diminuiriam este valor.

Tudo isto é preciso ser considerado, quando nós aqui, chegámos à conclusão que a redução da dívida foi muito significativa.

Ainda assim, se repararem: Se nós subtrairmos à dívida o valor do Sistema Multimunicipal Águas do Zêzere e Côa a dívida neste momento não existe. Não se deve nada a ninguém. Se não me engano é há volta de onze mil euros.

Vejam que, se suprimos à dívida a dívida do Sistema Multimunicipal Águas do Zêzere e Côa, que ninguém paga, nenhuma Câmara paga, a Câmara neste momento não deve nada a ninguém.”

Usou da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Tenho feito uma intervenção, nestas alturas de fim de ano, tipo balanço e não vou deixar de o fazer também este ano. Para além de ser Presidente da Assembleia também sou Deputado Municipal e também tenho direito a cinco minutos.

Efetivamente, os números falam por si, não é preciso argumentar muito mais, e dizer com isto, porque eu também tenho à vontade, toda a gente sabe como é que eu penso ideologicamente e, em tempo útil, achei por bem sacrificar o meu ideal pelo superior interesse do Concelho. Disse-o aqui duas vezes nas tomadas de posse e reafirmo-o hoje.

Isto para dizer o quê? Como eu disse aqui há uns dias, as eleições são para premiar quem trabalha bem e são para castigar quem trabalha mal.

Os nossos debates, aqui, são para criticar o que está mal feito e são para elogiar o que está bem feito.

Todos sabem que eu tentei introduzir nesta Assembleia e neste Concelho um clima de diálogo e, já o disse aqui mais vezes, sou um homem realizado quando assisto a declarações como fez aqui o Deputado João Esteves. Não é a primeira vez que o faz e também não é o único da bancada dele que o tem feito. Daí que, me custe um pouco, às vezes, ser confrontado ou ter conhecimento de certas situações, e, eu tenho que perguntar se, efetivamente, o que está em causa é o superior interesse do Concelho ou é o superior interesse pela bandeira.

Volto a dizer, se fosse a bandeira eu de certeza absoluta que não estava aqui neste momento a falar neste tom e desta maneira, e, muito menos estaria sentado além, e disso, eu também não tenho dúvidas.

Pergunta-se por aí ou diz-se por aí que os munícipes têm direito a saber onde é que é gasto o seu dinheiro. Com certeza! Por isso está aqui o Orçamento. Por isso estão aqui os representantes do povo para o criticar e para dar as suas opiniões, onde é que esse dinheiro deve ser gasto. Pelo menos até agora, tenho alguma esperança que hoje também assim seja, o Orçamento por certo vai ser aprovado pela vontade soberana dos representantes do povo e não por qualquer outra vontade a quem o povo não deu essa mesma representação.

Acho que o debate político é vantajoso. Se for crítico e se for acutilante, tanto melhor, mas, também convinha ser sério. Como dizia aqui o Sr. Francisco Garcia, há uns tempos, “*a política é uma arte nobre e devemos estar na política com nobreza*” porque quando assim não

é, eu tenho para aqui um documento, não queria fazer assim muita política, mas sempre mostro a capa. Isto é de mil novecentos e noventa e três. Diz aqui que se “*vai promover a descentralização e contratos programas com as Juntas de Freguesia*”.

Quem é que fez isso? Quando?

Fez este Executivo, dezassete anos depois.

Diz-se aqui que se vai “*promover a habitação social*”. Dezassete anos depois eu não conheço nenhuma habitação social promovida pela Câmara.

Diz-se aqui que “*vai ser feito um guiché para atendimento ao público, para não andar a vaguear pelos corredores da Câmara*”. Foi feito um Balcão Único, dezassete anos depois por esta Câmara.

Isto para dizer, a essas pessoas, onde é que é gasto o dinheiro. O dinheiro é gasto, uma boa parte a cumprir promessas que alguém fez há dezassete anos e está justificado.

Ainda assim, é gasto de acordo com a vontade dos representantes do povo que somos nós, soberanamente eleitos e soberanamente aqui decidimos, pesem as pressões, os bater de palmas, etc., que tem havido nesta Assembleia e que, como eu já disse hoje, não vai haver mais, porque a lei não o permite, porque é contra todas as formas de ética política e é um desrespeito a esta instituição e a quem está aqui para decidir livre e soberanamente segundo a sua vontade e segundo o mandato que tem.

Naturalmente, quero dar os parabéns à Câmara porque neste tempo com os cortes que tem, com aquilo que é feito socialmente, porque esta Câmara sim, tem feito alguma habitação social recuperando casas de alguns idosos, como já aqui foi explicado.

As pessoas não andam aqui desatentas e são sensibilizadas porque recebem as tais setenta pessoas todas as quartas-feiras para saber das suas angústias e para lhes tentar arranjar as soluções de que as pessoas carecem, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, a quem mais uma vez, eu também quero agradecer a vossa postura no apoio à boa governação do Concelho porque é, de facto, um trabalho de todos, como se disse, e que eu gostaria que assim continuasse a ser. Concorram lá por quem quiserem, ganhem lá as Juntas por quem quiserem, desde que, quando se entrar aqui nesta porta, se esteja aqui como eu estou, sem a minha bandeira mas pela bandeira de Oliveira do Hospital.

Volto a reafirmar aqui, sem nenhuma ambiguidade, todos aqueles que estiverem neste Concelho de outra maneira e com outra bandeira, podem ter a certeza e não tenham dúvidas, contam comigo como sabem que podem contar. Sejam eles quem forem.

Era esta a mensagem que eu queria dizer. Agradecer, de facto, ao Executivo em permanência, e não só, porque, naturalmente por dever de função, acompanho, se calhar, mais de perto as reuniões da Câmara e também aqui tem que se louvar a postura dos Senhores Vereadores. Já há quem tenha medo que eu um dia deste aperte a mão ao Sr. Vereador Mário Alves. Se tiver que ser e se o interesse do Concelho merecer pois não tenham dúvidas nenhuma que o farei, como já o fiz aqui com o Dr. Paulo Rocha.

Por este Concelho eu sacrifico-me pelo que fiz falta e por isso tenho moral para exigir aos outros que façam o mesmo.

Quero terminar agradecendo o esforço que, efetivamente, tem sido feito por esta Câmara porque custa ouvir. Um Executivo que neste contexto reduz um milhão e seiscentos mil, que está aí, mas, à dívida global reduz um pouco mais, reduz dezoito por cento da sua

dívida global, eu acho que, se em Lisboa houvesse alguém com um bocadinho de olhos já estava aqui a fazer um contrato de assessoria para ver se ajudavam a resolver o problemas do Governo.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para fazer o seguinte esclarecimento:

“Em primeiro lugar queria agradecer as perguntas que foram aqui colocadas porque todos nós temos, e sobretudo quem se senta aí, responsabilidades lá fora.

Não podemos pactuar com algumas atoardadas e com algumas mentiras que nós vamos desmistificando. Percebemos que isso é o jogo baixo da política e que não sabem estar de outra maneira. Mas isso é um problema que não é meu porque eu estarei com ética e com os números à frente.

Para quem falou de banca rota para o concelho, se estes resultados são banca rota, tomara as desgraçadas contas de Portugal ter esta banca rota. Porque não tínhamos cá Troika nem tinha-mos dívida.

Mas não é isso que é importante relevar aqui. Importante, aqui, é concentrarmo-nos naquilo que é essencial.

Também reconheço que, há pessoas no PSD que são pessoas sérias, que são pessoas que querem o bem do Concelho como eu quero. Por isso, não me admirou, porque o conheço à muitos anos, esta intervenção do João Esteves sobre a situação financeira, sem nenhum interesse partidário.

Mas diria mais, os Senhores Vereadores que estão aqui, e acabei de pedir ordem ao Sr. Vereador José Carlos Mendes para ler, porque a ata ainda não foi aprovada em reunião de Câmara, a declaração que foi colocada na ata dos dois Vereadores sobre este assunto.

E passo a ler, como eu disse não lia isto sem pedir autorização ao Sr. Vereador porque esta ata só será aprovada na próxima reunião de Câmara, tive este cuidado.

O Vereador José Carlos Mendes constatou igualmente, ao contrário do que é dito na rua, “*Temos a noção de que as contas do Município estão equilibradas e isso satisfaz-nos*”, mais referiu que “é positivo que esse controlo seja feito e que se chame pessoas de bem de forma a respeitarem os compromissos que assumimos”. Disse igualmente “*entender que ao longo dos anos a Câmara Municipal nesse campo fez e continua a fazer um bom trabalho*” frisou assim “*não comungamos dessa perspetiva de que as contas da autarquia estão a descambar para áreas que não são as mais corretas*”.

Não vou ler a declaração do Vereador Mário Alves porque não falei com ele, não lhe pedi ordem, porque ainda seriam muito mais violentas sobre essa consideração.

É preciso perceber o estrangulamento financeiro que estes diferentes Governos têm vindo a impor às Autarquias.

Toda a gente sabe que as reduções são brutais.

Enquanto eu for Presidente deste Município, logicamente que, não irei enveredar por lançar obras que depois não tenha capacidade de pagar.

Também não é possível neste momento e deixem-me que vos diga, fazer empréstimos. Os empréstimos estão congelados nos Municípios, exceto naqueles Municípios que foram

obrigados a ir ao programa, ao PAEL, e agora são obrigados a lançar os impostos máximos sobre os seus munícipes.

Vocês queriam isso? Que Oliveira passa-se para a taxa máxima, por exemplo, no IMI?

Os problemas da água. Temos aqui um conjunto de situações que deveremos referir.

Não, nós não precisámos!

Eu encontrei, já o disse e torno a repetir, a Câmara Municipal que eu encontrei estava equilibra financeiramente.

Não era uma Câmara que tinha uma boa situação. A Câmara de Oliveira teria uma boa situação se não tivesse dívida.

Há Câmaras que não têm dívida.

A Câmara Municipal tinha dívida e nós estamos a amortizar essa dívida, como se viu aí, no empréstimo dos cinco milhões. Estamos a amortizar, à volta de quinhentos mil euros por ano. Isso é honrar os compromissos da Câmara. Aquilo que o Prof. Mário nos deixou, e aquilo que eu tenho dito, e os Senhores Deputados sabem que isso é verdade, o que eu disse sempre é que o Prof. Mário deixou uma Câmara equilibrada financeiramente. Isto é a verdade!

Aquilo que o meu Executivo fez foi seguir a mesma linha mas num tempo muito diferente, como você sabem. Em termos de receitas correntes são há volta de três milhões de euros a menos.

O Prof. Mário Alves não tinha estes tempos. E ainda temos a amortização que estamos a fazer no empréstimo dos cinco milhões.

Por outro lado temos a fatura das Águas do Zêzere e Côa, que aumentou devido às ETARs.

Com esta situação financeira somos obrigados a fazer apostas absolutamente claras. Ou queremos uma Câmara equilibra ou queremos uma grande iluminação de Natal, como o Eng.º Rafael dizia, uma coisa diferente, mas pedem-me entre quarente a cinquenta mil euros por essa iluminação.

Ora, é uma aposta. Mas eu prefiro sofrer aqui a crítica do Eng.º Rafael, e que não levo nada a mal. Mas prefiro gastar dez mil euros para a compra das iluminações e, temos comprado mais alguma coisa todos os anos para ir ampliando e vamos fazendo de uns anos para os outros.

Vivemos com aquilo que temos. Não vivemos com o que não temos nem nos endividamos. Eu não estou aqui para endividar o Município de Oliveira do Hospital. Era possível se quisesse-mos ir ao PAEL-Programa de Apoio à Economia Local, numa estratégia para pagar algumas coisas. Era possível mas não é esse o meu caminho.

Quando há menos dinheiro há opções difíceis de fazer até em relação às próprias obras, em relação à própria organização do Município internamente. E quando alguns falam que esta Câmara está cheia de Socialista que foram contratados eu tenho que lembrar e avivar a memória que esta Câmara Municipal quando eu entrei tinha duzentos e cinquenta e quatro trabalhadores e seis professores nas AEC.

Quando eu entrei, a trinta e um de dezembro de dois mil e nove, tinha duzentos e cinquenta e quatro trabalhadores.

Hoje a Câmara Municipal, no dia doze de dezembro, tem duzentos e vinte e dois. Tem trinta e dois trabalhadores a menos. Isto é bom ou isto é mau? É que temos que ter esta perspetiva nesta fase do desemprego. Se isto é bom ou se isto é mau?

Deixem-me dizer como é que se alcançaram este trinta e dois trabalhadores a menos. Como vocês sabem tem havido uma corrida às aposentações derivado às regras que foram alteradas e muitas destas pessoas foram aposentadas. Também dizer-se que, a Câmara Municipal àqueles que eram necessários e que entraram nos outros executivos e que estavam a contrato, ficaram cá com contrato a tempo indeterminado. Isto é as vagas deles acabaram no contrato a termo e passaram para o contrato por tempo indeterminado.

Alguns confundem as pessoas que têm vínculo ao Município com os POC que são pessoas que se vão buscar ao Centro de Emprego como também alguns estágios.

Ainda há tempos seis Sapadores Florestais fizeram um curso e nós demos-lhes uma oportunidade até porque estava relacionada com a floresta. Através da ADESA demos-lhes um estágio profissional.

Confundem pessoas que trabalham cá através do Centro de Emprego e através do Rendimento Social de Inserção. Ajudamos pessoas que têm cem euros de Rendimento Social de Inserção e nós depois pagamos quatrocentos, damos dignidade a essas pessoas e isso é possível, e temos feito isso com muita gente.

Também dizer que houve algumas pessoas que se foram embora. E foram-se embora, não que eu perseguisse aqui alguém politicamente. Muitos deste jovens que até ficaram e muita gente até os conhece, sabem que eles eram do PSD e eu não os mandei embora.

Agora vou-vos dizer: houve aqui alguns casos de reestruturação de serviços e havia pessoas que estavam cá que não faziam nada. E dessas não senti a falta delas. Essas deixei as ir.

Alguns até agora querem ser capatazes de algumas povoações sem terem sido eleitos.

Eu não tenho medo de dizer isto. Houve aí um conjunto de pessoas que não reunia o perfil, o contrato tinha acabado e também não estavam cá a fazer nada. Quando os superiores dizem que as pessoas são precisas e que têm perfil elas ficam. Agora, o Município não alberga quem não precisa por causa de compromissos políticos anteriores. Isso não, e comigo não contem para isso.

Por isso estamos aqui à vontade para falar. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital até hoje tem três pessoas a mais desde de que eu estou aqui e vou dizer-vos quem é: É a minha secretária e são dois electricistas que eram necessários.

Até agora nesta Câmara Municipal, com vínculo, são três pessoas. Apenas três pessoas.

Vejam a redução em termos de despesa do pessoal. Não foi só a redução no pessoal, as horas extraordinárias também diminuíram porque tem havido uma nova organização.

Há pessoas que não percebem e defendem aquilo que não é possível.

Este Governo fez uma lei que obriga os despedimentos, por isso, o Município de Oliveira do Hospital foi obrigado a reduzir dois por cento no pessoal. Temos que cumprir a lei e nós cumprimos. Só este ano, e dou isto como informação, foram reduzidos seis trabalhadores. Como? Houve sessação de vínculo de dezassete pessoas: Onze, porque

caducaram os contratos; Cinco, por aposentações ; Um, por transferência para a Câmara Municipal do Carregal do Sal.

Logicamente que desta dezassete pessoas, houve onze que corresponderam a entradas onde entraram apenas aqueles dois eletricitas, porque todos os outros já cá trabalhavam e que libertaram a vaga e depois foram a concurso e ficaram. Por isso sobre isto não quero que haja absolutamente nenhuma dúvida.

Gostava ainda de vos mostrar aqui algumas coisas que são importantes. Esta redução não é feita com receitas como faz o Governo. O Governo para aumentar as receitas como é que faz? Aumenta impostos. Eu pergunto. Em Oliveira do Hospital houve algum aumento de algum imposto feito por este Executivo? Nenhum. Zero. Não estamos na altura!

Há outro problema que eu vos queria mostrar. A Câmara Municipal em termos de fornecedores, a trinta de novembro, teria catorze mil euros a fornecedores. Sabem porquê? Sabem quanto é que se deve às Águas do Zêzere e Côa, duzentos e quarenta e três mil euros. Isto é que está a desequilibrar. Nós compramos a água em alta mais cara do que a vendemos aos nossos Municípios.

E eu pergunto, estamos na altura de fazer um acerto como este Governo fez? Aumentar o metro cúbico de dois euros e meio para três euros, por metro cúbico de água, quando as pessoas hoje têm menos dinheiro? Não. Meus caros amigos não contem comigo.

O problema da água, do saneamento, da recolha do lixo e os pagamentos, dá uma diferença, entre o que a Câmara cobra aos seus Municípios e aquilo que tem que pagar, de um milhão de euros.

Têm todos que perceber que, há um milhão de euros que vem do FEF ou das outras receitas que é para subsidiar estas despesas. Esta, é uma opção política e por isso temos que aguentar algum tempo.

Enquanto as famílias tiverem menos dinheiro não devemos fazer mexida. Não está prevista nenhuma mexida no Plano e Orçamento, para defendermos essas famílias que hoje passam necessidades, e eu sei, porque trato com elas muitos assuntos todos os dias. E vocês também sabem!

Muitas vezes vêm aqui famílias com cinco e seis pessoas que não têm possibilidades de pagar a água. Também muitas vezes se arranja o dinheiro do bolso de um conjunto de pessoas para ajudarmos essas famílias com cinco ou seis filhos. Porque se cumprir com o regulamento tenho que cortar a água.

Sobre as empreitadas. O panorama poderia ser muito melhor.

As empreitadas são quatrocentos mil euros. Mas há aqui uma fatura que é de duzentos e cinquenta e quatro mil euros. Se compararem com as outras faturas verificam que a Câmara Municipal devia quarenta e cinco mil euros. Isto não é dívida nenhuma! Mas o que é que aconteceu? O tribunal de contas não deu o visto ao Centro Escolar de Nogueira do Cravo e, por lei, as obras que não tinham visto, não eram subsidiadas. Ora bem, Oliveira do Hospital tinha faturado trezentos mil euros. Mas nós fizemos uma análise à lei e percebemos que a lei só entrou em vigor em dezembro quando nós tínhamos pago as faturas até setembro. E fizemos uma reclamação. Reclamámos essa verba e a CCDR veio dar-nos razão, e dizer que o Município tem essa verba para receber. Como temos essa verba para receber ainda não pagámos esta fatura porque estamos à espera desse dinheiro.

Meus caros amigos quero reforçar aqui o que foi dito, não houve aumento de impostos no Concelho.

E há aqui outro aspeto que foi importante. Havia um acordo com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. A ano passado foi distribuído quinhentos mil euros pelas Freguesias e para o próximo ano serão distribuídos cerca de seiscentos e vinte e cinco mil euros. Logicamente que está espelhado no Plano e Orçamento esse grande compromisso que tenho tido em relação à descentralização das competências e de dar verbas às Juntas para cada um fazer o seu trabalho.”

Entrou-se, depois, no Ponto II - Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à contratação da prestação de serviços –Artº 26º da Lei nº 64/-B/2011, de 30 de dezembro – para Manutenção de Espaços Verdes: rotunda Armindo Lousada, rotunda do Cavaleiro, rotunda da Praça Comandante Manuel Serra e da rotunda do cruzamento do Hospital, na cidade de Oliveira do Hospital.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Só uma nota breve. Esta ratificação está relacionada com a lei dos compromissos. O que se pretende é apenas requerer a autorização da Assembleia para a assunção de um compromisso plurianual. Este contrato traduz-se numa despesa para o corrente ano e também para o ano de dois mil e treze. Como nas GOP's não estava contemplada a sua plurianualidade temos necessidade ou necessitamos da autorização da Assembleia Municipal. É isso que a Câmara pede a aceitação da Assembleia Municipal.”

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocado à votação o Ponto II - Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à contratação da prestação de serviços –Artº 26º da Lei nº 64/-B/2011, de 30 de dezembro – para Manutenção de Espaços Verdes: rotunda Armindo Lousada, rotunda do Cavaleiro, rotunda da Praça Comandante Manuel Serra e da rotunda do cruzamento do Hospital, na cidade de Oliveira do Hospital, que foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto III - Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à contratação da prestação de serviços –Artº 26º da Lei nº 64/-B/2011, de 30 de dezembro – para Execução de faturação de fornecimento de água e prestação de serviços *finishing* em regime de *outsourcing*.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que deu a seguinte informação:

“O ponto III vem na mesma sequencia. Tem a ver com um contrato que existe para a produção da fatura da água que é remetida aos munícipes. Tem a ver com a repartição de

encargos de uma despesa que transita para o próximo ano e que carece obviamente também de autorização da Assembleia Municipal.

Não foi feita à priori e portanto terá que ser uma ratificação, É isso que a Câmara pede à Assembleia Municipal.”

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocado à votação o Ponto III - Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à contratação da prestação de serviços – Artº 26º da Lei nº 64/-B/2011, de 30 de dezembro – para Execução de faturação de fornecimento de água e prestação de serviços *finishing* em regime de *outsourcing*, que foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto IV - Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da celebração de 48 contratos de atribuição de ajudas no âmbito do programa Ativos Sociais.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, para dar os seguintes esclarecimentos:

“Com a autorização da Assembleia Municipal foi introduzido este ponto. Este caso é idêntico aos anteriores, tem a ver com os contratos celebrados aos abrigo do Programa Ativos Sociais. Portanto, normalmente estes contratos determinam o exercício de funções dos contratados durante seis a nove meses e determina uma despesa para o corrente ano e uma despesa para o próximo ano. O que se pede à assembleia Municipal é a ratificação da autorização dessa repartição de encargos na linha dos dois pontos anteriores.”

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocado à votação o Ponto IV – Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da celebração de 48 contratos de atribuição de ajudas no âmbito do programa Ativos Sociais, que foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. Deputado, Rui Abrantes tomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Naturalmente que nós, o Grupo Parlamentar do PSD, ao aprovarmos esta retificação é só para possibilitar a tal repartição de encargos decorrente da lei. Não quer com isto dizer que concordamos ou não com a necessidade destes serviços, destas contratações externas e das situações inerentes a isto. Que fique claro que é só mesmo uma questão de não estarmos aqui a criar nenhum imbróglio à Câmara.”

Entrou-se, depois, no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de Projeto de Regulamento do Pavilhão Desportivo Municipal.

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Prof.^a Graça Silva, para fazer o seguinte esclarecimento:

“Dando seguimento à aprovação do Regulamento do Pavilhão Desportivo Municipal que foi deliberado em reunião de Câmara de nove de outubro de dois mil e doze. Este Regulamento também esteve em discussão pública. Foram ouvidos os utilizadores deste espaço, nomeadamente, o Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas, a ARCED, a Associação de Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, a EPTOLIVA e o Futebol Clube de Oliveira do Hospital, que são os utentes que mais utilizam este espaço.

Não houve nenhum contributo enquanto esteve em discussão pública. Portanto, também já foi dada esta informação em reunião de Câmara.

O Regulamento do Pavilhão Desportivo Municipal, vem aqui para aprovação deste órgão.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng.^o Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Eu provavelmente li isto um bocado à pressa e só queria um esclarecimento que pedia à Sra. Vereadora Dra. Graça.

Em determinada altura o regulamento diz que pessoas que têm mau comportamento e que danificam as instalações, que causem problemas de utilização do espaço. A questão das dívidas. Utilizam e não pagam.

A dúvida que me assalta é: E no dia depois essas pessoas são autorizadas a entrar? Podem? Se não pagam ainda podem utilizar o pavilhão mesmo que não paguem? Só tenho esta dúvida? Porque me parece que é um assunto omissos.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Prof.^a Graça Silva, que fez a seguinte intervenção:

“No Regulamento na parte referente a Autorização de utilização, está aqui um artigo que esclarece o Sr. Deputado Eng.^o Carlos Inácio.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto V – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de Projeto de Regulamento do Pavilhão Desportivo Municipal, que foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte explicação:

“Esta perspetiva destes dois regulamentos tem a ver com aquilo que era vontade do Sr. Presidente, já manifestada à algum tempo atrás. De atualização da Regulamentação

Municipal. Aquilo que foi sendo feito por mim e pela pessoa que comigo trabalha, em colaboração com os Senhores Vereadores, que têm os respetivos Pelouros, e com os Técnicos da Câmara foi, nomeadamente, uma conformação legal dos Regulamentos que existiam com a legislação em vigor. Portanto, é essa atualização que é feita. Neste caso do Cemitério Municipal, este é um Regulamento mais complexo e eu tenho que fazer aqui um reconhecimento público ao Paulo Sérgio que a título particular e não enquanto explorador da Agência Funerária de que é proprietário, nos deu um apoio a entender um pouco mais destas matérias. Copiar a lei é fácil, perceber o que é que lá está em matérias específicas, como são estas, não é fácil, e isto não é nenhuma contradição em relação àquilo que está aqui presente no Regulamento. A agência foi consultada e não apresentou sugestões, ele fê-lo a título particular. Mas eu também tinha que me socorrer de uma pessoa que tivesse conhecimentos nesta matéria que, de fato, eu não tenho.”

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocada à votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal, que foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. Deputado, Rui Abrantes tomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Da mesma forma que nos pontos anteriores, aqui, só para dizer claramente que tendo em conta que, tanto neste ponto como no ponto anterior, a todos os interessados foi-lhes possibilitado serem ouvidos. E já que eles nada tinham a comunicar ou a opor, naturalmente que nós não podíamos votar contra isto. Se decorre da lei.”

Entrou-se, depois, no Ponto VII - Apreciação e votação, da proposta de alteração aos Estatutos da ADEPTOLIVA.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Aqui queria dizer-vos que os documentos não foram conjuntamente com os demais.

Como os Senhores sabem neste momento há dois Municípios que fazem parte da ADEPTOLIVA. A Câmara de Tábua ainda não tinha decidido sobre o assunto. Tivemos que esperar que eles decidissem. E esse foi o motivo porque os documentos não foram conjuntamente com os outros.

Já têm a documentação que depois também eu pedi ao Prof. Artur Abreu. Vamos fazer aí uma explicação do que é que foi mudado porque nós recebemos um documento novo. Não conhecíamos o antigo vamos ter um pouco mais de trabalho. Mas no essencial este documento tenta agilizar para que não se esteja sempre a fazer alterações. Podem entrar mais Municípios, há essa previsão, podem entrar novas empresas. Há aí um conjunto de alterações que são já do conhecimento geral.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Quais são as razões da saída de Arganil?”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Prof.^a Graça Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Talvez fazer aqui umas pequenas explicações que o documento não refere. A razão pela qual o Município de Arganil saiu deste Regulamento foi o facto de não ser sócio. Neste momento não é sócio desta Escola. Como sabem a, ADEPTOLIVA tem dois sócios, dois associados que são o Município de Tábua e o Município de Oliveira do Hospital. Há cerca de meio ano a Câmara Municipal de Arganil deixou de ser sócia desta instituição.

Também dizer que este regulamento está feito de forma a que outros Associados de futuro possam fazer parte da ADEPTOLIVA. Portanto, houve aqui a pretensão, também, por parte do Sr. Presidente da EPTOLIVA, em que este Regulamento não tivesse que vir constantemente à aprovação.

Ele prevê, e, de facto, alguém ouviu, e bem, a possibilidade de Góis e outros Municípios se poderem agregar a esta entidade. É no sentido de depois perspectivar o futuro deste Regulamento de forma a que ele não tenha que estar sempre a vir aqui à discussão.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“Dou uma explicação que é breve. O Município de Oliveira do Hospital não é o dono da ADEPTOLIVA. O dono da ADEPTOLIVA é uma associação. A ADEPTOLIVA tem uma parceria com as Câmaras Municipais. Toda a gente sabe, que tem uma direção que discute os assuntos.

A razão que Arganil dá para se retirar é uma razão extremamente simples. Há alguns anos que eles não têm nenhuma turma a funcionar. Arganil tem um Polo de Formação Profissional concentrado na própria Escola Secundária. Estavam a pagar uma cota sem terem nenhuma turma a funcionar e que por isso se deviam retirar. Foi essa a razão.”

Seguidamente, o Sr. Deputado Rui Abrantes tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação a esta alteração estatutária nada temos a opor. No entanto, e temos noção que estamos a falar da ADEPTOLIVA. Mas como a ADEPTOLIVA tem como objeto a EPTOLIVA, gostávamos de deixar aqui algumas perguntas, que gostávamos de ver preenchidas, no que diz respeito, por exemplo, à oferta formativa que se faz neste momento. Se ela tem tido adaptabilidade às necessidades dos Associados, também promotores da instituição ADEPTOLIVA. De que forma é que essas vagas disponibilizadas nesses cursos têm sido preenchidas. Ou seja, se têm tido adesão por parte da comunidade estudantil. E qual é que tem sido ao longo deste últimos anos os índices de empregabilidade de todos os formandos que têm saído das escola.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“Há aqui algumas perguntas que teriam que ser colocadas ao Presidente da EPTOLIVA e à sua direção.

Há uma coisa que eu não tenho dúvidas, este ano as inscrições aumentaram substancialmente de sessenta para cem alunos. Há o aparecimento de mais uma turma em Tábua.

Em relação á empregabilidade, nós percebemos perfeitamente como é que está hoje o problema do emprego. Mas eu acredito na EPTOLIVA. O seu novo Diretor Executivo candidatou a ADEPTOLIVA a um conjunto de formações que se vão estender às empresas, às Juntas de Freguesia e para outras áreas.

Daquilo que me dizem, os cursos, neste momento, estão adaptados à realidade. Mas hoje também percebemos o seguinte: A realidade é uma coisa que se transforma rapidamente.

Não tenho números concretos, neste momento, para poder responder aqui com verdade a todas as questões colocadas.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto VII - Apreciação e votação, da proposta de alteração aos Estatutos da ADEPTOLIVA, que foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, e do nº 1 do artº. 25º da Lei nº 49/2012, de 27 de Agosto, conjugado com o disposto na alínea n) do nº 2 do artigo 53º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“Esta alteração tem a ver com o quadro e tem a ver com uma lei nova que obriga à redução de alguns serviços. A lei nº 49/2012, faz um reajustamento legal em termos das unidades nucleares e por isso tivemos que adaptar a nossa organização àquilo que é a lei. A redução de duas unidades para uma unidade nuclear. A redução de seis para quatro, das unidades orgânicas flexíveis.

Com esta lei nº 49/2012, tivemos que adaptar a nossa organização de acordo com a lei.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, e do nº 1 do artº. 25º da Lei nº 49/2012, de 27 de Agosto, conjugado com o disposto na alínea n) do nº 2 do artigo 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, da proposta de Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2013/2016 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2013, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“As GOP’s para o quadriénio de dois mil e treze a dois mil e dezasseis, nomeadamente, para o ano de dois mil e treze apresentam um montante global de treze milhões novecentos e quarenta e seis mil euros. Inferior em duzentos e cinquenta mil euros ao documento análogo para dois mil e doze.

Mas temos que ter em conta que isto é importante. Nas GOP’s do ano passado não estavam incluídas duas rúbricas, no objetivo Educação: Transportes Escolares e AEC e este ano estão incluídas. Que só por si representam um aumento de setecentos mil euros e por isso o montante da redução em relação às GOP’s anteriores é quase um milhão de euros.

As GOP’s e o Orçamento foram elaborados com base em quatro linhas orientadoras muito claras: Ação Social, contemplando diversas medidas com vista a apoiar os mais carenciados, a promover a ocupação de desempregados e desenvolver um novo projeto de incentivo à natalidade, no sentido de potenciar a inversão de uma tendência verificada ao longo dos últimos anos.

A persecução da política de investimento por forma a não contribuir para sufocar a economia local continuando a materializar o programa assumido e sufragado pelos eleitores nas eleições de dois mil e nove.

A descentralização de meios nas Freguesias, ressaltando, a melhoria contínua que se tem vindo a realizar nos protocolos com estas entidades.

O aproveitamento e a execução de todos os projetos materiais e imateriais com a participação de fundos essencialmente comunitários. São inúmeros os projetos descritos nas GOP’s para o próximo ano, sendo certo que, independentemente da vontade do Executivo e certamente de todos os eleitos, alguns não serão passíveis de concretização. No entanto, e apesar da redução em termos absolutos do valor das GOP’s, seria por ventura pouco aconselhável que não se inscrevesse a possibilidade de execução de alguns projetos mesmo apenas com a alocação de verbas residuais de forma a que se possa avançar com a sua concretização se vierem a existir condições para tal. Esta opção conduz a um necessário empolamento do documento com iguais consequências a nível Orçamental, mas, também, deve ser reconhecido o esforço que foi efetuado, designadamente, às portas de um ano com eleições autárquicas, para apresentar um montante das GOP’s inferior ao do corrente ano.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Esta discussão, já começou, indirectamente, num ponto atrás em que se falou sobre a situação financeira da Câmara e das opções estratégicas nesse âmbito. e não sei, mas, eu não resisto a continuar o comentário que estive a fazer de início.

Não é para estar a lançar veneno, mas, sinceramente, não resisto e perdoem-me dado o adiantar da hora.

O Partido Socialista, assim como, o PSD, vai ter dificuldade em contrariar a gestão financeira da Câmara. O Partido Socialista, vai ter dificuldade em não pôr na lista, elegível, o Dr. Paulo Rocha.

Perante isto, e para permitir ao Dr. Paulo Rocha não ter que optar tão dramaticamente entre esses campos. Porque, a gestão do Prof. Mário Alves e do Dr. Paulo Rocha, quando era a Câmara PSD era assim: Não investiam, não apresentavam candidaturas, não conquistavam fundos comunitários, não tinha ousadia, não tinham visão. Essas eram as críticas.

Agora estamos sem investimentos e sem fundos comunitários, embora, as circunstâncias sejam diferentes.

Mudam-se os tempos mudam-se as vontades.

O Dr. Paulo Rocha não quer ser candidato da CDU?

A primeira questão é, receitas de capital. Não retive, numa leitura muito apressada, como é que está a previsão das receitas de capital para dois mil e treze e seguintes.

Creio que na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, se houver intervenções, e há aqui vários grupos políticos, várias sensibilidades, não há só dois! Nem há só três!

Uma Assembleia com, dez, ou, onze pontos, devia ser planificada de outra forma. Nós devíamos, e deviam ser as pessoas avisadas, almoçava-se e continuava-se porque agora, de facto, é ingrato.

A gente sobre isto do Plano e Actividades tem muito que dizer e depois ainda vêm as Freguesias.

Contudo farei algumas questões:

Eletrificações rurais ou projetos que foram aprovados a nível do PRODER, quando é que isso arranca?

Depois, noto que as novas instalações da ESTGOH estão pouco contempladas para dois mil e treze.

Se mantêm lá a questão da extensão de saúde de Ervedal e de Avô?

A questão do equipamento desportivo para a Associação de Lagares da Beira e a questão do Centro Educativo de Nogueira do Cravo com verbas definidas de natureza municipal.

Desporto, Cultura e Educação. Muitas das vezes completam-se. Se bem que, eu, pessoalmente, acho que não há nenhuma boa escola que não tenha um parque desportivo. Enquanto que, um parque desportivo, por si só, pode ser uma boa escola.

Ou seja, o Município está disponível e o Sr. Presidente tem reiterado, até porque dispõe de uma situação financeira equilibrada, não quer dizer que a venha a desequilibrar. Nem oito nem oitenta. Mas permite folga, espaço de manobra para opções políticas.

E então uma será. Se o Município se mantêm disponível para custear a expensas próprias, mesmo que não haja a comparticipação dos programas comunitários, o Centro de

Nogueira, está lá, com oitocentos e tal mil euros, também o Parque Desportivo de Lagares da Beira.

Eu acho que, não acredito, sinceramente, que o projeto para renovação das redes de água e esgoto de Vila Franca da Beira venha a ser cofinanciado. Muito me admirarei.

Vinte e cinco milhões a nível Nacional e à frente estão as Câmara todas do PSD. Isto é assim!

Se o for, ficarei muito satisfeito, mas também muito admirado.

Donde que, e sendo, o projeto estruturante para Vila Franca. Está a haver ruturas na rede de água em Vila Franca quase todos os dias. Aquilo está completamente podre. Foi injetada mais pressão na rede e aquilo está sempre a estoirar. Depois, lá vão, as queijarias que não têm água, lá estão, as pessoas que não têm água. Aquilo é um incómodo permanente.

A minha proposta, muito tranquila, é que o Município assuma fazer esta obra. Que anda a transitar de Plano, de ano, para ano.

A série de Associações de Entidades em que a Câmara participa. ADEPTOLIVA, depois a Plataforma, depois a ADI, depois etc...

E aqui há coisas que a mim já me começam a fugir ao controlo ou a ter uma ideia de como é que isto está a funcionar.

Já agora, eu vou aqui, apenas referir um facto, por causa da admissão de pessoas de pressões político-partidárias, de simpatias político-partidárias. Não é só, em quem entra com contrato, prestação de serviços, etc...

Há dois meses, a SIC Notícias deu uma entrevista com o Dr. Paulo Campos, Ex-Secretário de Estado das Obras Públicas e das Comunicações. Onde, por acaso, ele até se defendeu bem, do meu ponto de vista, do ataque direto que lhe estava a fazer o jornalista entrevistador.

Mas, a dada altura, o Dr. Paulo Campos refere uma coisa que eu retive. Não pude deixar de não reter. Projetos de vida pessoal: “*Há sim na minha vida pessoal, ...*” eu já não comento outras que são mais do foro pessoal mas esta, também sendo do foro pessoal trará outra implicação: “*o meu projeto de vida ... trabalhar na minha região, ir trabalhar para a minha região*” e a expressão é muito próxima desta. “*num projeto energético e de inovação*”. Bom! Eu espero que a Plataforma não se transforme numa empresa familiar.”

Intervio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Em relação a este ponto quero, numa análise que fiz, tecer aqui algumas considerações. Uma delas é congratular-me, pela primeira vez ser dotada, não só como a simples abertura de rubrica, mas já com um valor enquadrado com a realidade do projeto, para a infraestrutura e conseqüente requalificação daquela que o Executivo da Freguesia de Oliveira do Hospital considera ser pertinente de intervenção, não só por alguns condicionalismos rodoviários mas principalmente pelo grande défice de zonas de circulação pedonal em que o risco nalgumas zonas já é deveras elevado e que é a que recai sobre a rua Dr. Virgílio Ferreira.

Outra dotação importantíssima, e que vai de encontro à visibilidade e valorização que, de certo modo, a própria Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital tem dado a esta zona com

a realização do evento “Há Festa na Zona Histórica”, é a que, também recai sobre a intervenção de Requalificação Urbanística do Centro Histórico da cidade e que a meu ver já tardava há muito tempo.

Temos ali um potencial turístico, assim como, é importante continuarmos a apoiar o comércio local e tradicional entre os quais o daquela zona. Outros Concelhos já o fizeram.

No que se refere ao saneamento, outra dotação que aqui se destaca e porque tem sido uma das actuais batalhas do Executivo da Freguesia de Oliveira do Hospital, tem a ver com, a substituição das redes de saneamento e águas pluviais nas localidades de Gavinhos de Baixo e Venda de Gavinhos.

Pena é, ainda não ver aqui uma dotação com o mesmo fim para a zona do Vale do Ferreiro. Espero vê-la a breve prazo.

São estas duas zonas com grau elevado de saturação e antiguidade dos equipamentos existentes para o efeito e daí os constantes rebentamentos de algumas canalizações.

No que toca a ETAR's, continuar a lembrar este Executivo para a situação problemática existente na linha da Nacional dezassete virada para a encosta do Vale do Alva a qual afeta alguns particulares e empresas de pelo menos cinco Freguesias, Lagos da Beira, São Paio de Gramaços, Oliveira do Hospital, Nogueira do Cravo e Santa Ovaia. Isto é um assunto comungado por cinco Executivos de Freguesia e que tem a ver com a ainda existência de fossas sépticas nessa zona e não de ETAR's ou estações elevatórias, as quais seriam, deveras, desejáveis em prol de uma melhor qualidade de vida e melhor qualidade ambiental.

Quanto à rúbrica de parques e jardins, relevar a dotação para as, há muito desejadas, requalificações do Parque dos Marmelos e Ribeira dos Cavalos, isto é mais do que tudo, será o retirar de uma lixeira a céu aberto e substituí-la por mais uma “botija” de oxigénio dentro da cidade.

Por fim, e falando de turismo, e porque continuo a acreditar que é também através deste que podemos alavancar o nosso Concelho em termos económicos. Espero que este Executivo Municipal venha a levar em conta, a breve prazo, o apoio ao dimensionamento e potencialização do projeto já inicializado pela Freguesia de Oliveira do Hospital e que se refere à elevação da Catraia de São Paio como capital do cobre e do latão. É esta uma arte centenária nobre no nosso Concelho ainda com artesãos e respectivo trabalho manual mas que corre também o risco de se extinguir. Aliar esta arte à nossa gastronomia local seria então uma ainda maior valia em termos de atração turística. Porque acredito neste projeto continuarei a sonhar com a concretização do mesmo em termos práticos. Porque não um museu apoiado num restaurante típico com base nas iguarias locais.

O sonho comanda a vida.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de começar a minha intervenção, queria dizer aqui ao Deputado João Dinis, que aquela intervenção que fez acerca da minha posição em relação a esta Câmara Municipal não tem qualquer fundamento. Nem para a Câmara, nem no Partido Socialista.

A intervenção que eu vou fazer, é aquilo que eu analiso, face ao documento que nos foi apresentado pura e simplesmente.

Da análise feita ao documento apresentado e no que concerne às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e treze, salienta-se, que houve uma prioridade no investimento da educação que é bastante significativo, salientando a ação escolar, o apoio aos Agrupamentos, não esquecendo, o Ensino Superior.

Realça-se também, o apoio à cultura, desporto, juventude e tempos livres.

Congratulo-me com o programa de apoio à família, solidariedade e ação social. Destacando nesta intenção a assistência a carenciados e a implementação de rede social, o que demonstra que, este Executivo está atento aos dias difíceis que o País atravessa e às dificuldades que as pessoas residentes neste Concelho atravessam.

Verifica-se também que este Executivo está atento às necessidades básicas das populações. Realçando as obras para abastecimento de água às povoações da Carvalha, Moita e Formarigo, bem como o saneamento básico.

Na rede viária verifica-se o maior investimento, salientando-se a construção da Central de Camionagem e a requalificação da rua adjacente.

A beneficiação e repavimentação da estrada que liga Lagos da Beira à Lajeosa que é de uma grande necessidade dado o estado em que se encontra. O mesmo se verifica com a estrada municipal quinhentos e dezassete em Lourosa e limite do Concelho. E a requalificação da estrada municipal quinhentos e dez entre o Senhor das Almas e Nogueira do Cravo.

Mas, na verdade havia outras obras que deveriam merecer a atenção do Executivo, como a requalificação do centro histórico de Oliveira do Hospital e a rua Dr. Virgílio Ferreira.

A primeira é uma obra que vem sendo adiada há já muitos anos e os arruamentos e as infraestruturas básicas estão bastante degradadas e é uma necessidade quase que imperiosa. Quanto à rua Dr. Virgílio Ferreira é uma entrada na cidade e não tem passeios e possui valetas muito fundas com a rua em lugares muito estreita causando bastante transtorno aos peões que circulam naquela via.

No que respeita ao turismo nota-se uma falta de investimento neste setor. Salientando-se o maior investimento a requalificação do parque merendeiro e da praia fluvial de Alvôco. Devia haver mais incremento neste setor já que este Concelho tem possibilidades paisagísticas muito grandes que precisam de mais incremento e investimento.

Não queria também deixar de realçar a rúbrica desenvolvimento económico com um investimento pouco significativo para incentivar a criação de empresas no nosso Concelho.

Para quando a requalificação do Estaleiro Municipal?

Da análise efectuada ao Orçamento para o ano dois mil e treze verifica-se que há o empolamento do mesmo como aliás é reconhecido na introdução efetuada ao documento, reconhecendo também que alguns projetos não serão passíveis de concretização. Mas como a grande maioria vai ser com certeza concretizada o que vai fazer com que haja uma melhoria significativa das condições de vida das populações do nosso Concelho e dando o benefício da dúvida ao Executivo vou votar pela abstenção na proposta do Orçamento da Receita e da Despesa para dois mil e treze e das Grandes Opções do Plano constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio de dois mil e treze a dois mil e dezasseis.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que este Orçamento, numa situação financeira e económica complexa para o País, em que o Governo se demite das suas responsabilidades, em que as Câmaras e as Juntas de Freguesia e outras entidades têm que as assumir, eu acho que, é um Orçamento extremamente bem conseguido, equilibrado e transparente.

Penso que as verbas, que existem aqui, para a saúde, no apoio à família, na parte social, para a juventude, para a cultura, para o desporto são extremamente importantes.

A não resignação, desta Câmara Municipal, do seu Executivo e, penso que, de nós todos, nos nossos grandes desígnios e, falo, na questão dos IC's, da manutenção da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a questão dos cuidados básicos da assistência médica, a permanência, aqui, dos serviços públicos são extremamente importantes e dignificam este Orçamento.

Eu não percebi à pouco o Deputado João Esteves, quando falou do Orçamento. Porque é que se vai abster? Porque é que não vota a favor?

Acho que este Orçamento, era mais, de votar a favor, do que, se abster. Mas, isto é um parenteses.

Na apreciação global do Orçamento, queria realçar esta transparência e dar os parabéns ao Sr. Presidente.

Eu nunca vi, nesta Assembleia e, se calhar, na Câmara. Falar aqui de números. Dizer que meteu x pessoas. Isto nunca aconteceu aqui.

Acho que esta Câmara vai ficar na história deste Concelho e deste País como uma das Câmaras mais transparentes, senão, a mais transparente dos anos vindouros.

Gostava também de realçar, e à bocado também já foi referenciado pelo meu amigo, Presidente da Assembleia Municipal, pelo conjunto de assessoria técnica. De certeza que este Executivo tem, porque eu acho que um Orçamento desta grandeza, com estes números e com as opções que tem, não é uma única pessoa que o faz, naturalmente. É um grupo, é uma assessoria técnica. Pelo exemplo que está a dar, naturalmente, que deveria ser seguida até pelo nosso País e pelo nosso Ministro das Finanças que devia pôr aqui os olhos.

Penso que todos nós aqui presentes, não temos outra solução, e especialmente os Presidentes de Junta, pela descentralização que este Orçamento aqui também tem perspctivada, que é votar a favor do Orçamento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Fiz uma leitura, mais ou menos, atenta acerca do Orçamento e das Grandes Opções.

Há que realçar, efetivamente, como já foi dito por interlocutores anteriores, que é, efetivamente, um Orçamento equilibrado.

Há de realçar, sim, fundamentalmente, aqui, duas rúbricas que me saltaram à atenção.

Uma, tem e ver, efetivamente, com a área social. E a área social que tem sido uma rúbrica que ao longo dos anos nesta Câmara Municipal, e eu recordo-me bem, quando era Vereador, que havia Vereadores, e lembro-me particularmente de uma Vereadora que era a Dra. Adelaide Freixinho, que sempre fazia um reparo, bastante acutilante, nas verbas que

eram inscritas no Orçamento para a área social, que eram, efetivamente, pequenas. Durante uns anos, foram reduzidas, e há que, efetivamente realçar esta rubrica na área social. E por isso, dou os meus parabéns ao Executivo pela atenção que está a dar nesta área.

Destacar também esta obra, que salta à vista, no fundo são três obras, numa, que é o investimento que se tem falado há muito tempo nesta Assembleia. É o investimento no Mercado Municipal, na Central de Camionagem e na Av. Dr. Carlos Campos, de um milhão trezentos e oitenta e cinco mil euros.

Oliveira merecia esta obra já há muito tempo. Ainda bem que o Executivo Municipal decidiu de uma vez por todas avançar com isto e resolver este problema de vez. Tanto mais que, Oliveira do Hospital, mais ou menos por aquilo que se vê, não tem tido uma grande intervenção de fundo a nível de investimentos grandes na cidade. Penso que este é um investimento muito bem dirigido e muito bem pensado.

Há que referir a verba que está inscrita para a parte do saneamento, que também não está descorada, assim como, para o desenvolvimento económico e para o abastecimento público, com uma verba de quinhentos e cinquenta e cinco mil euros.

Há de realçar, como já foi dito, essa parte também me toca, que é, efetivamente, a descentralização. A verba para as Freguesias que foi transferida como reforço para este último ano, tal como estava prometido pelo Presidente da Câmara.

Estas rubricas que eu estive aqui a falar, isto totaliza, mais ou menos, na casa dos cinco milhões de euros. Há outras rubricas que também são importantes, mas, ressaltaram-me à vista estas rubricas.

O Executivo Municipal está a ir no bom caminho. Está a fazer as apostas certas. Não está a entrar, porque os tempos não são muito disso, em loucuras porque também não pode. Também não pode porque não tem Fundos Comunitários, logicamente, a ajudar. Penso que, é um Orçamento equilibrado, bem pensado e realista. Por esse motivo eu vou votar a favor deste Orçamento.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Mesmo sem mandato, eu devo dizer ao Deputado João Dinis, que não estou de acordo com as insinuações que ele aqui deixa, nomeadamente, em relação à Plataforma e ao Paulo Rocha.

Em relação a qualquer uma destas questões, se houver alguma irregularidade, alguma ilegalidade ou alguma questão política a apontar faça favor.

O que me parece, eles dirão, mas há aqui algum atrevimento. Porque para já, o Paulo Campos não está cá para se defender e em relação ao Paulo Rocha se houver alguma ilegalidade ou alguma irregularidade ou alguma questão política a apontar, acho muito bem, agora deixar insinuações no ar não me parece correto.

Quanto ao Plano e Orçamento: Eu acho que é um Plano muito equilibrado, um Orçamento muito equilibrado. As Grandes Opções do Plano estão rigorosas.

É preciso lembrar o contexto económico. Não esquecer também as restrições impostas pelo Governo.

Não creio, que haja alguém a defender nesta ou noutra Assembleia a realização de obras megalómanas e muito menos um aumento do compromisso financeiro numa altura em que se prevê uma forte contracção da actividade económica com diminuição de receitas.

Eu, à bocado, falei no IMI e no IMT. Esqueci-me de falar nas licenças de construção. Como sabem, também, praticamente deixaram de existir e isso é uma diminuição de receitas para a Câmara.

A Câmara como se viu, está nesta situação financeira, mas, também, não é verdade que não tenha aproveitado os fundos europeus, como o João Dinis disse, à pouco. Antes pelo contrário.

É preciso ver que no ano passado, atingiu-se um pico, que nunca se tinha conseguido tantos fundos financeiros, creio que, há volta de oito milhões de euros.

Portanto, não vale a pena estar aqui a fazer afirmações que depois não colam com a realidade. Isto é argumentar só para tapar os olhos às pessoas.

A Câmara está muito melhor do que em dois mil e nove. Nem vale a pena entrar em mais pormenores.

Agora, é evidente que, tem que se gastar algum deste capital apoiando a pobreza que grassa no País e com muitas crianças a passar fome e, por isso, é de enaltecer o incentivo da natalidade destinado a apoiar as famílias com crianças até aos três anos. O projeto não é só de apoio à natalidade é, também, muito mais do que isso, é um projeto de apoio à primeira infância. A meu ver, não há nada pior do que uma mãe ou um pai não ter nada para dar a um filho.

Outro programa muito importante em época de crise é, já foi referido, os Ativos Sociais, apoio à família. Apoiando as Juntas de Freguesia e as IPSS do Concelho através de contratação de pessoas para o efeito.

Estas questões sociais são relevantes, até porque, é preciso que a Câmara comece a distinguir no terreno o trigo do joio. Como sabem, às vezes há quem se saiba chegar à frente e aqueles que merecem é que devem ser apoiados.

As GOP referem ainda a disponibilidade da autarquia para participação em investimentos relevantes por parte das IPSS. Hoje em dia como sabem, são responsáveis por cerca de seiscentos postos de trabalho.

A meu ver, esta é uma questão que virá a médio prazo e a autarquia tem que ter, aqui, muita atenção porque com as políticas atuais vão-se degradar as condições das famílias para pagar as prestações dos idosos que estão nas IPSS e não tenham dúvidas que o Estado vai diminuir as participações. Eu diria que, a Câmara tem que estar aqui com “um olho no burro outro no cigano” porque pode haver aqui problemas gravíssimos.

Na cultura, é muito importante o Projecto da Interpretação das Ruínas da Bobadela. Como tenho dito, a região, no passado, teve uma história muito rica. Temos obrigação de explorar e mostrar esse passado para o valorizar e atrair os visitantes.

Como é, também, importante a realização da Feira do Queijo, a EXPOH, a Feira do Porco e do Enchido, a Feira da Castanha, etc...

É preciso continuar a mostrar Oliveira do Hospital aos Países, ainda que seja através da Volta a Portugal.

Dito isto, o Executivo, fez bem, em prosseguir com algum investimento, ainda assim, bem significativo, até para ajudar a economia local. Nomeadamente, para ocupar a mão de obra local na empreitada do Centro Educativo de Nogueira, na Central de Camionagem, no Mercado Municipal, na requalificação da envolvente à igreja Moçárabe de Lourosa e na requalificação da Av. Carlos Campos, agora, algo facilitada pela deslocalização dos Supermercados Irmãos Gonçalves.

É preciso continuar e prosseguir as empreitadas da Moita, Formarigo e Carvalha, além da intervenção na praia fluvial de Alvôco das Várzeas. Neste caso fazendo votos para que não traga o caos no trânsito automóvel como está a acontecer em Avô, no Verão, e que a meu ver, no próximo mandato tem que ser revista esta situação.

Por fim, deve ser prosseguido o apoio às Freguesias através desta descentralização financeira. Espero que não venha também nenhuma lei que proíba esta descentralização nas Juntas de Freguesia. Atenção que vêm aí duas leis muito importantes. A das competências e não me recordo da outra, que também tem muita importância aqui nas Câmaras.

Por fim, o Orçamento para dois mil e treze e as GOP são instrumentos muito equilibrados e parecem merecer o apoio de todos.

Estão previstas obras muito significativas, sem pôr em causa o recato aconselhado, e as populações bem merecem isto, e bem merecem que votemos a favor destas GOP e deste Orçamento.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria pedir a atenção dos Senhores Deputados para um documento que faz parte deste lote, Plano Plurianual, GOP’s e Orçamento, que é o Quadro de Pessoal para o próximo ano e que, supostamente, a vossa cópia enferma de um erro que lá há. Se repararem, na última página, nas vagas a ocupar no próximo ano, se for a cópia que nós tivemos acesso aqui, está a zero e isso é errado. Devia ter quatro lugares para o próximo ano, porque tem a ver com relações contratuais que foram terminando ao longo deste ano e com a possibilidade de haver abertura de concurso para esses lugares.

Eu não sei, honestamente, o que é que se passou entre o mapa que foi à reunião de Câmara e a versão que vos chegou. Às vezes o “*copy, paste e o save*”, não saem como deveriam, e, aquilo que vos foi remetido deve ter sido uma versão inicial àquela que de facto foi à reunião de Câmara.

Aquilo que está previsto para o próximo ano e, é aí, que se quer obter a aprovação da Assembleia, é para poder vir a ocupar três lugares de Assistentes Técnicos e um Técnico Superior e que não está aí reflectido no mapa.

A aprovação, depois, é no conjunto. E o mapa ficaria aprovado com prejuízo para a Câmara e a Assembleia estaria a aprovar uma coisa que não tinha eficácia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente, eu creio, que interessa clarificar. Eu disse algumas coisas meio a brincar meio a sério.

Mas, vamos então, agora, pôr a questão no plano puramente político, porque aqui, nós somos políticos e partidários. Quem disser que não está nessa conversa que conte essa história para os netinhos acreditarem. Não contem é para mim!

Porque aqui, por eleição, só está quem quer, e têm que assumir as responsabilidades políticas inerentes aos cargos para que foram eleitos.

Primeiro, a questão Esteves: Naturalmente que eu posso, ou não! Eu pus a questão no plano político.

No plano político, é evidente que, a liderança atual do PSD, acaba de prestar declarações públicas, dizendo que, a Gestão desta Câmara é Banca Rota.

Aquilo que o Esteves disse, que é membro aqui, e até agora tem sido protagonista da bancada do PSD, disse, exactamente o contrário e estavam ali os atuais líderes do PSD a ouvir. Esse é um problema que vocês têm que gerir.

Quanto menos vocês se entenderem tanto melhor.

Eu é que, assinalo aqui essa questão como política e mais! É que as contas, o estado financeiro, também já refletem opções políticas. O Plano e Actividades é diferente, aí, há opções políticas ainda de futuro e, aí, é perfeitamente natural que, e até percebi, até acho que o Esteves foi coerente na abstenção com aquilo que disse aqui do ponto de vista político, porque estabeleceu críticas a questões que não vê contempladas no Plano de Atividades.

O que há, quer nas contas, quer no Plano, é desinvestimento. É o que há. Isso foi as críticas que o PS sempre fez à gestão do PSD. Ou não foi? Não fomos aqui todos testemunhas disto? Agora cada um que se amane com aquilo que disse ou que diz.

A questão do Paulo Rocha, pelo contrário. É verdade! O Partido Socialista, politicamente tem sérias dificuldades se não puser, e o Prof. José Carlos Alexandrino Mendes se não puser, o Paulo Rocha na lista dele! Se ele quiser ir, obviamente. Como é que vai explicar isto? Desculpem lá! Como é que vão explicar isto politicamente?

Quem vai explicar isto politicamente é o Partido Socialista! E é o Candidato José Carlos Alexandrino Mendes! Por favor!

Então foram buscar um reforço que para além de uma maioria política que lhe garante no Executivo em permanência, lhe garante uma parte fundamental na gestão, no núcleo. E agora não o põem na lista?

Mas afinal quem é que põem lá? Tenham santa paciência! Confrontem-se com as questões políticas que arranjam! Do debate político não fogem!

Mas não é isto, de facto, que interessa.

Dr. Rodrigues Gonçalves, eu não disse aqui nada, pelo contrário, em relação à honorabilidade do Dr. Paulo Rocha. Até disse, se quiser ser candidato pela CDU agente também conversa. Há aí qualquer mal entendido.

Em relação ao Dr. Paulo Campos, registo isto, numa entrevista à SIC Notícias, se quiserem eu posso-vos facultar essa entrevista.

A dada altura ele diz isto, e eu estou a reproduzir com grande rigor “Quanto a projetos de futuro? Quanto a projetos de futuro da minha vida pessoal tenho um projeto que é na minha região” que também é minha “um projeto energético e inovação”.

Vamos ver como é que isto acaba! Não basta à mulher de César ser séria é preciso parece-lo!”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Nós aqui não sabemos os projetos que andam aí na iniciativa Privada. Nem temos que saber?”

A mim não me compete defender! Sr. Deputado João Dinis, o que está no meu lado direito neste momento é uma maioria prevista na lei que tem que se constituir para poder decidir. Não estou a ver qual é a sua confusão?”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“Temos que reconhecer o seguinte: Este Plano e este Orçamento para dois mil e treze é o Plano possível e dentro destas características não tenho dúvidas nenhuma de dizer que é o melhor.

Como disse o Deputado João Esteves, e bem, há aqui um reconhecimento de algum empolamento por isso é o possível.

Mas este Orçamento contradiz aquilo que é o Plano e Orçamento deste País.

O Plano e Orçamento deste País não tem investimento e este Plano e Orçamento de Oliveira do Hospital tem investimento. Continua a ter investimento. O que ele não tem e que deveria ter, eram verbas do Quadro Comunitário que deveriam estar aqui abertas e não estão.

Alguns Deputados, aqui, fazem leituras políticas, mas também o deveriam reivindicar porque as verbas do Quadro Comunitário são importantes.

Reivindicá-lo para as nossas populações, para fazer obras, porque se o Estado comparticipasse as obras em oitenta e cinco por cento não havia mal, poderíamos fazer muito mais. Faríamos muito mais investimento.

Agora eu pergunto-vos: Será isso que vocês querem? Querem um investimento sem o crivar? Temos que o crivar! Se não temos as mesmas verbas o que é que vamos fazer?

Se no ano de dois mil e onze, como disse aqui um Sr. Deputado fomos buscar a verba de oito milhões de euros, se não a vamos buscar?

Essa parte está fechada. O nosso investimento em termos de investimento de capital, aquilo que vem das transferências do FEF, são dois milhões e meio de euros. Não vale a pena confundirmos as coisas. Todos temos que ter consciência disto!

O Deputado João Esteves, na minha opinião, e a mim apraz-me registar, fez aqui uma radiografia bastante completa disse aquilo que tinha que dizer.

Quero dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis que estou absolutamente de acordo. Mas o senhor, não nos pode acusar. Não estão aqui as prioridades visíveis deste Executivo.

O Senhor é um homem de reivindicação por exemplo na área social e não foi capaz de dizer que este é um documento virado para a ação social que é um Orçamento virado para as pessoas. É importante reconhecermos isso Sr. Presidente João Dinis.

O Senhor também insinuou, relativamente ao Dr. Paulo Campos. A mim nem me aquece nem me arrefece. Cada um pode dizer o que quer.

Tomara eu ouvir dizer a alguns do PSD, que estão ligados agora ao Governo e a alguns negócios, que têm um projeto para Oliveira do Hospital. Eu vou lá falar com eles para alavancarmos a nossa economia e para alavancarmos o nosso desenvolvimento. Seja com quem for. Desde que seja para nos trazer riqueza e para trazer emprego acho ótimo.

O Senhor fez uma insinuação sobre as avenças. E eu vou dizer-lhe quais são as avenças que esta Câmara têm. E sabe porquê? Esteve cá uma inspeção desde o dia um de janeiro de dois mil e nove, que ainda apanha um ano do mandato do Prof. Mário Alves, até trinta de junho de dois mil e doze. E há-de haver um relatório. Eles deram-me os parabéns porque disseram que foi a Câmara Municipal que tinha menos avenças. Mas a mim não me deram nenhuma notícia ao dizerem que o meu Município era um caso único.

Eu vou-lhe dizer quais são as avenças que nós temos. Se tivéssemos dez esquecia-me de algumas mas como temos tão poucas eu vou-lhe dizer quais são: Temos uma avença com o Eng.º Zé, por causa dos quadros de eletricidade que é obrigatório por lei, penso que pagamos à volta de duzentos euros mensalmente.

Temos uma avença com o Dr. Pinto Correia, que é advogado desta Câmara há muito tempo e que não fui eu que o requisitei. Continua a ganhar aquilo que ganhava no tempo do Prof. Mário Alves. Continuei com ele porque achei que reunia perfil.

Havia uma avença com um filho do Eng.º Carlos Portugal, dum gabinete de advogados de Lisboa e acabei com essa avença.

Ao acabar com essa avença que custava à volta de mil e quinhentos euros fiz uma avença, porque preciso de uma advogado da minha confiança para me defender, com um gabinete de Coimbra do Dr. Manuel Rebanda e pagamos mil euros.

Em relação ao Prof. Mário Alves este Executivo gasta menos quinhentos euros por mês.

Sobre avenças estamos conversados.

É por isso que disse aqui o Deputado Carlos Inácio e isto é uma questão de honra e porque eu quero, eu quero que tudo o que diz respeito ao Município de Oliveira do Hospital seja transparente. E é! Isto não é meu!

Se isto fosse meu, fazia o que queria! Mas isto não é meu! Tudo o que está ali no meu gabinete, olhe que eu nunca fecho o meu gabinete as pessoas podem lá entra e mexer nos documentos que lá estão porque eu não tenho ali segredos.

Essa conversa das avenças também vinham de outros lados.

Em relação a algumas obras. Também quero dizer que as obras não estão todas espelhadas neste Plano e Orçamento porque houve uma junção de um conjunto de obras.

É natural que alguns Presidentes de Junta questionem que não aparecem algumas obras porque elas estão juntas num conjunto de obras. Fomos obrigados para emagrecer o documento, fomos obrigados a juntar algumas rubricas para que não se ande constantemente a fazer alterações financeiras.

Este orçamento também tem uma particularidade muito importante, tem sinalizadas pequenas coisas à espera de uma oportunidade. Eu chamar-lhe-ia uma janela que está aberta.

Se conseguirmos financiamento esta janela como está sinalizada depois é só abri-la porque se não estivesse cá e se tivéssemos financiamento não a poderíamos abrir.

Também não estão espelhadas todas as obras que o Concelho precisa. Vão se fazer só aquelas que são possíveis. Há aqui algumas opções claras e políticas.

Tem havido um grande investimento nas Freguesias, a subida da verba também é muito importante.

As questões que o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital aqui colocou sobre obras em Oliveira do Hospital, tem razão em tudo. O Deputado João Esteves também falou num conjunto de obras.

Eu tenho uma opção clara, se nós conseguirmos que este POVT seja justo.

Não será justo se ele não participar as obras que se estão a realizar neste momento da Moita, Formarigo e Carvalha? Populações que ainda não têm água de qualidade. São abastecidas por mina que quando falta no Verão somos obrigados a mandar lá os Bombeiros.

Também candidatámos outras obras e aguardamos a resposta para a participação financeira.

Como disse o Sr. Presidente João Dinis, e bem, são vinte e cinco milhões de euros que lá estão. Que é uma gota de água para as candidaturas. Eu acredito que eles estão com muitas dificuldades e por isso ainda não deram a resposta.

Se formos buscar oitenta e cinco por cento de financiamento nestas obras todo aquele dinheiro que não gastarmos, já que o saneamento é um prioridade deste Executivo, vai ser reproduzidos noutras áreas de saneamento.

Vila Franca tem um projeto de trinta e tal anos absolutamente obsoleto com remendos todos os dias como aqui em Gavinhos de Baixo e Gavinhos de cima que também é outra vergonha. Está constantemente a haver ruturas. E temos alguns problemas de saneamento na reta da Salinha na zona de Santa Ovaia e outros.

Lançamos os que era possível e depois vamos fazendo as coisas. Vai haver uma reunião com a Sra. Ministra, no dia vinte e três de dezembro, com representantes de três Municípios para esclarecermos algumas problemas onde entra também Oliveira do Hospital e as águas do Zêzere e Côa.

As Opções do Plano e Orçamento que apresentamos de acordo com as condições financeiras que nós temos, nos cortes que o Município tem, dificilmente alguém faria melhor. Poderia fazer diferente, mas isso tem a ver com as opções de cada um.

A educação tem a maior verba, depois, vem a ação social, por isso é que eu disse que o João Esteves fez a radiografia certa.

Mas falta lá muito. Se alguém quiser apontar o que é que lá falta, e digo-vos que todos nós, lá poderíamos meter mais mil coisas que são necessárias em Oliveira do Hospital.

O problema é que são necessárias mas temos que fazer as coisas gradualmente.

Alguns, que defendem muito este Governo, esquecem-se, em Oliveira do Hospital, e reivindicam obras que não são de primeira necessidade.

Essa é uma diferença da visão que eu tenho da política entre mim e outros.

Sobre o turismo, o Sr. Vereador José Francisco Rolo vai fazer uma intervenção porque o turismo é uma área muito sensível.

Há aquele projeto para as Caldas de São Paulo, um projeto que tem financiamento, um projeto de cinco milhões de euros e neste momento já se conseguiu reunir investidor para participar com o dono do projeto, isto são coisas importantes. Na minha opinião, pode vir a

ser uma alavancagem muito importante em termos económicos de toda uma zona do Vale do Alva.

Oliveira do Hospital precisa de um hotel. E neste momento há algumas negociações, temos estado a trabalhar com alguns grupos financeiros, para que seja cá feito um hotel, numa determinada zona.

Mas ainda há mais. Temos feito um conjunto de reuniões em Lisboa para que a Pousada de Santa Bárbara venha a abrir. Há aqui um esforço determinado. Temos procurado as pessoas, não temos ficado aqui no gabinete, temos ido falar com muita gente.

Procuramos investimento na área empresarial. Percebo as dificuldades das pessoas quando olham para esta conjuntura económica e vejo muitas preocupações e vejo pessoas com grande capacidade para investir mas depois o jornal Expresso traz umas notícias na primeira página e as pessoas recolhem-se.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Vereador José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dizer, em primeiro lugar que, o Prof. João Dinis é um político inteligente mas também revela alguma habilidade. E queria dizer ao Prof. João Dinis que ele padece de um mal. Cultiva aversões político-pessoais e também cultiva algumas aversões político-partidárias. Também lhe posso dizer que como homem das ciências comportamentais tentarei ajudá-lo nessa matéria. Agora, certamente, é que não preciso da sua ajuda para elaborar as listas do PS.

A BLC3, de facto, incomoda, agita, ela também ...”

Após ter sido interrompida a intervenção do Sr. Vereador José Francisco Tavares Rolo o Sr. Presidente da Mesa tomou a palavra e fez a seguinte intervenção:

“Tenho alguma dificuldade em gerir este problema. De facto, nós estávamos a falar de turismo.

Agora, também é verdade que foram aqui postas algumas questões.

Sr. Doutor, se puder, resumia-se esta questão para não estarmos aqui a criar mais discussão.”

De seguida foi retomada a palavra pelo Senhor Vereador José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Eu, naturalmente, uma vez que o Regimento me impede, não vou responder pessoalmente ao Deputado que me visou. E vou aceder à interpelação da Mesa, de falar só sobre turismo.

Quero-vos dizer com total humildade. Mas para recentrarmos talvez a questão no essencial.

Turismo. Temos que nos mentalizar que é uma actividade económica. É actividade empresarial.

Queria deixar esta nota: Aos privados o que é dos privados ao setor público o que é do público.

E devo dizer que a Câmara Municipal tem ao longo destes três anos dado um apoio próximo, permanente, acompanhando investidores privados junto das instâncias próprias, seja, o Turismo de Portugal, o Turismo do Centro e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, mas, também a ADIBER para que um conjunto de projetos privados vão por diante.

Projetos essencialmente para criar alojamento turístico e outros produtos turísticos.

O Sr. Presidente da Câmara já deu aqui o exemplo do empreendimento turístico de cinco estrelas, no valor de cinco milhões de euros, nas Caldas de São Paulo.

Recordo, também, o acompanhamento que fizemos ao investidor responsável pela reabilitação da Ex-Pousada de Santa Bárbara. Hoje tem o projeto candidatado ao QREN, ao Sistema de Incentivos à Inovação e qualificação, foi acompanhado pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador do Turismo que partilha o pelouro com o Presidente da Câmara.

Igual situação foi feita à investidora que está neste momento a criar um hotel rural, um hotel de charme nos Fiais da Beira que foi acompanhada a várias reuniões na CCDR, Turismo de Portugal. Reuniões técnicas para o apuramento, para a melhoria dos projetos. E é um projeto também neste momento candidatado ao SI Inovação do QREN.

O Senhor Deputado do PSD fez aqui alusão a que o turismo, só tem apenas, o parque merendeiro e a praia fluvial de Alvôco. Com certeza, deve ter sido por distração, e digo isto com sinceridade, não notou que, de facto, Aldeia das Dez hoje integra a rede das Aldeias do Xisto. Hoje Aldeia das Dez tem em precessão de criação uma loja das Aldeias do Xisto. Neste momento estão na implementação e está demonstrado nos mapas das Grandes Opções do Plano a implementação e cinco caminhos do Xisto, cinco rotas turísticas no Vale do Alva.

Os trabalhos estão em implementação neste momento, e vão estar concluídas até ao final do ano.

Estão em implementação as rotas turísticas nas zonas da Cordinha e da encosta do Vale do Mondego. Houve aqui uma reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, de Vila Franca da Beira e do Ervedal da Beira para implementação dessas rotas turísticas. O trabalho está a ser feito no terreno.

Também está nos documentos, a implementação do Camping Car, ou seja, o parque de caravanismo no Senhor das Almas que envolve e que integra, aliás, abertura do Posto de venda dos produtos endógenos, criado desde dois mil e cinco, no parque do Senhor das Almas.

Estamos neste momento a envolver a Irmandade do Divino Senhor das Almas para que também seja parceiro no projeto e possa abrir e gerir aquele espaço.

Temos prevista a recuperação e a abertura do Centro Interpretativo das Ruínas Romanas da Bobadela.

Está também vertido, nas Grandes Opções do Plano o projeto para a criação da pista de pesca do Vale do Alva, no troço ponte de Merujais - Penalva de Alva. Um processo que está a ser tratado com a Junta de Freguesia de Penalva de Alva, o Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital e a Administração da Região Hidrográfica.

Dizer também que, neste momento o Município de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil estão a preparar um caderno de encargos para a criação de um portal de turismo aqui na região.

Basicamente é um centro de reservas para o alojamento turístico na região onde compila a oferta integrada em termos de alojamento, do património e de todos os produtos turísticos instalados na região.

Como foi demonstrado aqui há alguns meses atrás pelo Sr. Presidente da Entidade Regional do Turismo, o Dr. Pedro Machado, de facto, temos de trabalhar em escala e de forma complementar entre os vários Municípios.

Relativamente ao Museu do Cobre e do Latão, é um projeto que o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital tem sido um grande entusiasta. Eu sou grande simpatizante deste projeto, e queria dizer ao Sr. Presidente Nuno Oliveira que tenho uma proposta de solução que gostaria de apresentar para a próxima semana, devíamos fazer uma reunião para estudarmos, se calhar, o primeiro passo para a criação dessa estrutura. Portanto agendávamos uma reunião para a semana para lhe apresentar uma proposta de solução.

Relativamente à reabilitação da zona histórica e, se me permitirem transbordar um pouco o tempo, a reabilitação da zona histórica, dizer que aqui há duas reuniões atrás, a Arqt.^a Élia Feiteira trouxe aqui uma sugestão, que é um processo que temos em mão, que é a implementação de um programa das medidas do programa JESSICA para a reabilitação urbana.

Dizer-vos isto, em termos de ajudas da Comunidade Europeia, há dias estive numa reunião sobre a implementação do JESSICA, a breve trecho, queremos aqui organizar uma sessão de apresentação de JESSICA em Oliveira do Hospital para arranjarmos e envolvermos parceiros porque não é uma responsabilidade exclusiva do Município tem que envolver também, naturalmente, os privados proprietários dos imóveis.

Dizer também que, o Município precisa de um programa para a recuperação das áreas urbanas degradadas, ou seja, um programa de regeneração urbana, vertente reabilitação de imóveis e espaços públicos dos cascos históricos. Esse programa, tenho que o dizer, falta-nos, de facto, um programa para a recuperação de áreas urbanas degradadas.

A anterior Ministra do Ambiente, a nossa conterrânea Dulce Pássaro, deixou um diploma pronto para a implementação de um programa de reabilitação de imóveis degradados nas zonas históricas. O desafio que eu deixo com a maior das seriedades é que o Governo recupere esse diploma e avance com ele.

A sustentação financeira, naturalmente, devem ser as verbas do QREN, que estão paradas e, como disse o Sr. Presidente, precisamos é de linhas de financiamento de projetos para que possamos meter o dinheiro do QREN na economia real, neste caso, no setor da construção civil e obras públicas que é um setor tremendamente afetado pelo desemprego por via da falta de atividade.

Ora, com a criação do programa de reabilitação de zonas urbanas degradadas temos aqui uma boa oportunidade de injetar dinheiro nessas empresas e sustentar os postos de trabalho do setor das obra públicas e construção civil.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2013/2016 e o

Orçamento da Receita e da Despesa para 2013, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu também já sugeri à Câmara Municipal, num documento onde falei no orçamento, a melhoria deste som.

Mas, de facto, neste problema do som era bom que fosse feita alguma coisa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte declaração de Voto:

“Eu estava-me a rir ali sozinho, não resisto!

Votei a favor porque, e por aquilo que também já tinha dito antes, que o projeto da renovação da rede de água e saneamento em Vila Franca da Beira, que já anda há uns tempos nos planos, seja feito, também mesmo que não haja o cofinanciamento nacional. E essa é a razão fundamental.

Dr. José Francisco Rolo, aquela parte, em que o Senhor diz que está disponível para me ajudar, naquela parte do meu trauma de ter aversão a pessoas, eu digo-lhe que, quando for ali ao seu gabinete deite-me lá numa daquelas cadeiras e digo-lhe: O meu pai castigou-me em pequeno, a minha mãe não me deu carinho eu agora tenho uma aversão assim e assim... Ajude-me!... Não foi nada disso! Não é a questão da aversão pessoal porque isso não resolve problemas políticos. Agora, aquilo que eu coloquei foram questões ...”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Prof. João Dinis a lei é igual para todos. Esses problemas resolvem-se lá fora. Quando o problema se puser, e se, se puser o Senhor vem aqui e critique com toda a propriedade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte declaração de Voto:

“Eu votei a favor deste Orçamento. Há lá obras para a minha Freguesia não podia votar contra elas. Está lá o Polidesportivo, esperamos que, já anda aí há montes de anos, este ano seja uma obra a realizar.”

Entrou-se, depois, no Ponto X - Análise às propostas da CCDRC sobre a reorganização Territorial do Centro de Portugal.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“É importante que os Senhores Deputados saibam o que se passa. Como sabem há um diploma com a nova reorganização das NUTS. Temos feito um conjunto de reuniões a partir da CCDR dizendo que é uma imposição de Bruxelas e que era preciso dar maior escala às NUTS.

Daquilo que eu tenho depreendido, a NUT do Pinhal Interior vai desaparecer. E vai desaparecer por uma razão extremamente simples, não era que ela não pudesse continuar. Mas, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo querem ir para Coimbra.

Havia a possibilidade de a ampliar mas Oliveira do Hospital nunca se sentiu, e isso é público, muito confortável com esta NUT.

Tentou-se criar uma estratégia para se criar uma NUT da Estrada da Beira. Que ficava aqui centralizada em Oliveira do Hospital.

Essa estratégia não foi conseguida porque houve um Município que não concordou e as NUTS têm que ter uma continuidade de território como vocês sabem não podem ser interrompidas. Essa possibilidade de uma NUT central que nos dessa aqui alguma força não foi conseguida

Aquilo que eu percebo é que a CCDR e o seu Presidente, eu não digo que é pressão, mas querem NUTS com grande massa crítica com grande número de pessoas.

A NUT do Pinhal Interior vai ser extinta.

Eu juntamente com o Sr. Presidente da Pampilhosa da Serra que era um defensor da manutenção da NUT do Pinhal Interior Norte, ficamos mandatados para fazer uma reunião na CCDR em nome dos outros Municípios para vermos qual era a possibilidade. Se nós integrássemos Coimbra de formarmos uma sub-região. Os Concelhos de Oliveira do Hospital, Arganil, Tábua, Góis e Pampilhosa da Serra formarem uma sub-região, isto tem a ver com rendimento per capita. Esta reunião ainda não foi feita.

Dizem assim, meus caros amigos, as NUTS que vão ser criadas são estas que estão aqui na NUT II. Os Senhores de Oliveira do Hospital ou encostam para o lado da Guarda ou encostam para o lado de Coimbra.

Ainda tínhamos uma possibilidade que era caminhar para a NUT de Dão, Lafões derivado à própria geografia.

Quando eu pergunto mas qual é o objetivo das NUTS. É que as NUTS vão ter outras competências.

O Quadro Comunitário vai ser negociado a partir das NUTS, no próximo Quadro Comunitário de 2014/2020. Mas o que é que nós temos a ganhar se estivermos numa grande ou se estivermos numa mais pequena é uma pergunta que se faz nas reuniões a que eu tenho ido.

A mim põem-me sempre ses. Mas não há nada de concreto nada de palpável. Dizem-me que esta é uma determinação não do Governo, que é uma determinação de Bruxelas para criar uma massa crítica. E eu vou-vos ser sincero, o Sr. Secretário Carlos Mendes também participou numa reunião comigo no Pedrogão e percebeu que as pessoas estão todas muito divididas.

Caminhamos nisto um bocado às cegas. Onde é que eu estou melhor integrado? Onde é que este Concelho tem maior número de benefícios?

Eu queria-vos recordar que alguns Concelhos da zona de Lisboa que fazem parte da zona centro do País, como vocês sabem, Alenquer, e outros Concelhos fazem parte da zona centro do País por causa das verbas do Quadro Comunitário. Derivado ao rendimento per capita das regiões.

Eu neste momento não tenho uma ideia formada. Sei que Arganil, Tábua, Góis, a Pampilhosa, que estão a pensar em encostarem-se a Coimbra, dentro daquela possibilidade de se criar uma sub-região que tenha alguns efeitos em termos de rendimento per capita.

Se eu vos disser: Que posso propor isso neste momento. Não posso. Não posso porque eu não tenho nada. Eu não tenho nada escrito. O que me entregaram até hoje foi isto.

Há aqui um conjunto de ses que isto é uma decisão muito às cegas que nós vamos tomar.

Agora se me disserem: Primeiro, nós, identificamo-nos mais com a região e com o território de Coimbra. Sem dúvida nenhuma.

Parece-me a mim que tem todo o sentido porque temos um conjunto de infraestruturas que nos fazem virar para Coimbra, nomeadamente na área da saúde. Teremos alguma coisa a ganhar para nos virar-mos para o lado da Guarda?

Eu sou-vos sincero não vos sei responder.

Agora se isto fosse por intuição. Eu digo-vos o Presidente do Município tem uma intuição e essa intuição aponta-me para Coimbra.

Se eu tivesse mais dados, se tivesse algum documento escrito mas não tenho.

As reuniões onde tenho participado com o Sr. Presidente da CCDR, com o Dr. Pedro Saraiva, percebo perfeitamente o que é que eles querem.

Tivemos uma reunião onde se fizeram a apresentação das NUTS e o que é que é preciso fazer e vai haver, sem dúvida nenhuma, uma nova reorganização, que dizem que assenta no Quadro Comunitário de 2014/2020. Estas NUTS querem também ter uma grande massa crítica, em termos de desenvolvimento.

Esta são só as informações que eu vos tenho para dar. Não tenho mais. Não sei se haverá alguma deliberação de algumas reuniões mais á frente de como é que isto se vai processar.

Tem havido uma grande pressão para os Municípios se manifestarem e eu disse que não vou dizer nada enquanto não consultar os meus órgãos e enquanto não tiver dados mais concretos para tomarmos uma decisão consciente.

Eu não tenho que me meter na vida dos outros, mas, algumas Câmaras Municipais já decidiram sem terem discutido em reuniões de Câmara nem nas próprias Assembleias. Os Presidentes já disseram para onde é que caminham e os elementos da Assembleia e da Câmara não sabiam de nada.

Neste momento, é mais para tomarem conhecimento e para depois vermos, mais á frente, quando tivermos dados mais concretos.”

Seguidamente, o Sr. Deputado, Rui Abrantes tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Isto é como o Sr. Presidente da Câmara diz nós na realidade não podemos aferir aqui grande coisa. Eu acho é que nos temos uma particularidade em relação a alguns outros

Concelhos que é a tal necessidade da continuidade territorial que é necessária para a constituição destas NUTS e nós vimo-nos aqui na eminência de pertencer a três NUTS.

Se calhar, por exemplo Vila Nova de Poiares tem pouco que decidir. Eles estão confrontados com este mapa e não têm hipótese devido a essa necessidade da continuidade territorial.

No caso de Lousã que não quer ir para Coimbra como está isolada não lhe resta grande alternativa.

Nós, como temos esta possibilidade, acho que pela primeira vez na vida podemos beneficiar por estarmos numa ponta.

O que lhe pedia era que junto das entidades, naturalmente, e com a influência que poderá ter tentar reunir o máximo de informação possível e que depois nos traga, aqui, junto da Assembleia, porque tendo em conta que os milhões do próximo Quadro Comunitário irão ser distribuídos por estas NUTS, parecendo que não, é uma situação importantíssima.

Isto de afinidade, todos concordamos que Coimbra diz-nos mais.

Se olharmos aqui para a densidade populacional, número de habitantes do baixo Mondego, no cenário II, temos aqui quatrocentos e cinco mil habitantes e para a Serra da Estrela, só temos duzentos e cinquenta e seis mil.

Mas é como o Presidente diz será que isto é bom para nós? Será que é mau? Não sabemos!

Era esse desafio que eu lhe deixava aqui ficar.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Naturalmente, que quando for a hora, se fizer falta, faremos uma Assembleia extraordinário porque o assunto tem importância bastante.

Quando houver informação mais consentânea cá estaremos. Acho que é o caminho correto.”

Seguidamente foi dada a palavra Sr. Deputado Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação a isto, eu faço parte, como o Dr. Fabrício, fazemos parte da Assembleia Geral da CIMPIN, e na última Assembleia, fez ontem oito dias, houve vários casos acerca disto, inclusive foi votada uma moção para a tentativa da não extinção desta NUT.

Como vocês vêm temos dois cenários: Um cenário com nove NUTS e cenário com oito NUTS.

O problema é que a nível nacional existem vinte e três NUTS neste momento. E só vão existir vinte.

Aquilo que eu sinto é que, isto é uma reorganização em termos políticos e mais nada.

Não me vou referir aos cargos, não me vou referir à nova lei, que é uma lei abismal. E mais, se aquela lei for votada, e da maneira que ela está nós deixamos de ter poderes em termos da direção da CIM porque não vai ser eleita. Neste momento quem faz parte da Direção das CIM são as Câmaras e a partir daí deixam de ser as Câmaras para ser alguém

nomeado. Há quem diga que é para arranjar lugares para quem já não se pode candidatar às Câmaras. Mas eu não quero entrar por aí.

Eu também tenho algumas dúvidas!

Mas este Quadro Comunitário, o doze vinte, tem um problema. Os Quadros Comunitários vêm em função, per capita, e o grande problema é que nós estamos numa zona de desertificação, estamos numa zona interior, somos considerados uma zona pobre.

Se o Sr. Presidente não conseguir fazer uma sub-região, eu não acredito, e já ouvi isso na própria Assembleia, que a CCDRC não aceita de maneira nenhuma, há outras maneiras, mas não aceita fazer isso, o que nos vai acontecer é que nós deixamos de ser pobres para ser ricos, e vamos fazer com que Coimbra sejam falsos pobres. Ou seja, Coimbra tem um índice de dezoito ou dezanove e nós temos um índice de sete.

Nós teríamos muito mais capacidades de irmos e de irmos buscar financiamentos ao novo programa em relação à nossa capacidade per capita e Coimbra não.

Coimbra interessa-lhes e é por isso que está a levar os Presidentes e outras coisas, mas isso era entrar aqui numa chicana política, mas, a parte principal é esta.

Para mim, isto tem que ser muito bem visto. Não quero dizer que vou para baixo, ou que vou para cima ou que vou para o lado. O que eu quero dizer é que nós temos que ter muito cuidado. Pensar muito bem. Ler muito bem as coisas que aí vêm para decidir-mos. Porque se vamos para uma zona rica estamos feitos num oito e depois vamos lutar com Mealhada, Coimbra, Cantanhede, Figueira da Foz. E como se dizia aqui, há vinte anos, lá temos que voltar a pôr as ovelhas a pastar no meio das areias da Figueira da Foz.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Este assunto é também um assunto que pode ter repercussões estratégicas na nossa vida e, como tal, continua a ser sempre um assunto importante como as decisões políticas sobre as PPP que influenciam diretamente a minha vida e a vossa vida.

Começando por aí: A Serra da Estrela tem influenciado a nossa vida muito mais do que o baixo Mondego nos influenciou.

Do ponto de vista natural das nossas particularidades, o que tem valor e que nos diferencia é a Serra de Estrela e, portanto, estarmos onde a gente tem andado. Depois, há o problema que se prende, já com aquilo que se sabe, sobre os futuros fundos. Fundos de Coesão, Convergência e a Política Agrícola Comum.

O último Conselho Europeu, em vinte e dois e vinte e três de novembro, anunciou aquilo que era expectável que são cortes brutais nos Orçamentos Comunitários e depois com consequência para o nosso País com um corte de cinco mil milhões de euros no Orçamento Comunitário para Portugal para o período de 2014/2020. Nomeadamente, nos Fundos de Coesão.

Isso significa, se não for agravado, houve logo aquela promessa do cheque extra dos mil milhões para Portugal, enfim, em vez de termos um cheque de cinco mil milhões, passamos a ter um corte de quatro mil milhões, isto é que são as contas feitas. E não nenhum dinheiro extra. Mas isso é outra conversa.

Quando se junta uma panelinha de barro com uma panelinha de ferro. A que parte é a de barro.

Se nos juntarmos com Coimbra, em momentos de escassez!... Tenham paciência, aí a gente...

E depois a outra “treta” da competitividade. Mesmo agora para o QREN

A teoria da competitividade é uma fraude brutal. São competitivos aqueles que mais têm “mamado na teta” do erário público e até exaurirem a “teta” do erário público. Esses é que são os alegados competitivos.

A competitividade aqui da nossa região passa muito pelas vias de comunicação e aqui nós temos muito mais a reivindicar em conjunto do que se estivermos para o lado de Coimbra.

Para além daquilo que o Carlos Mendes já referiu. Isto tem por trás os projetos de nomeação de Superministros Regionais para virem limitar brutalmente as prerrogativas Municipais e nós somos um País muito municipalista. Antes da nacionalidade já éramos municipalistas. Isto vem tudo dentro dessa política de cortes e centralização do controlo e retirada de competências e poderes efetivos aos Municípios através da criação dos Super-Governadores Cívicos Regionais sem serem eleitos. Esse é um problema também na base da própria democracia.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“No Pinhal Interior, não nos identificando muitas vezes com Alvaiázere derivado á extensão e às particularidades do território, mas, reconheço aqui que, o Presidente João Marques, é o último ano, porque não se vai recandidatar mais, Mas, o João Marque foi o homem que tentou defender a comunidade do Pinhal Interior Norte. Reconheço que teve sempre uma grande disponibilidade. Ele foi eleito pelo PSD, mas nas Comunidades Municipais nunca houve o problema dos partidos, pelo contrário. Cada um defendendo os seus interesses, mas muitas vezes, fomos capazes de criar consensos e isso foi bonito e foi reconhecido. Era a NUT que tinha uma boa relação entre todos os Presidentes.

Não sei se repararam nesta proposta da NUT II, Oliveira do Hospital está integrada na NUT da Guarda e aquilo que disse o Deputado João Dinis, ele teve alguma razão. Percebe-se que era uma NUT que encaixava muito na Serra da Estrela.

Também não vou dizer aqui quem é que a boicotou a sub-região. Porque eu também, deixei-me confessar isto, acho que é alguém que está à espera de ser Presidente de uma NUT. Também vejo algumas pessoas a posicionarem-se nesta corridas. Não sou inocente.

Por isso é que esta NUT não foi criada. Mas se repararem, Tábua neste cenário está na NUT de Dão, Lafões. Tábua neste momento está mais inclinada também em caminhar para Coimbra.

Há aqui uma coisa que me faz confusão e que eu já tive oportunidade de perguntar a alguns responsáveis políticos. Foi uma guerra por causa das Extinções das Freguesias e da verba que se vai poupar nas Freguesias e agora neste modelo que são pessoas pagas com vencimentos de Diretores Gerais gastasse de certeza, eu ainda não fiz as contas, mas gastasse mais do que aquilo que se vai poupar em relação às Freguesias.

Aquilo que eu tenho ouvido ao Dr. Pedro Saraiva é que isto é uma imposição de Bruxelas, mas não me parece que a sua estrutura seja imposta por Bruxelas.

Os Presidentes das CIM até agora não recebiam nada, não se gastava nesta Comunidades que existiam nem um tostão e agora vai-se gastar muito dinheiro porque há ordenados entre os três e os quatro mil e tal euros.”

Entrou-se, depois, no Ponto XI - Apreciação e discussão da proposta concreta de Reorganização Administrativa do Território do Município de Oliveira do Hospital.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Dizem os Senhores Advogados que quando o assunto está resolvido, neste caso mal resolvido, perdeu-se o objeto ou a causa de pedir.

Não obstante, e para encerrar e isto e analisar decisão tomada eu achei por bem, dentro da mesma linha que foi traçada desde a primeira hora, que pudéssemos ter aqui um momento para refletir sobre isto, de como é que as situações acabaram e para, de alguma forma, analisarmos o resultado final da troca de opiniões, do muito que se disse e não se disse.

Aliando ao ponto anterior, o que eu acho, é que está em marcha aquilo que é a grande conquista deste povo, desde sempre, que é, de facto, um poder local com verbas atribuídas, com decisões tomadas no local, pelos próprios interessados e isto cria alguns problemas de vária ordem, nomeadamente, os de ordem política. A pretexto desta crise, já há um tempo, que se anda a pensar esta história, de andarem aqui alguns tipos que foram pastores nas Assembleias Municipais. A maioria dos que estão por aqui, que andámos à luz da candeia, também já decidirmos, aqui assim, da nossa vida, isso não agrada a certas pessoas. As pessoas não sabem, mas, quem anda mais atento a isto, sabe, continuam a estar por aí a decidir, cada vez menos, felizmente, mas a tentar decidir.

Em termos de resultado final, feita uma análise do que me foi possível, não estive a verificar Concelho a Concelho. Debrucei-me, aqui, só por cinco ou seis.

O Concelho de Oliveira do Hospital, sem pronúncia, perdeu vinte e três virgula oito das suas Freguesias, ou poderá vir a perder, ou vai perder.

E digo, vai perder porque esta luta, de facto, não está terminada, tem consequências.

A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses diz que não vai proceder às instalações.

Isso, já saí do âmbito da Assembleia Municipal porque, se não saísse, eu também teria essa posição.

Isto é da responsabilidade da Câmara. Naturalmente, não me vou pronunciar sobre aquilo que é responsabilidade da Câmara.

Mas, a Associação Nacional de Municípios já está a dizer, quem a começou que a acabe e nós não vamos proceder à instalação como sabem.

Quatro meses e meio antes das eleições, as Câmaras Municipais têm essa missão.

O Presidente da Associação Nacional de Municípios é do PSD, portanto também ficamos um pouco mais à vontade para nos debruçarmos sobre este assunto.

Como eu dizia, Oliveira do Hospital, sem pronúncia perdeu vinte e três virgula oito. A nossa vizinha, Arganil, com pronúncia, perdeu vinte e cinco por cento e até ainda teve uma coisa extraordinária que foi perder uma Freguesia que não estava prevista, e que, à partida, tinha quatro Freguesias com menos de cento e cinquenta habitantes. Duas destas, acabaram por transformar uma e uma, que estava fora disto tudo, como também nos aconteceu aqui a nós, acabaram por entrar no processo.

Como também entrou no processo aquilo que sempre aqui alertámos. Que era um trabalho dúbio e inglório, nosso, fosse qual fosse a pronúncia porque como se verificou segundo os critérios rígidos da lei quem teria caído seria Alvôco das Várzeas e São Gião e quem acabou por cair, ao abrigo do tal artigo oitavo, que eu não me cansei de alertar, foram duas Freguesias, aqui, Lajeosa e São Paio de Gramaços.

Esta linha foi em todo o País. O Fundão e na Covilhã, onde eu vivo, toda a periferia do Fundão ficou numa só Freguesia. Cinco Freguesias numa.

Na Covilhã aconteceu o mesmo e esta foi a tendência em quase todo o País. A grande percentagem das Freguesias foram feitas no tal polo de aglutinação que se previa no artigo oitavo.

Das teorias todas que houve, sempre se teve noção que o que se pretendia era arranjar, e utilizando o termo que, se calhar, nem fica mal, que o João Dinis utiliza, mas, de facto, arranjar aqui alguém que fizesse aqui o trabalho menos agradável e de alguma forma dar aqui uma componente de que esta era também a vontade das populações. Que não era.

Há quem continue a defender que uma vez estando ali, em cima da mesa, a nós aqui, mais não nos cumpre que é, doce e servilmente, servir aquilo que os senhores lá querem, e ainda bem que, nós, aqui, sempre tivemos uma atitude diferente dessa e o resultado é o que é.

Naturalmente, neste momento há dois Presidentes de Junta que não estarão satisfeitos. Já terão pensado: Se eu tivesse feito?

Mas, eu acho que, globalmente, se cair caímos de pé. Partimos mas não torcemos. E eu acho que, estamos todos de parabéns nesse aspeto. Esta é a minha opinião.

Mas, ia eu a dizer: Arganil, teve vinte e cinco por cento, Penela que é a terra do Senhor Secretário de Estado, responsável por este assunto, teve trinta e três por cento, com pronúncia. Tomar, que é a terra do Senhor Ministro, acho que não teve pronúncia, perdeu trinta e um vinte e cinco. A Covilhã, que é onde eu resido, perdeu trinta e dois vinte e cinco, fez uma pronúncia parecida com a nossa. E o Fundão perdeu trinta e dois por cento, portanto oito Freguesias em vinte e três. A Covilhã perdeu onze em trinta.

Acho que estivemos aqui bem. Mas, também, não estivemos bem por acaso.

Continua a haver aí algumas reminiscências destas decisões. Até me aconselharam a ir ler aí uma coisas. Mas eu sempre disse que não me interessa quem é que leva a taça, interessa é que se ganhe a taça.

O grande compromisso, quer do Sr. Presidente da Câmara, quer do Presidente da Assembleia, desde a primeira hora, e disse-o logo no Pavilhão de Nogueira, era que Nogueira não cairia. Eu sabia e o Sr. Presidente da Câmara sabia porque é que o estávamos a dizer.

Fartámo-nos de alertar aqui as pessoas para nos deixarem fazer o nosso trabalho. E deixaram-nos fazer o trabalho como ele foi possível.

O que interessa realçar é que esse problema foi resolvido. Estamos todos de parabéns. Isso, é que a mim me interessa porque estou aqui para servir e desde que se consiga os objetivos só tenho é que estar satisfeito e agradecido a todos os que contribuíram para isso.

Mas, há que ser dito que, havia aqui uma componente que caía mais para cima do Presidente da Assembleia, e pela minha vida pessoal, e por todos os motivos e mais um, e despesas e outras coisas. O Sr. Presidente, e estivemos sempre em articulação, como não podia deixar de ser, fez, e fez muito bem, o trabalho. Todos os arredondamentos, e onde os houve, foi sempre para cima.

Por isso é que todos, mesmo aqueles que se pronunciaram, são muito poucos, os que têm vinte e cinco por cento.

Nós, não nos pronunciámos e tivemos vinte e três vírgula oito porque efetivamente se fez o trabalho que tinha que ser feito.

Como outras pessoas também fizeram no nosso Concelho e no outro que pretenderam fazer o trabalho que politicamente achavam mais conveniente, não tiveram tanto sucesso, como tiveram os eleitos, e ainda bem, porque a democracia é isso. Só os eleitos é que têm responsabilidade de tratar dos assuntos, e trataram, e conseguiram.

Mais uma vez, neste capítulo, esteve muito bem, o Sr. presidente da Câmara, e ao mesmo tempo que me penitencio de não me ter chegado à frente tanto quanto devia. Não por uma questão de objetivo ou de perspetiva, mas, pelas questões objetivas da vida pessoal de cada um e, também, por uma questão de despesas, não valia a pena irmos os dois para fazermos o mesmo trabalho. Ele foi feito e foi bem feito. O que está aqui hoje em cima da mesa é que, efetivamente, em termos percentuais e em termos de número de Freguesias fomos dos Concelhos a nível nacional que menos perdas tivemos.

Há aí quem diga que, podíamos ter ficado com três, mas ainda ninguém me explicou como é que se fazia essas contas.

Discutiui-se aqui se era pronúncia ou se não era pronúncia a desclassificação de Nogueira.

O que se disse, e não quero dizer mais do que isto, porque não devo e, também, não devo, mesmo depois de a lei estar aprovada, o que se disse, e volto a repetir, porque se sabia, o que se dizia desde a primeira hora era que Nogueira não caía. Sabia-mos, porque é que o dizíamos. Está aí o resultado final. Há quem pretenda que isto foi outro tipo de trabalho, outro tipo de pressão, naturalmente, foi importante que se fizesse, naturalmente, foi um suporte para fazer perceber a vontade das populações.

Tudo o que vier a mais é sempre bom.

Mas, como disse, assumi-mos no Pavilhão de Nogueira e Assumimos aqui, em três Assembleias Municipais que Nogueira não era um problema e, como se viu, Nogueira não foi um problema. Nogueira tem o problema resolvido.

Como disse, fique lá com a taça quem quiser, para nós, a taça é que Nogueira foi salvaguardada e isso para mim é que me satisfaz.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação ao processo que nos conduziu aqui, já falei há bocado, e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal também falou agora, e bem.

O resultado final está aí para demonstrar quem é que tinha razão.

Tenho aqui o projeto lei nº 320, do PSD e do CDS para dar execução à lei 22/2012.

Projeto este que foi discutido no dia 6 de dezembro na Assembleia da República e que, como eu disse, pretende pôr em execução a Reorganização Administrativa, entenda-se liquidação das Freguesias.

Antes de mais, dizer que, este projeto lei não resolve nenhum dos problemas graves que tinha a lei 22, e ainda acrescenta outros equívocos como vamos ver a seguir.

O Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, foi a pessoa que falou em nome do PSD nesse dia e, curiosamente, era um homem que estava contra o abate das Freguesias. Mas foi ele que protagonizou os documentos.

Já reporteí alguns argumentos que não vou aqui debruçar-me sobre eles dado o adiantado da hora, mas, há três, ou quatro, que não posso, nem resisto sem os rebater. Até, para demonstrar que não há razão, nenhuma, para o abate das Freguesias.

Diz ele, foram consultados os órgãos locais, a lei não visa liquidar os serviços das Freguesias, a lei só reduz os cargos políticos e tudo o resto é mantido, e por fim, tudo isto é feito num espírito de liberdade.

Suprema hipocrisia!

Primeiro argumento: Diz o Governo que consultou os órgão locais. Também, ouvi, por aí, dizer que, esta Assembleia Municipal, se, se tivesse pronunciado, podíamos ganhar duas Freguesias em cinco.

Vamos a factos: Das quarenta e seis Assembleias Municipais que se pronunciaram, nos termos do nº1, do art.º 7º, só doze, foram atendidas pela Unidade Técnica.

Isto, da lista que chegou à Assembleia da República, o dia seis, eventualmente, ainda pode ser alterada. Como disse na altura o Sr. Deputado dos Verdes.

Das outras trinta e quatro Assembleias que se pronunciaram corretamente de nada serviu a iniciativa.

Aliás, eu próprio tinha dito aqui várias vezes que a pronúncia era uma proposta não vinculada. Isto é a pronúncia não vinculava a Unidade Técnica e não vinculou.

Veja-se o caso de Arganil, como também foi dito, que emitiu pronúncia e pode perder na mesma muito mais do que os vinte por cento das Freguesias.

Das Assembleias Municipais que se pronunciaram propondo uma redução para além dos tais vinte por cento nos termos do nº2, do art.º 7º, a tal história que andava para aí que nós só podíamos perder três Freguesias, nem uma foi atendida pela Unidade Técnica. Isto é, ainda houve Assembleias Municipais que tiveram esse atrevimento.

Colusão: A Unidade Técnica não atendeu nem uma.

Portanto, vejam a razão daqueles que andaram para aí a propalar esta idiotices. Digo eu! Como alguém disse na Assembleia da República, pronunciem-se mas só aceitamos a pronúncia se estiver de acordo com o que nós queremos. É isto que nós temos em cima da mesa!

Outro argumento do Sr. Deputado: A Reorganização não visa liquidar serviços da Freguesias só reduz os cargos políticos.

Isto é negar a evidência. É óbvio que o serviço que é prestado em Vila Pouca ou em São Paio, esse serviço ali é, obviamente, liquidado e passa a ser prestado noutra local e noutra Freguesia. Mas, veja-se a este propósito o que diz o art.º4º, do projeto lei que está agora em discussão na Assembleia da República. A criação de uma Freguesia por agregação determina a cessação jurídica das autarquias locais agregadas. Isto é, com diz o povo “ mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo”.

Por um lado, o deputado diz que não visa a liquidação das Freguesias, por outro lado, a lei diz que com esta lei visa-se a cessação jurídica das autarquias locais. Ora, a cessação é o liquidar destas Freguesias.

Outro argumento: A lei só reduz os cargos políticos.

E pergunto eu, é pouco?

O governo quer reduzir os cargos políticos e com isto quer reduzir a democracia. Obviamente, muitos povos das Freguesias vão deixar de ter quem os defenda.

O Governo afunila o exercício da democracia, inclusive nesta Assembleia que passará a ter, se esta lei for por diante, o que eu ainda duvido, trinta e três membros, em vez dos quarenta e três que tem agora.

Os Senhores que estão aqui que votaram bem nesta lei estão a ver o objetivo disto.

Por fim, diz o Sr. Deputado, por ironia, tudo isto é feito num espírito de liberdade.

Tudo isto é feito num espírito de liberdade!

Com uma reforma feita contra o povo, é feita num espírito de liberdade! Espírito de liberdade, este, que nem o Ministro Miguel Relvas conseguiu convencer a sua Assembleia Municipal, da qual é Presidente, que votou contra a pronúncia. Assim, como, o Secretário de Estado desta área também não conseguiu convencer a assembleia Municipal de Penela a votarem pela pronúncia.

Se dúvidas houvesse, que isto é para nos atirar uns contra os outros, mas nós, não vamos deixar.

Vejam agora o que diz o art.º 15º, do projeto lei, noventa dias após a instalação dos órgãos, nas próximas eleições, a Assembleia de Freguesia delibera a localização da sede.

Ora, isto é uma profunda hipocrisia. É uma monstruosa habilidade querer pôr as populações umas contra as outras. Isto é as populações agora que decidam. Eles agregam São Paio a Oliveira do Hospital, mas dão-nos o direito de decidir a localização da sede. Vão pedir que sejam as Assembleias de Freguesia a votar se a sede fica em São Paio ou em Oliveira do Hospital.

Eu não vou perder muito mais tempo com isto porque isto é feito contra as pessoas, contra as Assembleias de Freguesia, contra as Juntas, contra as Assembleias Municipais, contra as Câmaras Municipais, contra a ANAFRE, contra a Associação Nacional de Municípios e insere-se num contexto que como já perceberam pretende é liquidar o poder democrático.

Quero prestar aqui uma homenagem ao maior Arquiteto do século XX, morreu a semana passada e que por acaso era um comunista convicto e frontal dizia ele “*Se lutares podes perder. Se não lutares estás perdido*”.

Eu penso que aqui só nos resta uma coisa lutar.”

Intervio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Tendo em conta que ainda aqui estou vou apenas ler o que no início tinha lido porque tem todo o interesse que é para dar seguimento ao que foi dito.

Enquanto cidadão e Autarca, do Concelho de Oliveira do Hospital, do interior do País, quero, aqui, mais uma vez, expressar toda a minha solidariedade para com todas as Freguesias, todas as suas populações, todos os seus Autarcas democraticamente eleitos, que, naquilo que eu continuo a interpretar como um ato que desde o seu início foi muito mal pensado, muito mal delineado, e, ainda pior, irá ser colocado em prática, veem agora as suas Freguesias, não serem unidas, não serem agregadas, mas sim, serem extintas.

Esta é que é a verdade! Uma só sede, um só executivo, uma só Assembleia.

Não nos queiram fazer passar, por ignorantes, muito menos, por pessoas incultas que não sabem interpretar as leis tanto na teórica como na prática.

É este mais um princípio de dimensionamento do isolamento e exclusão do interior para com todo o resto do País, lutando ainda mais, com as nossas carências.

Quando se chega ao ponto de se querer acabar com um serviço de baixíssimos custos, para não dizer, por vezes, gratuito, mas de uma tão grande importância ao apoio social de proximidade. O que mais dizer?

Justiça? Igualdade social? Onde?

Num passado, recentíssimo, foram, Centros e Posto de Saúde, Postos da Guarda Nacional Republicana, Escolas do Primeiro Ciclo, Tribunais e não é intenção deles parar. A realidade está à vista!

Esta minha luta, desde o seu início, continua a ser pela defesa das nossa Freguesias e da sua continuidade enquanto instituições de proximidade no apoio às nossas populações, principalmente aos mais necessitados dos quais se destacam as pessoas idosas.

Se ontem já estávamos longe da satisfação de determinadas necessidades, algumas delas primordiais à sobrevivência e bem estar social, hoje querem isolar-nos completamente de tudo.

Os Serviços de Ação Social não podem fazer tudo nem podem estar em todo o lado, e louvor lhes seja dado neste Concelho.

Se ontem já estávamos isolados de quase tudo no futuro ainda mais ficaremos. Lá sabem, aqueles Senhores do atual Governo o que é a nossa realidade.

Muito materialismo e pouca sensibilidade no respeito pelo próximo. Para eles, nós, pessoas. Somos simplesmente um simples objeto material e não seres humanos. Para eles servimos apenas e só como parte integrante na diminuição de custos orçamentais.

Lá eles sabem, que a nossa principal estrada nacional ainda foi executada no tempo da monarquia.

Lá eles sabem, que não temos uma rede de transportes rodoviários que nos permitiria diminuir distâncias e tempo entre localidades.

Lá eles sabem, que não temos uma Loja do Cidadão ou instituição equivalente que nos permitisse concentrar e mobilizar um conjunto de serviços públicos.

Lá eles sabem, que temos localidades que distam das suas atuais Freguesias mais de vinte quilómetros quanto mais aumentar-lhes essas distâncias.

O que verdadeiramente eles sabem é olharem para o seu umbigo e satisfazerem-se pessoal e politicamente enquanto nós, gentes do interior esquecido, ignoram-nos e deixam-nos cada vez mais isolados de tudo.

Extinguir Freguesias no interior do País nunca será uma solução mas, sim, sem dúvida o dimensionar de uma problemática social, no que toca principalmente ao apoio de proximidade.

Tudo o que se possa dizer a mais sobre isto será sempre a pura demagogia.

Caso contrário, mais uma vez levanto aqui esta questão: Então porque é que naqueles sobre quem recaía a primordial e verdadeira reforma administrativa e que são os Municípios, este Governo de coligação não avançou de forma concreta com ela?

A resposta é simples, porque o PSD queria avançar com ela e o CDS foi contra.

Como tal, interpreto este ato de extinção de Freguesias, apenas e só, como um ato de interesse político e não para conter custos.

Mais uma vez os pequeninos é que sofrem com as consequências.

Como tal, é esta, também, uma lei de embirração do Governo, e não com interesses partidários.

Concluindo, e porque também o lamento e estranho a opinião favorável de alguns responsáveis políticos do nosso concelho em prol da extinção das Freguesias, em que as alternativas e garantias de ser uma melhor solução quer para as futuras novas Freguesias, quer para as suas populações em termos de satisfação de necessidades, não foi devidamente sustentada e credibilizada lanço, então aqui mais um repto, para que no futuro as suas comissões concelhias e distritais partidárias proponham às bases dos seus partidos que os futuros candidatos às eleições legislativas e possíveis consequentes Deputados tenham obrigatoriamente de ter uma ligação mais profunda e de proximidade pelos ciclos distritais por que se candidatam.

Não como agora, que é o que vemos e continuamos a ter que é candidatos por Coimbra, nesta caso que é o que nos interessa, com nenhum conhecimento de causa têm pelo nosso distrito, logo aqui perdemos a primeira defesa em prol dos nossos interesses na Assembleia da República.

Aliás, pós eleições e assumirem os seus cargos, nós já nada lhes significamos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Estamos no fim do ano e, isto, quase que implica algum balanço do que aconteceu entretanto.

Mas para irmos à parte final do ano, a seis de dezembro e a sete de dezembro, houve a discussão e a votação na generalidade do projeto lei que visa que já traz a listagem concreta das Freguesias a extinguir através da falsas uniões.

Se alguém tivesse dúvidas o caso de Vila Franca ilustra como é que é uma falsa união.

Vila Franca da Beira há vinte e cinco anos estava na Freguesia de Ervedal da Beira e então havia um Presidente de Junta, um Secretário, um Tesoureiro, um Presidente da Assembleia Municipal e, creio eu, mais oito eleitos na Assembleia de Freguesia.

Agora, com esta união, vai passar a haver outra vez, ou, passaria a haver outra vez, um Presidente de Junta, um Secretário, um Tesoureiro, um Presidente da Assembleia Municipal e mais nove membros da Assembleia de Freguesia.

Os órgãos autárquicos da Freguesia de Vila Franca da Beira desaparecem e a Freguesia de Vila Franca da Beira é, de facto, extinta.

Depois, os deputados eleitos pelo PSD e pelo CDS, incluindo os deputados eleitos no Distrito de Coimbra pelo PSD e pelo CDS, votaram a favor do projeto lei trezentos e vinte que passou à comissão, foi ouvida entretanto na ANAFRE e na Associação de Nacional de Municípios, e vai a votação final no dia vinte e um de dezembro na Assembleia da República.

Mas, também vai a votação final, por exemplo, o projeto do PCP que desfaz estas falsas uniões com setecentas propostas de alteração, enfim, volta a pôr as Freguesias todas como estavam.

Isto vai ser discutido, naturalmente, “a mata cavalos”, a maioria vai impor, como fez a chamada potestativa do projeto lei na Assembleia da República, “a mata cavalos”, que era para evitar a reação das pessoas. Também para eventualmente ir ao encontro de algum desejo do Sr. Presidente da República, mas, o que é facto, é que isto ainda está para ser votado, agora, no dia vinte e um.

Este projeto lei, ainda projeto lei, traz, de facto, mais estes estímulos à bulha. Bulhem! Instalem, decidam a sede! O património! Bulhem aí entre vocês! Isto é de facto insidioso e do mais antidemocrático. Já a lei 22/2012, também trazia: Façam vocês o trabalho sujo digam vocês quais são as Freguesias a abater. Vila Franca da Beira nunca poderia dizer assim: Nós não queremos ser abatidos e porque nós não queremos ser abatidos que se abata São João etc.... Como é que se podia? Nunca, fazer uma coisa dessas!

Se aceitarem fazer o trabalho sujo a gente ainda vos dá quinze por cento a mais no orçamento. Isto é insidioso, isto não se faz.

Nós aqui simplesmente não escorregámos na banana.

O Município de Oliveira do Hospital pronunciou-se dizendo nós queremos vinte e uma Freguesias. Pronunciou-se dizendo reclassifique-se Nogueira do Cravo como Freguesia Rural e retire-se dessa primeira linha de Freguesias a abater. O nosso Município pronunciou-se. Não fizemos a pronúncia como eles queriam que se fizesse e mesmo os que o fizeram não foram contemplados. Isto, de facto, é antidemocrático desde o princípio ao fim. O que se destacou aqui entre nós e numa grande maioria a começar pelos Presidentes de Junta foi uma grande solidariedade e uma grande unidade. Todos percebemos o que é que estava em jogo e manifestamos a nossa unidade e a nossa solidariedade de uma forma ativa. Não foi só discurso. Nós sabemos que isto é abater direitos das populações.

Muita água ainda vai correr sobre as pontes, ainda não foi promulgada a lei pelo Presidente da República e ainda menos foi aplicada e já há reação da Associação Nacional de Municípios contra a futura aplicação desta futura lei.

Derrotar esta lei do abate das Freguesias não é derrotar o PSD nem o CDS pelo contrário. Derrotar esta lei do abate das Freguesias é permitir aos candidatos, e os que o são sabem, aos autarcas e aos futuros candidatos do PSD e do CDS um grande alívio porque sabem que isto é insidioso. É derrotar talvez o DR. Relvas o Dr. Júlio e talvez o Dr. Passos Coelho. Paciência! Mas foram eles que criaram o problema.

Este é um assunto que me toca muito diretamente e daí eu apelar para a vossa paciência.

Tenho aqui uma moção que passo a ler:

Moção - Vivam as vinte e uma Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital. A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital delibera:

1 - Reiterar as suas anteriores decisões tomadas no âmbito do processo dito de “Reorganização Administrativa Territorial Autárquica” na parte que visa a “agregação” ou extinção de Freguesias.

1.1 - No contexto, reitera-se a rejeição da lei 22/2012 e exige-se a sua revogação assim como se rejeita, mais uma vez, a proposta da “Comissão Técnica” com as Freguesias a “agregar”, melhor dito, a extinguir.

1.2 - E desde já se rejeita a lei congénere que, a partir do Projeto-Lei nº 320/XII/2ª, já votado na generalidade a sete de dezembro, vai agora ser votada, a vinte e um de dezembro, na Assembleia da República, com a listagem definitiva, da responsabilidade política do governo e da maioria bipartidária que o suporta na Assembleia da República, portanto uma nova lei onde constam as Freguesias a “agregar” e/ou a extinguir.

2 - Assinalar a forma democrática, lúcida e largamente maioritária como as nossas decisões de Freguesia e de Município foram tomadas durante este processo. Isto, sem ceder a pressões e a chantagens; Sem colocar Presidentes de Junta e outros Autarcas uns contra os outros; Sem colocar populações umas contra as outras. Pelo contrário: Temos sido capazes de ser uma Freguesia por todas e todas por cada uma! Temos sido capazes, em larga maioria, de provar que se não pode discordar de uma lei tão má e escusada como esta lei da extinção de Freguesias (22/2012) e, ao mesmo tempo, aceder, voluntariamente, a aplicá-la, qualquer que seja o pretexto.

3 - Destacar que Câmara e Assembleia Municipal, em conjunto com as Freguesias, afinal se pronunciaram: Sempre em defesa das vinte e uma Freguesias do Concelho e contra o abate de qualquer uma delas como, aliás, exemplarmente aconteceu com a reclassificação da freguesia de Nogueira do Cravo como freguesia rural o que, com base nessa iniciativa institucional dos Órgãos Autárquicos Municipais, a veio a retirar da primeira linha das freguesias a abater.

4 - Saudar a luta persistente das Freguesias, do Município, da maioria dos Autarcas e das Populações, contra o abate das nossas Freguesias. Luta que também é em defesa dos nossos direitos e em defesa do Poder Local Democrático.

5 - Apelar para a unidade, para a solidariedade, para a clarividência e para a luta de todos, a começar pelos Autarcas de Freguesia, sempre em defesa da plenitude das vinte e uma Freguesias do nosso Concelho. Luta que se insere na luta nacional e suprapartidária com os mesmos objetivos.

5.1 - Neste âmbito, apela-se para a participação do nosso Município na Concentração (nacional) que a ANAFRE promove a vinte e dois de dezembro, em Belém, junto à Presidência da República, e desde já se apela para a participação, confiante, em próximas iniciativas deste género.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia para fazer a seguinte intervenção:

“Quanto a esta lei da extinção das Freguesias, penso, e recordando um pouco do que foi este processo durante estes meses todos, temos que tirar aqui algumas elações.

Primeiro, e essa já se tinha tirado, era que esta lei era efetivamente má e o Governo sabendo disso, porque teve de Norte a Sul do País manifestações em todo o sítio, públicas e não públicas, pareceres, votos desfavoráveis quanto a isto tudo. Teve uma Associação Nacional de Municípios, frontalmente, contra esta lei, teve uma Associação de Freguesias, frontalmente, contra esta lei, sabe também que, as populações estiveram desde o início contra esta lei, e mesmo assim, de uma forma cega, de uma forma que só revela teimosia não foram capazes de dar um passo atrás e de repensar esta história da eliminação das nossas Freguesias.

Mais grave ainda, quando mais de dois terços das Assembleias Municipais desta País disseram pura e simplesmente aos Senhores do Governo “vão dar uma volta”, que nós não queremos ser como vocês pretendem, nem colaborar convosco, para a eliminação das nossas Freguesias, nem mesmo assim, estes Senhores recuaram, nem perderam, pelos vistos, um minuto a repensar todo este processo.

E vêm-nos falar de democracia! E dizem que isto foi um ato democrático!

Efetivamente, este Governo já deu o que tinha a dar.

Efetivamente, os Autarcas do PSD e os Autarcas do CDS, e nós compreendemos, se estivéssemos na pele deles, se fosse o Partido Socialista a fazer isto, eu não me sentia nada confortável e estaria muito chateado com o meu Governo.

Ninguém foi capaz de parar este processo.

Oliveira do Hospital no meu entender, esta Assembleia Municipal, esta Câmara Municipal tomou a posição mais correta que deveria ter tomado.

Está à vista por esse País fora qual foi a posição da grande maioria da Câmara Municipais e das Assembleias Municipais.

Será que nós estamos enganados? Eu julgo que não e penso que estivemos, efetivamente, certos.

Gostaria de saber e critico alguém que anda por aí a afirmar que em vez de cinco Freguesias poderiam somente ter sido extintas três. Tenho pena que só agora o venham dizer e que não tenham vindo ajudar a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal e dizer-nos como é que se salvavam mais duas. Gostava de saber como é que faziam isso? Não andem com má fé a enganarem as populações porque isso não é assim. Este processo deixou bem claro o que é que a Unidade Técnica fez mesmo nas Assembleias Municipais que fizeram a sua pronúncia.

Relativamente à Freguesia que eu presido tenho que deixar aqui muito claro como já o fiz, há muito pouco tempo, numa reunião feita nesta salão, que foi promovida pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, com os Presidentes de Junta do Concelho. Não me perguntaram como Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, nem perguntaram, tão pouco, à Assembleia de Freguesia de Ervedal da Beira se estaria interessada em agregar a Freguesia de Vila Franca da Beira. Por outro lado, qualquer um destes órgãos também não mandou ninguém para que dissesse que Vila Franca da Beira tinha que vir para Ervedal da Beira.

Se o fizerem vão fazê-lo pela força vão fazê-lo por uma obrigação legal conta as nossas vontades. Já foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira e

que eu reitiro aqui também. Não é essa nem nunca foi essa a nossa intenção como autarcas. Não quero deixar de referir aqui, se obrigarem Vila Franca da Beira a ser agregada a Ervedal da Beira nada nos move como autarcas e eu tenho a certeza que mesmo nós como autarcas quer seja a Junta de Freguesia, quer seja a Assembleia de Freguesia, como seja, tenho a certeza, a própria população da Freguesia de Ervedal da Beira, não nos move qualquer reserva seja de que tipo for relativamente às populações de Vila Franca da Beira. Que fique bem claro porque isto irá ser assim.

Que não queiram pôr como mais uma vez o estão a pretender, como foi aqui demonstrado, a virar as populações contra populações. Eu não irei, seguramente, permitir que isso aconteça. Não irei fazer o jogo desta gente. Esta gente está a fazer reformas contra as populações, contra as necessidades básicas das populações particularmente das populações do interior.

Estou solidário como sempre estive desde o início com todas as Freguesias deste Concelho e em particular com aquelas que eles querem agregar ou abater.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Miguel Fonseca da Costa para fazer a seguinte intervenção:

“Começo por referir que independentemente da decisão da Unidade Técnica ter recaído também sobre a Freguesia de São Paio de Gramaços a minha opinião sobre este assunto continua a ser a mesma desde o início deste processo.

Sou contra a extinção de qualquer Freguesia do Concelho e do País, não é só por ter sido atingido por esta lei que eu ia mudar de opinião. A minha opinião continua a ser a mesma independentemente de tudo aquilo que aconteceu à Freguesia de São Paio de Gramaços.

Gostaria também de dizer que no meio desta trapalhada toda que foi esta decisão da Unidade Técnica o único aspeto positivo que se pode daqui retirar foi a não inclusão das Freguesias de São Gião e de Alvoco das Várzeas como sendo um das Freguesias a abater. Penso que era uma injustiça para com as suas populações.

Ontem redigi um documento sobre a minha visão sobre a Freguesia de São Paio de Gramaços, visão essa que os Senhores da Unidade Técnica com certeza não tiveram em conta e que passo a ler.

Com a aprovação da lei 22/2012 e a conseqüente proposta da Unidade Técnica para a reorganização administrativa do território que determina a extinção de dezenas de Freguesias entre elas a Freguesia de São Paio de Gramaços. Esta lei ao ser aplicada representa um grave atentado contra o poder local democrático e acima de tudo um ataque aos interesses das populações e ao desenvolvimento local.

Perante a decisão da UTRAT a Freguesia de São Paio de Gramaços já mais poderá aceitar e compreender os critérios aplicados no que respeita à inclusão da nossa Freguesia como sendo uma a agregar ou extinguir.

Entendemos que cada Freguesia tem as suas especificidades a sua cultura e principalmente a sua história e São Paio de Gramaços não foge à regra. Somos das Freguesias mais antigas do Concelho de Oliveira do Hospital, bastante consolidada, assente em pilares culturais e valores singulares.

Até aos dias de hoje a Freguesia de São Paio de Gramaços atingiu níveis de desenvolvimento económico, social e humano assinaláveis, construindo uma dinâmica própria com marcas que a distinguem das restantes, inclusive as Freguesias vizinhas.

Ao longo dos anos a Freguesia foi dotada de infraestruturas e equipamentos resultados de investimentos quer do Município quer da própria Junta de Freguesia e também de investidores privados de alguns milhares de euros, possibilitando hoje em dia que a Freguesia esteja uns degraus acima em termos económicos acima da média do Concelho. Esses investimentos são notórios quando nos deparemos com uma elevada concentração empresarial gerando inúmeros postos de trabalho e consequentemente a fixação de novos agregados familiares na Freguesia.

Na vertente social a Freguesia de São Paio de Gramaços possui um conjunto de equipamentos e instituições que nos permitem responder às necessidades da nossa população quer seja a mais idosa, com a existência de um lar de idosos e o Centro de Dia, quer seja a mais jovem, com equipamentos como uma escola com duas salas lotadas muito requisitada não só pela Freguesia mas também por Freguesias vizinhas, um ATL, um Jardim de Infância e uma Creche.

Ao nível do Associativismo somos das Freguesias com maior tradição e também nesta área estamos devidamente representados e apetrechados.

A Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense, uma instituição centenária, criada em mil novecentos e quatro, com um conjunto de secções tais como o Rancho Folclórico, um Grupo de Teatro e também com a sua parte social com integração de uma Creche na Nossa Senhora dos Milagres que contribui para que a nossa população seja socialmente ativa e acima de tudo participe na dinâmica e envolvimento da nossa Freguesia.

Destacam-se ainda secções desportivas com maior relevância para a secção de Basquetebol, que representa não só a Freguesia mas também o Concelho de Oliveira do Hospital a nível nacional competindo na liga profissional de basquetebol. Ainda nesta secção cumpre um papel de relevo e destacamos as escolas de formação de basquetebol que proporcionam a jovens e crianças da Freguesia e não só um espaço e ocupação que suporta a sua formação desportiva e humana. De acordo com os dados resultante dos censos de dois mil e onze, a Freguesia de São Paio de Gramaços apresenta uma dinâmica de crescimento, sendo uma das quatro Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital que não sofreu um decréscimo de população verificando-se um ligeiro aumento.

Assim sendo, não podemos aceitar esta decisão da UTRAT principalmente se nos basearmos na proposta enviada.

Não foram considerados fatores importantes, simplesmente tiveram em consideração a nossa proximidade com a sede de Freguesia de Oliveira do Hospital.

Como pode a maior Freguesia do Concelho em termos populacionais ser extinta ou agregada.

Será que esta decisão foi baseada em dados retirados no terreno onde facilmente podemos verificar que as reais condições e características do território.

Nos tempos difíceis que atravessamos com o agravamento das condições sociais das famílias e o aumento da taxa de envelhecimento das nossas populações as Junta de Freguesias

e a de São Paio de Gramaços não é exceção são agente importantíssimos no auxílio das suas populações.

Por tudo isto entendemos que a nossa Freguesia deve continuar a figurar na lista de Freguesias do nosso País pois essa é a vontade do Executivo da Assembleia de Freguesia e acima de tudo de uma grande maioria da população de São Paio de Gramaços.

Aproveito para, desejar um bom ano a todos e um bom Natal.”

De seguida, foi colocada à votação a Moção - Vivam as vinte e uma Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital, apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que foi aprovada por maioria, com quatro abstenções e dois votos contra.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Para concluir este ponto da ordem de trabalhos, quero dizer o seguinte: Na minha opinião, não interessa quem ganhou ou quem perdeu.

Tive sempre uma posição clara em relação a este processo e quem perdeu foi o Concelho, foram as pessoas da Freguesias de São Sebastião da Feira, da Lajeosa, de Vila Franca da Beira, de São Paio de Gramaços e de Vila Pouca que foram aquelas que foram proposta para extinção.

Mais uma vez quero deixar aqui uma palavra de solidariedade a todas estas Freguesias assim como às suas instituições, coletividades e população. Ninguém merecia esta afronta sobre a identidade dos vossos territórios.”

Seguidamente entrou-se no Período destinado ao Público e foi dada a palavra o Sr. Eng.º Luís Miguel de Sousa Pereira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“A minha intervenção nesta Assembleia Municipal não é feita como porta voz de qualquer partido ou organização política. A minha intervenção é feita como porta voz eleito da população da Felgueira Velha aqui representada. Volto a repetir: Porta voz eleito da população da Felgueira Velha aqui representada.

Sr. Presidente na Felgueira Velha não há capatazes o que há é um protesto inequívoco das populações contra o ostracismo a que têm sido votados e à inoperância dos Executivos do Seixo da Beira e da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital para o cumprimento da promessas feitas. Pretendo que isto fique bem claro porque V. Exa. Sr. Presidente da Câmara tem o hábito de misturar assuntos particulares com política partidária.

No dia cinco de setembro passado teve lugar nesta Salão Nobre uma reunião entre uma delegação dos habitantes da Felgueira Velha, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira e V. Exa. Sr. Presidente. Foi nessa reunião entregue a si Sr. Presidente da Câmara Municipal um abaixo assinado com dezoito páginas onde eram reivindicados alguns melhoramentos e feitas algumas sugestões. Apesar das promessas então feitas a Câmara a que V. Exa. Preside nada fez e a Junta de Freguesia do Seixo da Beira limitou-se a retirar a placa indicativa de paragem de autocarro, diga-se de passagem que há mais de vinte anos que não existe qualquer carreira de autocarro na Felgueira Velha, mandou pintar uma placa

toponímica, e mandou reparar um muro de proteção da ponte romana. Convenhamos que as reivindicações que preenchiam treze páginas é francamente pouco.

Os habitantes da Felgueira Velha não compreendem que a Câmara Municipal tenha dinheiro para dotar alguns campos de futebol com dispendiosos relvados sintéticos e não tenha dinheiro para mandar colocar lombas e sinalética vertical na estrada que atravessa a localidade onde continuam a verificar-se alguns acidentes por excesso de velocidade.

Os habitantes da Felgueira Velha não compreendem que a Câmara Municipal tenha dinheiro para adquirir prédios por centenas de milhar de euros de retorno duvidoso e não tenha dinheiro para dotar a Felgueira Velha de saneamento básico.

Os habitantes da Felgueira Velha não compreendem que a Câmara Municipal tenha dinheiro para patrocinar a Volta a Portugal e não tenha dinheiro para dotar a Felgueira Velha de infraestruturas dignas para as suas gentes.

Os habitantes da Felgueira Velha não compreendem que a Câmara Municipal tenha dinheiro para financiar programas televisivos e não tenha dinheiro para dotar a Felgueira Velha de zonas de lazer.

Os habitantes da Felgueira Velha não compreendem que a Câmara Municipal tenha dinheiro para promover foguetórios festas comezainas e beberagens e não tenha dinheiro para dotar a Felgueira Velha de dignos contentores do lixo e outros equipamentos básicos danificados.

Os habitantes da Felgueira Velha não compreendem que a Câmara Municipal tenha dinheiro para na Cordinha construir pavilhões de retorno duvidoso e não tenha dinheiro para mandar colocar sinalética vertical identificada da Felgueira Velha. Sim! Porque não sei se sabem a Felgueira Velha é uma localidade que quem circula na 131-2 na direção a Nelas é a localidade contígua antes de chegar às Caldas da Felgueira. Não sei se sabem porque a Felgueira Velha não tem placas toponímicas.

Os habitantes da Felgueira Velha não compreendem que a Câmara Municipal tenha dinheiro para calcetar arruamento e abrir caminhos que poucas pessoas servem e não tenha dinheiro para calcetar alguns arruamentos e abrir caminhos que sirvam toda a comunidade.

Sr. Presidente da Câmara Municipal os habitantes da Felgueira Velha não dormem. Os habitantes da Felgueira Velha são humildes alguns pouco letrados mas são honestos trabalhadores e cumpridores dos seus deveres nomeadamente fiscais com que pagam aos seus servidores.

Esta comunidade saberá responsabilizar quem a esquece despreza e desrespeita.

Como sabe Sr. Presidente nem os cães se esquecem dos mal feitos.

Hoje nesta Assembleia Municipal foram aprovados o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e treze.

Os habitantes da Felgueira Velha que também são pessoas pretendem saber quais as benfeitorias previstas nesse documento para tornar a vida dos Felgueirenses mais digna."

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Qual é o pedido de esclarecimento. Qual é o pedido que o Senhor fez?

Isto agora vai começar a ser assim?

O Senhor tem direito a intervir para pedir esclarecimentos. O Senhor veio dar uma série de opiniões veio fazer mais uma de Deputado Municipal não eleito e eu pensava que tinha alertado para isso e que tinha já esclarecido.

O Senhor disse um conjunto de coisas e o Sr. Presidente da Câmara responderá e os demais eleitos. Quando chegar a hora os Senhores julguem-nos e não votem mais neles. Agora o senhor veio aqui dar um conjunto de opiniões. O Senhor não pediu nenhum esclarecimento. Eu volto a dizer que o público só pode utilizar da Palavra...Não! O Senhor veio criticar a atuação não pediu nenhum esclarecimento. Qual é o esclarecimento que o Senhor quer?"

De seguida o Sr. Eng.º Luís Miguel de Sousa Pereira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu repito hoje nesta Assembleia Municipal foram aprovados o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e treze...”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Orçamento e as Grandes Opções do Plano foram aprovados e muito bem porque foi com a opinião quase unânime dos Deputados eleitos que também representam a Felgueira. Qual é o pedido de esclarecimento?”

De seguida o Sr. Eng.º Luís Miguel de Sousa Pereira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu volto a repetir. Hoje nesta Assembleia Municipal foram aprovados o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e treze.

Os habitantes da Felgueira Velha que também são pessoas pretendem saber quais as benfeitorias previstas nesse documento para tornar a vida dos Felgueirenses mais digna. Foi este o esclarecimento que eu pedi.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Muito bem volto-lhe a dizer que para mim isto não é um pedido de esclarecimento.

E à Senhora que está a pronunciar-se, eu li aqui no início e a senhora não estava, o público tem o direito de ouvir e de estar aqui respeitosamente calado.

Quem quer intervir inscreve-se e vem falar. É assim que são as regras e não fui eu que as fiz. A mim só me compete fazer-las respeitar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gostei da intervenção do Sr. Eng.º Luís Mendes. Não considero que seja do povo da Felgueira porque o povo da Felgueira é um povo educado e de certeza que não se revê na linguagem que o Senhor usou aqui em relação ao Presidente do Município ao colocar as questões.

Eu conheço as pessoas da Felgueira. Quando o Senhor foi para lá já eu os conhecia há muitos anos porque eu sou daquela zona.

Não acredito que essas pessoas que estão aí se revejam nessas palavras. Mas, o Senhor teve o cuidado de fazer um papel extraordinário porque o Senhor não veio aqui defender os interesses dessa população que aí está. Eles vieram de boa fé.

E sabe porquê? Porque o Senhor teve o cuidado, logo no princípio, de se justificar por três vezes e afirmar isto, ninguém lhe pediu a justificação “*Eu não estou aqui pela política partidária*” disse isto três vezes.

O que o Senhor quis dizer e quando uma pessoa afirma muitas vezes a justificação pela negação quer dizer isso mesmo. O que o Senhor quis dizer aqui foi, eu sou neste momento ressabiado em relação ao Senhor Presidente porque trabalhava na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e acabou-me o contrato e não mo renovaram e arranjei um número para lhe fazer aqui alguns tipos de comparação. Foi isso que aconteceu meu caro amigo. E o Senhor fê-lo aqui com política partidária logo ao princípio, e não o disse só uma vez, disse três. Eu aceitaria, se o Senhor chegasse aqui com educação, com respeito e eu responder-lhe-ia.

Eu vou responder-lhe porque estão aí pessoas da Felgueira que eu conheço que são pessoas educadas e respeitadoras.

Mas o Senhor hoje fez um número melhor. Teve coragem. O Senhor da outra vez tinha feito o número, nas tantas páginas que fez, e vejam este número de páginas, que o Senhor Engenheiro disse que entregou aqui e é verdade. Mas, nesse dia, fez um número diferente.

Pôs um cidadão da Felgueira a ler o documento que tinha elaborado. E esse cidadão disse-mo a mim.

Senhor Engenheiro eu ouvi-o educadamente!

A Felgueira não precisa de um capataz. Isso, é o que este Governo ao acabar com as Freguesias quer fazer no futuro. Ao acabarem com algumas Freguesias em algumas populações vão criar alguns capatazes que querem ser interlocutores. Mas, o Senhor, não é um interlocutor. O interlocutor da Freguesia do Seixo da Beira é a sua Junta de Freguesia e a sua Assembleia de Freguesia.

Eu estou sempre disponível para receber as pessoas. Fizemos aqui uma reunião. E acho que, dentro das possibilidades financeiras do Município, porque isto, não é por questão de comezainas, essa linguagem é a que os seus amigos do PSD, escrevem nos *on line*, nós conhecemos essa linguagem. Nós, conhecemos essas mentiras, como ficou hoje aqui demonstrado com a situação financeira.

Por isso o Senhor veio aqui como intérprete da Felgueira sem ter mandato de ninguém, sem ter ganho nenhuma eleições, tentar afrontar o Presidente da Junta, por ser um elemento do PSD, como todos nós sabemos que o Senhor é.

Faço-lhe um desafio-o: Se o Senhor quer fazer essas reivindicações seja candidato à Junta de Freguesia do Seixo contra o candidato do Partido Socialista. E terá aqui palco suficiente, e não vir nesta triste figura que o Senhor fez.

Quero dizer às pessoas da Felgueira que encomendámos um estudo sobre as ditas lombas. Aqui, o Deputado Prof. Fabrício, algumas vezes, tem sido contra as lombas, e por isso, nem sempre o PSD está de acordo nesta coisas.

Foi feito um estudo técnico, devido à inclinação do piso no local onde as queríamos colocar, por causa dos veículos pesados, e foi preciso recolher mais elemento técnicos, derivado ao declive.

Também disse ao Sr. Eng.º, na reunião que tivemos, quando falámos sobre a jardinagem de um local que ele até podia, porque na altura estava desempregado, até o desafiei a colaborar no projeto para embelezar aquele local e até hoje não vi nenhuma colaboração do Sr. Eng.º em relação a isso. Isso demonstra claramente como é que defende os interesses da Felgueira.

Estão aqui muitos Presidentes de Junta e estes Presidentes de Junta são testemunhas que eu nunca passarei por cima deles, seja do Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, seja outro qualquer.

Quando vêm cá as populações falar comigo eu falo com os Presidentes de Junta e articulamos os assuntos.

O Senhor ouviu aqui as intervenções sobre as Opções do Plano e do Orçamento e ouviu aqui declaradamente dizer que hoje não fazemos tudo ficam muitas coisa por fazer.

Pena foi, que o Senhor não tivesse reivindicado isso no passado.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Desejo um bom Natal para todos e um bom ano novo.

Cá estaremos para a próxima para continuarmos com este debate longo e profícuo.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo dezasseis horas e cinco minutos do dia quinze de dezembro, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim
_____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____